

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

NATASHA DIAS CASTELLI

REDESENHANDO O PAPEL PATERNO: MEMÓRIAS E ATUAÇÃO DOS PAIS DA
PLAZA DE MAYO
DA INVISIBILIDADE À CONFRONTAÇÃO DO PAPEL MATERNO

SÃO LEOPOLDO

2015

Natasha Dias Castelli

REDESENHANDO O PAPEL PATERNO: MEMÓRIAS E ATUAÇÃO DOS PAIS DA
PLAZA DE MAYO

Da invisibilidade à confrontação do papel materno

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Área de concentração: Estudos Hist.Latino-
Americanos

Orientador: Hernán Ramiro Ramírez

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C348 Castelli, Natasha Dias

Redesenhando o papel paterno : memórias e atuação dos pais da Plaza de Mayo : da invisibilidade à confrontação do papel materno / Natasha Dias Castelli – 2015.

144 p. : 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Apresenta bibliografia.

Orientação: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

Índice para o catálogo sistemático:

1. Ditadura – Argentina	321.64(82)
2. História – Argentina	94(82)
3. Paternidade	347.6
4. Maternidade	347.6

Natasha Dias Castelli

REDESENHANDO O PAPEL PATERNO: MEMÓRIAS E ATUAÇÃO DOS PAIS DA
PLAZA DE MAYO

Da invisibilidade à confrontação do papel materno

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Aprovado em: 24/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez (Orientador) – UNISINOS

Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero – UFRGS

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir – UNISINOS

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - UFRGS

Aos pais de desaparecidos por razões políticas
na América Latina.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de uma bolsa de estudos PROSUP, a qual viabilizou minha dedicação exclusiva à pesquisa, provendo auxílio financeiro. Ratifico duplamente o agradecimento pelo convênio do mesmo órgão com minha instituição de ensino, que possibilitou minha estadia na Argentina por três meses, onde aprofundei intensamente minha pesquisa.

Também sou grata ao Programa de Pós-Graduação em História PPGH – Unisinos e seu quadro de professores pela aposta, confiança e incentivo desde a realização do processo de seleção. Igualmente, à secretaria do mesmo pelos constantes esclarecimentos e assistências.

Ao orientador Hernán, que de forma atenciosa e sensível conduziu meus passos com paciência e disposição. Mentor crítico e presente, teve a generosidade de compartilhar comigo seus conhecimentos e respeitar minhas convicções e escolhas. Muito obrigada pelas palavras de conforto nos momentos desesperadores e por “simplificar” este período sendo parte incontestável desta conquista.

Aos colegas de aula da Unisinos, pela parceria. Em especial ao Ismael, que me recepcionou no “novo universo”; fazendo-me sentir acolhida, tornou-se um grande amigo.

À Lu, inicialmente, pelo companheirismo incessante. Por me dar o prazer de participar profundamente de sua vida ao dividirmos o mesmo teto e um ano de vida. Pelas incertezas, dúvidas e medos ao longo deste processo. Também por comemorarmos nossas conquistas juntas “num caleidoscópio sem lógica”.

À Natiele, um pedacinho de mim, uma grande e velha amiga. Sempre presente, minha consultora para “assuntos da vida”, incluindo os acadêmicos. Obrigada pelo favor que me permitiu concorrer à bolsa; eu me lembro: “Lo que tienes me hace falta, y lo que tengo te hace ser más completa”.

Às grandes amigas e companheiras de luta, integrantes do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Pelotas e região. Por toda ajuda da Alessandra na construção desta pesquisa e vivência desta temática fora dos “muros” acadêmicos. Da mesma forma à Débora e à Mariluci.

Igualmente, ao casal amigo Gabi e Roberto, pela valorização do meu trabalho, apoio e presença em cada passo dado. Especialmente pelos momentos deliciosos de distração e diversão.

À minha família, por acreditar em minhas escolhas e admirar meu trabalho. Principalmente à Rochele, pelas tardes de estudos com chimarrão e lamentações recíprocas.

À “casa de Miri”, minha família argentina, Miriam, Vanina, Thomas e Oskar. E os tantos momentos de reflexão, imersão cultural, empanadas e muitas risadas.

Finalmente, sou imensamente grata ao meu companheiro de vida, Luis Fernando. Pela confiança em meu trabalho; nas tantas situações em que eu tinha a certeza de que não “daria conta do recado”, teu sorriso e carinho me davam força para seguir. Pela compreensão quando me ausentei. Pela vibração a cada nova realização. Por todo rock and roll (sobretudo argentino) e arte para me alentar. Pelo amor.

Mañana escucharé...

*Mañana escucharé
el eco de tus pasos
en mi memoria,
no para reconstruirte,
sino para negarle al tiempo
su complicidad con el olvido.*

(Julio César Aguilar)

RESUMO

O presente trabalho investiga a busca e atuação de pais de desaparecidos por razões políticas, sequestrados e/ou detidos, durante a última ditadura civil-militar argentina (implementada no ano de 1976 com vigência até 1983). O período foi intensamente marcado pela violência por motivos políticos que assolou o país, gerando, entre outros, o saldo de milhares de desaparecimentos forçados. Para pôr em prática o projeto ditatorial de Reorganización Nacional, frente às inúmeras manifestações de resistência, fez-se uso de uma ampla composição repressiva, estatal e clandestina. Diante dessa configuração, surgem diversas organizações encabeçadas principalmente por familiares de vítimas diretas da repressão ditatorial e seus entornos sociais, a fim de questionar o paradeiro de “seus” desaparecidos e exigir transparência e justiça na apuração de seus “casos”.

Dentre as organizações estabelecidas por familiares das vítimas, sobretudo entre os anos de 1974 e 1977, as Mães da Plaza de Mayo assumiram um papel de destaque no cenário nacional e internacional enquanto agente político ao longo de mais de 30 anos de atuação. Símbolo da luta em favor dos Direitos Humanos pelo direito à memória, à verdade e à justiça, sua história contou com a participação de uma série de colaboradores e outros familiares. Contudo, pouco foi dito até a atualidade sobre os companheiros destas mães, não só de luta, mas de vida: os pais.

Diante do exposto, essa pesquisa procura evidenciar a trajetória de atuação dos Pais da Plaza de Mayo frente ao desaparecimento de seus filhos, discutindo sua participação em organizações de Direitos Humanos e sua invisibilidade, principalmente perante à atuação das mães. A pesquisa foi pautada principalmente pela metodologia da história oral sendo apresentados diversos trechos de entrevistas de pais e, em menor número, de mães, problematizadas sob à luz da diferenciação de suas atuações. Essa é associada, sobretudo, a questões de gênero. Desde a elaboração de estratégias de resistência baseadas nas distinções dos dois sexos, até a construção social dos papéis paterno e materno.

Igualmente, dada a opção de trabalhar com história oral e memória, se problematiza a concepção que os mesmos fazem acerca de sua militância em prol dos filhos e o fato de não terem constituído um grupo paterno. Dada a ênfase colocada na construção social da paternidade e da maternidade, foram estabelecidas discussões que vinculam o ofuscamento destes pais em meio à esfera pública ao exercício paterno dentro da esfera privada, entendido como complementar nos cuidados com os filhos. Por fim, propõe-se a elaboração de um espaço próprio para esses, geralmente associados a um grande grupo de familiares, que dê conta de suas especificidades respeitando a elaboração de uma memória inclusiva que valorize suas ações.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar Argentina – Padres de Plaza de Mayo - Madres de Plaza de Mayo – Paternidade – Maternidade.

RESUMEN

El presente trabajo investiga la búsqueda y actuación de padres de desaparecidos por razones políticas, secuestrados y/o detidos, durante la última dictadura civil-militar argentina (implementada en el año 1976 y con vigencia hasta 1983). El período fue intensamente marcado por la violencia por motivos políticos que asoló el país, generando, entre otros, el saldo de millares de desaparecimientos forzados. Para poner en práctica el proyecto dictatorial de Reorganización Nacional, frente a las innumerables manifestaciones de resistencia, se hizo necesario el uso de una amplia composición represiva, estatal y clandestina. Ante esta configuración, surgen diversas organizaciones encabezadas principalmente por familiares de víctimas directas de la represión dictatorial y sus entornos sociales, a fin de cuestionar el paradero de “sus” desaparecidos y exigir transparencia y justicia en la investigación de sus “casos”.

En medio a las organizaciones establecidas por familiares de las víctimas, sobre todo entre 1974 y 1977, las Madres de Plaza de Mayo asumieron un rol destacado en el escenario nacional e internacional en cuanto agente político a lo largo de más de 30 años de actuación. Símbolo de la lucha en favor de los Derechos Humanos, por el derecho a la memoria, verdad y justicia, su historia contó con la participación de una serie de colaboradores y otros familiares. Sin embargo, poco fue dicho hasta la actualidad sobre los compañeros de estas madres, no apenas de lucha, sino de vida, los padres

Por lo expuesto, esta investigación busca evidenciar la trayectoria de actuación de los Padres de Plaza de Mayo frente al desaparecimiento de sus hijos discutiendo su participación en organizaciones de Derechos Humanos y su invisibilidad, principalmente ante la actuación de las madres. La investigación fue pautada principalmente por la metodología de historia oral siendo presentados diversos trechos de entrevistas de padres, y en menor número de madres, problematizadas bajo la luz de la diferenciación de sus actuaciones. En particular, nos preocupamos con la asociada, sobre todo, a cuestiones de género. Desde la elaboración de estrategias de resistencia basadas en las distinciones de los dos sexos, hasta la construcción social de los roles paterno y materno.

Igualmente, dada la opción de trabajar con historia oral y memoria, se problematiza la concepción que los mismos elaboran acerca de su militancia en pro de los hijos y el hecho de no haber constituido un grupo paterno. Dado el énfasis colocado en la construcción social de la paternidad y de la maternidad, fueran establecidas discusiones que vinculan el ofuscamiento de estos padres en medio a la esfera pública el ejercicio paterno dentro de la esfera privada, comprendido como complementario en los cuidados con los hijos. Para concluir, se propone la elaboración de un espacio propio para estos padres, generalmente asociados a un gran grupo de familiares, que dé cuenta de sus especificidades respetando la elaboración de una memoria inclusiva que valore sus acciones.

Palabras claves: Dictadura civil-militar Argentina – Padres de Plaza de Mayo – Madres de Plaza de Mayo – Paternidad – Maternidad.

LISTA DE SIGLAS

AAA – Alianza Anticomunista Argentina

APDH - Asamblea Permanente por los Derechos Humanos

CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EBA – Estado Burocrático Autoritário

ERP – Ejército Revolucionario del Pueblo

ESMA - Escuela de Suboficiales de Mecánica de la Armada

JP - Juventude Peronista

LADH - Liga Argentina por los Derechos del Hombre

MDH – Movimento de Direitos Humanos

MEDH - Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos

PC – Partido Comunista

SERPAJ - Servicio Paz y Justicia

SIDE – Servicio de Informaciones de Estado/ Secretaría de Inteligencia de Estado

SN – Segurança Nacional

TDE - Terrorismo de Estado

UCRI – Unión Cívica Radical Intransigente

UES - Unión Estudiantil Secundaria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. A ARGENTINA DA REORGANIZACIÓN NACIONAL.....	32
1.1. O Estado Burocrático Autoritário.....	32
1.2. A repressão.....	37
1.2.1. "No están ni vivos ni muertos; están desaparecidos". A modalidade repressiva do desaparecimento.....	46
1.2.2. A difusão do medo.....	58
CAPÍTULO 2. PAIS E MÃES: DE FAMILIARES DE DESAPARECIDOS À CONSTRUTORES DE MOVIMENTOS.....	63
2.1. Movimentos de Direitos Humanos na Argentina.....	63
2.2. Apresentando pais, mães e suas buscas.....	70
2.3. Redesenhando o papel paterno: " <i>Muchos dicen ¿los padres dónde están? Siempre estuvimos</i> ".....	88
2.4. O grupo Pais da Plaza de Mayo.....	96
CAPÍTULO 3. PATERNIDADE, MATERNIDADE E MEMÓRIA.....	103
3.1. Paternidade e maternidade.....	103
3.2. Socializar a maternidade, dessocializar a paternidade?.....	114
3.2.1. Construindo uma ou a memória?.....	122
3.2.2. A difusão da memória paterna.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
FONTES.....	139
A) ENTREVISTAS.....	139
B) FILMOGRAFIA.....	139
C) PERIÓDICOS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140

INTRODUÇÃO

Todo processo de formação política é complexo e intenso. Pode-se dizer, também, que é constante e frequentemente cambiável, constituído ora de forma lenta, mais gradual, e ora bruscamente. No histórico argentino, a sucessão de seis golpes de Estado produzidos por coalizões golpistas¹, entre os anos de 1930 e 1983, revela um ambiente politicamente instável. Desde o primeiro processo ocorrido com a derrocada de Hipólito Yrigoyen e a tomada de poder provisória do general José Felix Uriburu, até a “consolidação” democrática com eleições ocorridas em 10 de dezembro de 1983, são mais de cinquenta anos de conflitos e disputas entre diferentes setores da Sociedade Civil e das Forças Armadas². Mais do que isso, para alguns setores da sociedade foram longos anos de luta por direitos políticos, civis e trabalhistas, em alguns momentos a limitação de direitos foi tanta que a luta chegou a ser pela vida.

Dentre o processo histórico mencionado, nosso foco é no período conhecido como “última ditadura”, a coalizão golpista de 1976. Pormenorizar as matrizes explicativas e hipóteses que sugeriram as motivações de tal golpe não nos parece central na construção desta pesquisa. Embora, entendamos ser fundamental situar o leitor no contexto a ser explorado, o que nos permite tocar no assunto. Abordaremos brevemente o período prévio a este golpe, para apresentar características importantes que estruturaram o ciclo da última ditadura.

A coalizão golpista de 1976 tomou caráter público antes mesmo da ruptura da ordem institucional; o golpe em si. O governo vigente às vésperas do golpe era peronista e vivia momentos de muita instabilidade, sobretudo, com o desgaste e polarização do próprio partido. María Estela Martínez de Perón, Isabelita, como ficou conhecida a vice-presidente e esposa de Juan Domingo Perón, assumira em decorrência da sua morte em julho de 1974, dando continuidade ao terceiro governo peronista. Logo que assumira, as declarações de apoio das Forças Armadas a seu governo causaram frisson entre os partidários que as haviam combatido

¹ Termo utilizado por Ricardo Sidicaro pensando nas alianças de variados setores que tentaram destituir as autoridades constitucionais. O autor ainda trabalha com a definição de “golpe de Estado” proposta por Samuel P. Huntington em *“El orden político en las sociedades en cambio”*. Esta seria uma tática política na qual uma coalizão se esforça para desalojar ilegalmente os dirigentes governamentais pela violência ou pela ameaça de sua utilização. SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “proceso” en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo Raúl. *Empresarios, tecnocratas y militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2004.

² De acordo com Luis Alberto Romero, o período entre 1916 e 1928 teve 12 anos de exceção na história do país em que as instituições democráticas funcionaram, pois, a partir de então, mais de 50 anos transcorreram sem que um presidente eleito pudesse ser sucedido por outro também eleito. ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Tradução de Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.35.

com ação armada a fim de promover o retorno de Perón do exílio (no ano de 1973) e, conseqüentemente, sua volta ao poder.

As dificuldades da presidente em lidar com os graves problemas econômicos, sentidos ainda em decorrência da chamada crise do petróleo, e igualmente, com o descontentamento de diversos setores trabalhistas e das próprias vertentes peronistas, davam o tom catastrófico à sua gestão. Muitas entidades empresariais e organizações civis clamavam que as Forças Armadas assumissem o poder pondo fim ao governo calamitoso. Além das constantes desaprovações da opinião pública a seu governo, ainda se evidencia que o período teve um aumento vertiginoso da violência por motivos políticos³, influência da insurgência das esquerdas radicalizadas e seu combate. A tática de guerrilha, deflagrada na Argentina, também foi observada em outros países da América Latina e se expandia nos anos 1970. Diversos movimentos armados se proliferavam também na Palestina, Ásia e alguns países europeus, onde se salientava a ação armada para criar as chamadas “condições revolucionárias”. Pilar Calveiro⁴ aponta que a geração que participou ativamente dos movimentos de guerrilha na Argentina cresceu em meio aos sucessivos golpes desencadeados no país, assistindo a fuzilamentos de civis, bombardeios e à destruição dos modelos democráticos até então vigentes. A autora acredita que, em função deste histórico, a guerrilha entendia ser representante de uma resposta à violência.

Visando a contenção destas manifestações de desaprovação à sua gestão (inclusive em razão dos peronistas terem se desvinculado da vertente radical do partido⁵) e da forte movimentação guerrilheira, a repressão fora inicialmente representada pela ação ilegal, clandestina e paramilitar. Dentre os principais grupos clandestinos, destaca-se a Alianza Anticomunista Argentina - AAA (conhecida como Triple A) – que fora organizada (e financiada) no ano de 1974 sob coordenação do Ministério do Bem Estar Social, dirigido por José López Rega, “braço direito” e secretário particular de Isabel, como também o fora de Perón. O grupo era composto por militantes de órgãos políticos do peronismo, civis e também

³ Ainda que o termo utilizado não tenha sido *violência política* e sim violência por motivos políticos, nos parece interessante apontar que a autora Gabriela Águila problematiza o uso do termo *violência política* afirmando que pode assemelhar-se à repressão. O conceito seria genérico, submetido muito mais a questões de legitimidade e legalidade. A partir disto, a autora considera muito importante diferenciar a violência insurgente ou revolucionária, da repressão, dada por meio da implementação de mecanismos coercitivos por parte do Estado.

⁴ CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Tradução Fernando Correa Pablo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁵ Perón “retirou” publicamente o apoio à esquerda radicalizada do peronismo em um ato realizado na Plaza de Mayo em comemoração ao dia do trabalho no ano de 1974. Em seu discurso proferido da Casa Rosada, o então presidente, teria expulsado os Montoneros do Partido Peronista.

pela direita católica, tendo como principal missão desarticular as forças políticas de esquerda e seus simpatizantes, bem como eliminá-los fisicamente.

A Aliança Anticomunista Argentina, a Triplo A, foi uma estrutura clandestina que atuou no plano nacional com a incumbência de exterminar fisicamente pessoas suspeitas de militar em movimentos de esquerda, ou simplesmente que representassem ameaça efetiva à linha ideológica pautada na ultra-direita argentina. Entre as ações de repressão perpetradas pela Triplo A está o saldo de aproximadamente 1.000 (mil) mortes oficializadas entre os anos que compreendem o triênio do terceiro governo peronista, de 1973 a 1976. Tratava-se de uma organização paramilitar não formal sistematizada a partir das ordens emanadas do Ministério de Bem Estar Social, cujo ministro Lopez Rega, El brujo, foi o principal articulador e o Ministério financiador em potencial da Triplo A. O “Império da Morte” estabelecido na Argentina sob a direção da Triplo A, é imediato ao período inaugurado com o terceiro período do peronismo no poder. Tratou-se do período de instituição do Terrorismo de Estado, um laboratório do que viria a ser instaurado a partir do golpe de 1976.⁶

Da mesma forma, destaca-se que, além da repressão advinda diretamente do governo, em 1975 os militares, os quais ainda não estavam no poder, foram “autorizados” legalmente a realizar a contenção dos “subversivos”. A resolução veio por meio de um decreto assinado pelo presidente do Senado na época, Ítalo Luder, que acordava com a proposta extrema, do Comandante em Chefe do Exército, Jorge Rafael Videla. Baseada pelo suporte ideológico da Doutrina de Segurança Nacional, explorou-se muito o tema da “indisciplina social”, para ter respaldo por vias legais e deflagrar a ação repressiva. De acordo com Gabriela Águila, “a partir de 1975 el Poder Ejecutivo Nacional puso en marcha una serie de disposiciones y decretos que configuraron el marco legal para la activa intervención de las Fuerzas Armadas”.⁷ Foi criado um Conselho de Defesa Nacional e permitidas ações que visassem a eliminação dos elementos subversivos em prol da Segurança Nacional.

[...] la estrategia de disciplinamiento y terror social implementada por la dictadura: a la vez clandestino y público, ilegal y al mismo tiempo inscripto en un marco legal provisto por el Estado militar y sus instituciones, deliberadamente secreto pero no por ello completamente invisible, no sólo se fijó como objetivo dismantelar a las organizaciones armadas o desarticular la movilización social y política que había precedido al golpe de Estado, sino actuar como un mecanismo ejemplificador sobre el conjunto de la sociedad.⁸

⁶ RIBEIRO, Marcos Vinícius. De Perón a Videla: revisão histórica e historiográfica do Terrorismo de Estado na Argentina. 2009. 235 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em História, Poder e Práticas sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Rondon. p.125

⁷ ÁGUILA, Gabriela. El ejercicio de la represión en la Argentina. In: FRANCO, Marina; RAMÍREZ, Hernán (Orgs). *Las dictaduras del Cono Sur*. Ed: Civilização Brasileira. No prelo. p.6

⁸ Ibid. p.10

A utilização da Doutrina de Segurança Nacional se fazia presente em regimes anteriores ao de 1976. No campo político, Romero afirma que durante 1966, “era necessário reorganizar o Estado, torna-lo forte, com autoridade e recursos, e controlável de cima para baixo”.⁹ O projeto principal era um desmonte institucional; acabar com o sistema de representação e participação da cidadania, concepção que teve continuidade nos anos seguintes. O parlamento e os partidos políticos foram dissolvidos e foi criada uma espécie de estado-maior da Presidência, situação na qual se tornava mais eficaz um plano de Segurança Nacional.

Igualmente, no golpe de 1966 iniciou-se um período de “ensaio autoritário”, uma ruptura que causou mudanças permanentes no processo posterior. Marcelo Cavarozzi realizou um estudo comparando os golpes deflagrados após 1955 e concluiu que se identificava um rompimento a partir de 1960. Ao apontar o trabalho de Cavarozzi, Hernán Ramírez assinala: “o golpe que tinha acontecido naquela data [1960] se distanciava dos que tiveram lugar em 1966 e 1976, constatação expressa basicamente na sua intensidade repressiva[...]”¹⁰. Isso representava o caráter de eliminação física que estes novos aparatos repressivos imprimiam. As marcas culturais deixadas pela repressão foram muito mais profundas do que anteriormente, por terem atingido diversos setores que antes de 1970 ainda estavam alheios às consequências da violência política. Tal modelo demandava uma estrutura mais ampla que envolvesse outros setores em ações conjuntas, como o indispensável setor de inteligência.

O trabalho dos serviços de inteligência iniciou com considerável antecedência ao golpe. Na tentativa de “purificação” da sociedade e “caça” ao inimigo, a amplitude do termo *subversivo* tomou proporções descomunais. Importante destacar que se retirava a característica política de suas ações, transformando-os em delinquentes, marginais, situação pejorativa que possibilitava a reprovação de sua conduta com certa legitimidade. Entre os subversivos permeavam suspeitos de todos os tipos, desde os militantes partidários, políticos, sindicalistas, estudantes, intelectuais, integrantes de grupos comunitários que oferecessem assistência social, assim como médicos, advogados e jornalistas (também outros profissionais) que ofereciam apoio aos perseguidos.

[...] la categoría “delincuente subversivo” o “delincuente terrorista” – que desplazaba el contenido político de la definición del “enemigo” al ámbito

⁹ ROMERO, op.cit.p.161

¹⁰ RAMÍREZ, Hernán. Política e tempo presente na historiografia das ditaduras do cone sul da América Latina. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.4, n.1, p.71-94. Jan/jun, 2012. p.75.

policial - poseía alcances amplios y en ella fueron incluidos tanto los militantes de las organizaciones guerrilleras como los integrantes de otras corrientes, en general de izquierda, los activistas sindicales y estudiantiles o los militantes sociales, cualquiera fuese el grado de vinculación con alguna de estas organizaciones.¹¹

Ademais, é preciso evidenciar que havia uma noção de legitimidade da repressão por parte do governo peronista e dos militares, dada principalmente por meio do discurso que condenava a violência difundida pelas guerrilhas, especialmente rurais e estabelecidas principalmente na região de Tucumán. A ideia de que um endurecimento da repressão seria consequência do surgimento e articulação da ação armada nos parece bastante improvável. De acordo com Norberto Ferreras¹², o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), um dos grupos de ação armada mais expressivos do período, foi assolado antes mesmo do golpe. Ainda assim, depois da desarticulação do ERP, os dois “últimos” ataques a instalações militares teriam ocorrido ainda em 1975, em Formosa e Monte Chingolo, ambos fracassados. Já os Montoneros teriam sido suprimidos em 1979. Sendo assim, caso a proposta realmente fosse de contenção guerrilheira, seria possível discutir a “necessidade” de permanência da repressão no pós 1979, já que os grupos de maior representatividade haviam sido desmontados.

Da mesma forma, é interessante discutir que este tipo de afirmação reforça a concepção de que a violência praticada pelo Estado teria sido apenas uma resposta à violência já articulada pelos “terroristas”, apagando noções importantíssimas como o projeto político defendido pela esquerda e a resistência de grande parcela da sociedade frente ao programa imposto. O que, de certa forma, retoma a chamada “teoria dos dois demônios”. Essa é uma concepção na qual se atribui, a militares e guerrilheiros, responsabilidade exclusiva pela violência política. A violência promovida pelo Estado seria comparável aos atos praticados pela esquerda radicalizada. As ações de ambas as partes seriam condenáveis e teriam afetado a sociedade que não estava diretamente envolvida com nenhum dos lados, induzindo para a noção de isenção de variadas parcelas sociais.

En esta formulación, la sociedad argentina aparecía como víctima y rehén de una violencia de dos signos antagónicos, desresponsabilizada de su participación en el proceso violento de la década del setenta y principios de la del ochenta. Estaba completamente ausente la reflexión acerca de los grados de naturalización de dicha violencia, o de su presencia en los aspectos más

¹¹ ÁGUILA, *El ejercicio de la represión en la Argentina*. Op.cit.p.7

¹² FERRERAS, Norberto O. A ditadura militar Argentina: do esquecimento à memória total. In: REIS, Daniel Araújo; ROLLAND, Denis (orgs). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.141-156.

comunes de la vida cotidiana. Los “dos demonios”, por el contrario, eran fácilmente ubicables *por fuera* del cuerpo social.¹³

Complementarmente ao encadeamento repressivo, organizavam-se tentativas de destituição da ordem institucional. Em dezembro de 1975, um setor da Aeronáutica encabeçado por Jesus Orlado Capellini tentara, sem sucesso, tomar o governo. O episódio foi considerado revelador ao demonstrar a fidelidade dos militares à cadeia de comando que não aderiram ao golpe e, da mesma forma, evidenciava que a Aeronáutica ainda não tinha força política suficiente. No mesmo mês, Jorge Rafael Videla, então comandante em chefe do Exército, teria enviado uma mensagem dando um ultimato às autoridades constitucionais: “o governo devia se purificar da ‘imoralidade e da corrupção [...], da especulação política, econômica, e ideológica’ ou seria destituído”.¹⁴ O fracasso na tentativa de tomada do poder de Capellini, somado as ditas “advertências” do exército quanto aos subversivos, teriam sido utilizados como argumentos de legitimação do futuro golpe. A alegação de que as Forças Armadas teriam feito muitos esforços para impedir a interrupção do regime institucional (conforme demonstrada pelo fracasso de Capellini e o apoio ao governo de Isabelita após a morte de Perón) era utilizada ao mesmo tempo em que se defendia que não ocupar tal “vazio político” poderia fazer com que a História os julgasse por “abstenção culposa”.¹⁵

O golpe ocorrido na madrugada do dia 24 de março de 1976, encabeçado pelo general Videla, o almirante Massera e o brigadeiro Agosti, destituiu Isabel Perón em um momento em que a sociedade de forma geral aprovava a intervenção.¹⁶ O início do Proceso de Reorganización Nacional, conforme os próprios militares denominavam, intensificou a opressão às categorias perseguidas, sendo os anos de 1976 e 1977 considerados os mais “obscuros”. Conforme Marcos Novaro e Vicente Palermo expõem, o periódico argentino *La Opinión* noticiava em março de 1976 que a cada cinco horas se registrava um assassinato político e a cada três uma bomba explodia¹⁷. Informação bastante relevante se compreendermos

¹³ LORENZ, Federico. *La historia reciente en la Argentina. Repensando la historia a secas*. In: FRANCO, Marina; RAMÍREZ, Hernán (Orgs). *Las dictaduras del Cono Sur*. Ed: Civilização Brasileira. No prelo. p.4.

¹⁴ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp, 2007.p.25

¹⁵ Loc.cit.

¹⁶ Segundo Marcos Novaro e Vicente Palermo, o ano de 1976 iniciou com uma crise institucional, e derrocada econômica com inflação disparada. “O pacote de ajuste dos salários e tarifas e de desvalorização do peso que o governo havia baixado no princípio de 1975 [...] teve efeitos negativos no bolso dos assalariados sem reverter a tendência geral, e motivou uma reação sindical [...]”. NOVARO; PALERMO, op.cit, p.23.

¹⁷ Ibid. p.24.

que o papel da mídia neste momento era fundamental, favorecendo um clima de insegurança e temor, sugerindo o golpe enquanto uma possibilidade de mudança.

Isabel, seus ministros e outras figuras destacadas do governo peronista foram presos imediatamente. Com o passar das horas, numa operação cuidadosamente planejada, as detenções se multiplicaram. Centenas de delegados sindicais, militantes peronistas e de esquerda, jornalistas e intelectuais considerados “suspeitos” foram surpreendidos pelas patrulhas militares e pelos “grupos de tarefas” em seus locais de trabalho ou em seus lares. Muitos passaram a engrossar as listas e desapareceram, que proliferaram a uma velocidade avassaladora durante esses dias.¹⁸

Este não seria “mais um” na lista de golpes da história do país. A ideologia do golpe de 1976 se diferenciou das anteriores pela ideia de criar um projeto *das* Forças Armadas e não meramente *apoiado* por essas. A crise que o precedeu proporcionou um regime com a pretensão de modificar irreversivelmente as estruturas institucionais, econômicas, sociais e culturais, o plano se estendia ao ideal de uma reconstrução da Nação.

O caso argentino não foi isolado, os golpes de Estado ocorridos no Cone Sul da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970 tiveram muitas semelhanças que revelaram, com o passar dos anos, um projeto comum. Estes processos também foram chamados por alguns estudiosos de regimes de Segurança Nacional (SN). Amparados pela Doutrina de Segurança Nacional, a qual prevê uma unidade política cujos interesses da Nação estão acima de qualquer outro. Dessa forma, é concebida a intervenção estatal no que tange ao interesse dito “patriótico”, e do Estado,

[...] o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado ‘subversivo’, inimigo, e na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem o direito de pertencer à Nação.¹⁹

Partindo desse ideal, a intervenção estatal alcança notável grau repressivo, culminando no que parte da historiografia identificou como uma modalidade de terrorismo, o Terrorismo de Estado (TDE). Essa foi uma das matrizes explicativas de maior difusão e influência para aclarar a ação repressiva. Inicialmente foi propagada através da obra de Eduardo Duhalde²⁰,

¹⁸ Ibid. p.28

¹⁹ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. 2005. 840 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p.54

²⁰ DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista argentino*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colihue, 2013.

publicada pela primeira vez em 1984, na época da “redemocratização” argentina. No período em questão, esses estudos representavam uma reflexão intelectual importante sobre a repressão do governo civil-militar, principalmente, no que diz respeito às suas características clandestinas.

Sobre a articulação deste terrorismo a partir do Estado, Enrique Serra Padrós afirma que “enquanto sistema estatal, o TDE implementou uma variada gama de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos que deram suporte às atividades [...] das unidades específicas de inteligência, informação e controle [...]”²¹. Ainda explica que no caso da América Latina, o uso do mesmo foi justificado pela:

[...] necessidade de enfrentar a agressão “subversiva” que “ameaçava” a sociedade e que se alimentava das contradições sociais geradas pela pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites locais para a imposição de um novo modelo de acumulação [...].”²²

A ideia do TDE, de acordo com Gabriela Águila, está diretamente relacionada ao exercício indiscriminado do terror sobre a sociedade. Sugere um Estado quase impenetrável e um terrorismo advindo especialmente de vias clandestinas, operadas contra uma sociedade vítima e inerte, ideia da qual a autora discorda²³. Opinião parcialmente reforçada pelo autor Hugo Vezzetti que, ao tratar da construção de legitimidade e aceitação das bases da ditadura, afirma que: “la imagen de una sociedad mayoritaria y permanentemente aterrorizada frente a una violencia [estatal] extendida en la vida cotidiana es, básicamente, una construcción retrospectiva”²⁴, a qual igualmente nega o processo generalizado de vitimização da sociedade civil. Essa visão sobre a repressão teria causado invisibilidade sob dispositivos repressivos, que incluíam uma série de práticas legais e normativas. Embora Águila avalie que uma das grandes pertinências na obra de Duhalde à época “estaba centrada en el modelo de dominación estatal tanto como en su faz más novedosa y “original”: la clandestinidad de las prácticas represivas.”²⁵.

Dito isso, evidenciamos que a apropriação do conceito de TDE e suas alusões serão utilizadas como recurso nas discussões que permeiam a face violenta do processo ditatorial,

²¹ PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...* op.cit. p.15

²² Loc.cit

²³ ÁGUILA, Gabriela. La represión en la historia reciente argentina: perspectivas de abordaje. Conceptualizaciones y matices explicativos. *Revista Contenciosa*. Año I, nº 1, segundo semestre, 2013.

²⁴ VEZZETTI, Hugo apud LVOVICH, Daniel. *Actitudes sociales durante la dictadura militar argentina: las organizaciones sociales y el diálogo político de los 1980*. In: MERENSON, Silvina; BOHOSLAVSKY, Ernesto, et.al. (orgs). *Problemas de historia reciente del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. pp.259-276. p.261

²⁵ ÁGUILA, La represión en la historia reciente argentina... op.cit . p.5.

incluindo as práticas repressivas. Entretanto, leva-se em consideração as críticas dirigidas ao conceito buscando não limitar um sistema complexo às questões repressivas, principalmente por essas serem amplamente discutidas neste trabalho dialogando diretamente com o objeto de pesquisa.

Necessita-se avaliar que o processo ditatorial argentino apresenta características recorrentes em outros países latino-americanos que igualmente sofreram golpes durante as décadas de 1960 e 1970. Entre as semelhanças, o grande destaque à questão da dimensão repressiva e sua estrutura, motivo pelo qual a mesma aparece enquanto vertente explicativa das motivações destes regimes, bem como, por vezes, os comparam a outras realidades e casos semelhantes de repressão.²⁶ Contudo, é preciso ratificar uma tendência na análise destes processos, que retira o foco exclusivo da esfera repressiva destes regimes e os redireciona a um projeto mais amplo.

De acordo com Marina Franco²⁷, pensar na autonomia política leva em direção às ideias interpretativas levantadas pelo politólogo argentino Guillermo O'Donnell, que não descarta a influência do âmbito repressivo – organizado de forma estratégica e burocrática (conforme o próprio irá discorrer) a partir do Estado –, entretanto prevê uma ampliação reflexiva sobre as motivações destes “novos autoritarismos”.

O'Donnell propôs a ideia do *Estado Burocrático Autoritário*, desenvolvida em meados nos anos 1970, no qual explicava a lógica de um regime autoritário como um desdobramento do Estado Capitalista. Por meio de um pacto desenvolvimentista – em que se uniam diversos setores civis, o grande capital estrangeiro e, é claro, os militares – procurava abrir-se ao capital internacional para o desenvolvimento da economia argentina e, através da intervenção e apoio militar, proteger o status de dominação de uma classe. O autor também avaliava que o Estado fazia uso de seu poder para desenvolver mecanismos repressivos que fossem legais, estruturando a repressão de forma institucionalizada. Frente ao desempenho desse aparelho repressivo estrategicamente organizado tanto por meio do Estado como de organizações paraestatais, chegamos à figura dos *desaparecidos*.

O grupo chamado *detidos desaparecidos* é central neste trabalho, ainda que possam ser citados casos das outras modalidades iniciadas por sequestros e que tiveram diferentes

²⁶ Na década de 1980 o entrelaçamento do debate sobre o TDE com o Holocausto foi notório. Este último tornou-se uma espécie de modelo comparativo do exercício do terror durante o período da ditadura.

²⁷ FRANCO, Marina. *A modo de cierre: La historia de las dictaduras recientes del ConoSur como desafío epistemológico*. In: FRANCO, Marina; RAMÍREZ, Hernán (Orgs). *Las dictaduras del Cono Sur*. Ed: Civilização Brasileira. No prelo.

desdobramentos. A partir dessas “detenções” realizadas por meio de sequestros clandestinos nos mais diversos espaços, de trabalho, estudo, casas e até mesmo vias públicas, iniciava-se uma busca intensa por parte dos familiares para maiores informações. A falta dessas a partir da completa “inexistência” dos desaparecidos perante o Estado (já que não era possível obter informes tanto do paradeiro quanto de sua situação legal) foi ponto crucial para o inicial encontro e apoio mútuo destes familiares. Sua mobilização de forma conjunta deu início a muitas organizações de luta pelos Direitos Humanos com caráter mais específico em relação aos problemas e demandas do período da ditadura.

Elizabeth Jelín destaca que na Argentina estas organizações dedicadas a defender os Direitos Humanos não são tão recentes quanto se imagina, inclusive exemplifica através da Liga Argentina por los Derechos del Hombre que surge em 1937 denunciando perseguições políticas e discriminação racial e étnica²⁸. Igualmente, desaparecimentos e sequestros iniciam antes mesmo da instauração da ditadura, coincidindo com o surgimento de outros movimentos como o Servicio de Paz y Justicia, que já existia há muitas décadas e que se reorganiza em 1974, e a Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, fundada no ano em que os sequestros e assassinatos se intensificam.

De acordo com Estela Schindel, os principais organismos de defesa dos direitos humanos foram oito, os quais concentraram as principais atividades e demandas: Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH – 1937), Servicio Paz y Justicia (Serpaj - 1974), Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH - 1975), Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos (MEDH - 1976), Madres de Plaza de Mayo (1977), Abuelas de Plaza de Mayo (1977), Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas (1977), Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS - 1978).²⁹

Em meio a tantos organismos, é possível perceber que as mães de desaparecidos por razões políticas constituíram o Madres de Plaza de Mayo e, posteriormente, também o Abuelas de Plaza de Mayo, mesmo todas sendo mães de desaparecidos. Com uma representação pública formada apenas por mulheres, em sua maioria mães, sendo os outros participantes de suas atividades, colaboradores. Em nenhum momento elas se assumem como um grupo de formação mais ampla, ainda que esta informação não constasse no nome da organização. A escritura

²⁸ JELÍN, Elizabeth. La política de la memoria. **Revista Puentes**. [Buenos Aires], n. 4, p.72-91. 2001, p.74.

²⁹ SCHINDEL, Estela. La larga marcha de los desaparecidos: Itinerarios de una figura. In: Desaparición y Sociedad: Una lectura de la prensa gráfica argentina (1975-1978). Disponível em: http://www.diss.fu-berlin.de/diss/servlets/MCRFileNodeServlet/FUDISS_derivate_000000001574/09_Cap7.pdf?hosts=. Acesso em: 04/11/12

constitutiva da Asociación Madres de Plaza de Mayo, documento de 1977, que marca a formalização do grupo em associação civil, demonstra como elas se auto intitulavam um grupo de mulheres. Também, diante disso, elas compartilhavam uma mesma realidade, tanto circunstancial, como emotiva: “Las madres firmantes hemos resuelto constituir la asociación Civil ‘Madres de Plaza de Mayo’. [...] Somos madres de detenidos desaparecidos y representamos a muchos millares de mujeres argentinas en igual situación”.³⁰

Nora Cortiñas, mãe integrante da *Línea Fundadora*, ao escrever sobre a criação do grupo, enfatiza: “Somos también un movimiento social exclusivamente de mujeres, casi todas madres, hay algunas tías o algunas hermanas, pero la mayoría somos madres y tenemos este sentimiento visceral de las mujeres.”³¹ O grupo representa milhares de mulheres argentinas em igual situação, inclusive ressaltando um sentimento visceral, que remete a um ideal de cuidado, de gestação, de proteção do útero e, igualmente, de reação frente à perda, relacionando-o ao fator comum de serem mulheres, como se o sentimento em questão fosse atributo feminino.

Nesse processo de busca, identifica-se que outros familiares, sobretudo homens, também estavam envolvidos. A través da bibliografia, entrevistas cedidas por pais e nos próprios relatos de muitas mães, foi possível identificar a participação de muitos homens nas buscas por seus filhos desaparecidos. Inicialmente, muitos faziam parte da *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH)* e *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por razones políticas*, inclusive participavam diversas mães destes grupos, ainda que, posteriormente, tenham se retirado e fundado o *Madres de Plaza de Mayo*. Embora tenhamos conhecimento, por meio das fontes, de que os homens participaram destas buscas, essa informação não é muito difundida nem discutida. Também, pode-se dizer que tal é interpretada por diferentes panoramas.

Cortiñas expõe o medo que os pais tinham da repressão, que se apresentava mais dura em relação aos homens:

“[...] Y ya, los padres que hasta ese momento habían tenido miedo [...], el hecho de entrar a la Plaza de Mayo era un gesto que a veces decían “bueno, hasta cuando, mirá, porque las van a hacer desaparecer”. [...] Porque una cosa es caer las

³⁰ Cópia da escritura em arquivo do autor. Original no Arquivo Histórico da Associação Madres de Plaza de Mayo – AMPM. Apud GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres: Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Tomo I (1976 – 1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006. 696p. p.315-316.

³¹ CORTIÑAS, Nora. Un modelo económico impuesto a través del terrorismo de Estado. In: SANCHÍS, Norma. *El ALCA en debate: una perspectiva desde las mujeres*. Buenos Aires: Biblos, 2001. p.163

madres, y otra cosa es que si hubiésemos llevado a los padres, hubiera sido distinto.”³²

Julio Morresi, pai de desaparecido e integrante do grupo de *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por razones políticas*, afirma o apoio às mulheres que vêm executando a tarefa de reivindicação muito bem:

*“Seguimos siempre apoyando a Madres que están haciendo las cosas muy bien, son reconocidas en el mundo por su lucha, y han hecho una lucha sin violencia, porque están pidiendo por sus hijos, y sin nada de violencia.”*³³

Em trechos das entrevistas realizadas, muitos pais externaram a inquietação de alguns pesquisadores, jornalistas e parte da sociedade em saber onde estavam os pais dos desaparecidos em meio às várias manifestações de mães, filhos e outros familiares. Morresi, em entrevista que nos foi cedida, contempla a equipe do diretor Joaquín Daglio, responsável pelo documentário³⁴ sobre os pais de desaparecidos, os quais denominou de “Padres de la Plaza”.

*“[...] son unos jóvenes divinos, empezaron a preguntarse cuando se cumplieron los 30 años del golpe, están las madres, las abuelas y ¿los padres dónde están? ¿qué hacían los padres? Entonces ellos decidieron formarse, era un grupo de productores cineastas, entonces dijeron bueno, vamos a entrevistar a los padres a ver qué hacían ellos [...]”*³⁵

Ainda, o pai Marcos Weinstein nos remete mais uma vez à equipe de Joaquín:

*“Hubo la situación de los padres, lo que, el que lo puso mejor en texto y pantalla es Joaquín, él, él estuvo en una marcha que se cumplía, que se yo, creo que era en el 2006 debe ser, porque eran los treinta años del, del golpe militar de '76 y ve todos los carteles donde decía “madres, abuelas, hijos, hermanos” que se yo, y ¿dónde están los padres?, eso fueron a preguntar a madres de plaza de mayo y ahí se hizo lo que, ellos empezaron a estudiar el tema [...]”*³⁶

³² DI MARCO, Graciela. Hablan las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo. Testimonio de Nora Cortiñas: Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora. Disponível em: [http://www.unsam.edu.ar/escuelas/humanidades/centros/cedehu/material/\(34\)%20Entrevista%20Corti%C3%B1as.pdf](http://www.unsam.edu.ar/escuelas/humanidades/centros/cedehu/material/(34)%20Entrevista%20Corti%C3%B1as.pdf) Acesso em: 05/10/12. p. 2-3.

³³ Entrevista com Julio Morresi. HOWORTH, Iris. *¿Dónde están los Padres de la Plaza de Mayo? La militancia de los padres de desaparecidos en comparación con las Madres*. 2010. Disponível em: http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/937. Acesso em: 15/09/12. p.66

³⁴ PADRES DE LA PLAZA: 10 recorridos posibles. Direção de Joaquín Daglio. Argentina: Senda Producción Audiovisual, 2010. (103 min.): color.

³⁵ MORRESI, Julio. Entrevista. [abr 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

³⁶ WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar. 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

O próprio Joaquín Daglio nos revelou uma série de entrevistas realizada pela jornalista argentina Gisela Gaeta para o site oficial das Mães de Plaza de Mayo Línea Fundadora, demonstrando que algumas das mães valorizaram o questionamento, cedendo espaço a tal questão (assunto que será rediscutido no terceiro capítulo).³⁷

Dentre a produção acerca dos pais de desaparecidos por razões políticas na Argentina, é preciso mencionar o recente livro da escritora Eva Eisenstaedt. Lançado em março de 2014 (quando esta pesquisa estava em curso), “Padres de Plaza de Mayo: *Memorias de una lucha silenciosa*”³⁸ traz curtas entrevistas com doze pais percorrendo suas histórias de vida entrelaçadas aos acontecimentos do último golpe civil militar no país. A autora limita-se a exibir os depoimentos sem a pretensão de analisá-los sob uma perspectiva acadêmica ou militante, sua preocupação é evidenciar o tema. Notoriamente, dada a escassa elaboração de trabalhos que abordem tal questão, é muito provável que sua obra consiga dar a devida visibilidade aos pais.

Ainda que o assunto tenha sido revelado e atualmente seja discutido com maior frequência e intensidade, muitos anos se passaram sem que o papel paterno fosse questionado. O documentário lançado em 2010, *Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles*, colabora à visibilidade que a participação dos pais vem ganhando, o que gera possibilidades de discussão sobre o tema. Também são muito recentes as premiações que homenageiam e dão reconhecimento aos pais de desaparecidos por razões políticas como atores do processo de luta pelos direitos humanos. Em dezembro de 2003, através do decreto nº 1.200, o *Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos da Argentina* instituiu o prêmio “[...] anual denominado ‘Azucena Villaflor de Devicentini’³⁹, destinado a reconocer a los ciudadanos y/o entidades que se hubieren destacado por su trayectoria cívica en defensa de los derechos humanos”.⁴⁰ No ano de 2010, um grupo de pais foi contemplado com o prêmio, no mesmo ano do lançamento do documentário. Dois anos mais tarde, em 2012, a edição anual do evento

³⁷ A série não está mais disponível no site, contudo, encontramos uma entrevista realizada por Gisela no site La Fogata. ARGENTINA: LA LUCHA CONTINUA. Los Padres de Plaza de Mayo: Ricardo Braverman. Disponível em: http://www.lafogata.org/05arg/arg4/ar_22-5.htm. Acesso em: 15/05/14.

³⁸ EISENSTAEDT, Eva. **Padres de Plaza de Mayo: memorias de una lucha silenciosa**. Buenos Aires: Marea, 2014.

³⁹ Importante evidenciar que o prêmio recebeu este nome em homenagem a uma das fundadoras do movimento Madres de Plaza de Mayo que foi sequestrada e desaparecida em 1977. Até os dias de hoje Azucena é estimada pelas organizações de direitos humanos, bem como, é referência para as Madres que inclusive levavam em seu símbolo a flor, cujo nome é *azucena*, atravessada pela sigla do movimento: MPM (Madres de Plaza de Mayo).

⁴⁰ DECRETO Nº 1.200/2003. PREMIO ANUAL “AZUCENA VILLAFLOR DE DEVICENTINI”. Disponível em; http://www.derhuman.jus.gov.ar/pdfs/DECRETO_1200-2003.pdf. Acesso em: 23/10/12. O prêmio é entregue pelo (a) Presidente da República através de um objeto simbólico e um diploma de honra e reconhecimento. Importante pensar que o nome do prêmio que foi dado aos pais leva o nome de uma mãe.

“Premios Democracia”, organizado pelo “Centro Cultural Caras y Caretas”, fez mais uma indicação na categoria de Direitos Humanos aos *Padres de Plaza de Mayo*.⁴¹

Ao noticiar o surgimento de uma série na TV aberta argentina (baseada no documentário de Daglio sobre os pais) o site da “BBC Mundo” questiona: ¿Por qué Madres y no Padres de Plaza de Mayo? ⁴² As discussões que permeiam a presença desses homens juntamente às mães começam a trilhar um caminho mais amplo de interrogações diversas sobre o papel exercido por aqueles.

Tendo por base tais questionamentos, fundamentais à existência desta pesquisa, apresentamos algumas indagações que entendemos serem relevantes para discutirmos essa ação paterna. Houve tentativas de formação de um grupo de pais? Por que esse não se concretizou? A não formação do grupo teria sido influenciada igualmente pela força da repressão do regime contra os homens? Esse motivo também seria capaz de afastar os pais da militância? Ou ainda, torná-la diferenciada da luta realizada pelas mães? A construção histórica acerca da imagem materna teria legitimado o trabalho executado pelas mães, afastando os pais desta tarefa? Utilizando depoimentos principalmente de pais e, em menor escala, de algumas mães de desaparecidos, busca-se investigar a atuação dos pais desde o desaparecimento de seus filhos até sua participação nos movimentos e nas associações de direitos humanos em comparação à atuação das mães.

Podemos falar em um “enquadramento da memória”⁴³, no qual a reivindicação de uma história contada a partir da visão materna tenha ofuscado o trabalho dos pais? Afinal, manter a coesão e referências de um grupo está diretamente ligado à manutenção de uma identidade e, assim sendo, questionamos se a imagem construída pelos familiares é centrada na figura materna. E ainda, essa construção estaria dificultando a definição de um espaço paterno?

Diante das interrogações apresentadas, faz-se necessário um diálogo com o conceito gênero para aprofundar a análise interpretativa destas entrevistas a serem expostas. Precisa-se

⁴¹ PREMIOS DEMOCRACIA 2012. Disponível em: <http://www.premiosdemocracia.org.ar/>. Acesso em: 23/10/12. Este prêmio existe desde 2009 e visa contemplar grupos e/ou pessoas que realizem atividades em favor dos valores democráticos.

⁴² HERNÁNDEZ. Vladimir. ¿Por qué Madres y no Padres de Plaza de Mayo? BBC Mundo, Buenos Aires, 10 de junho de 2011. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/06/110609_argentina_padres_plaza_de_mayo_vh.shtml Acesso em: 04/11/12

⁴³ O termo *enquadramento da memória* foi discutido por Henry Rousso no sentido de que para manter um quadro de referência e coesão entre um grupo, se trabalha o enquadramento de uma memória para responder, por exemplo, a determinadas exigências de justificativas.

considerar a dimensão social e cultural por detrás dos papéis paterno e materno que serão discutidos ao longo deste trabalho.

Inicialmente, evidencia-se que entendemos “gênero” enquanto uma construção social, cultural e histórica das identidades que cada sexo (atribuição biológica) deva ter. Em razão disso, também nos pautamos pela ideia de que este conceito igualmente deve ser constantemente desconstruído. Problematizamos, desta forma, a ideia de determinação biológica da condição feminina e também da masculina. Essa ênfase da origem social das identidades, a qual nos apropriamos, foi difundida principalmente por meio de pesquisadoras norte-americanas incluindo a historiadora Joan Scott por meio de seu famoso texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Ao definir que esse não nasce da diferença entre os sexos, mas sim na tentativa de explicar tal diferença, Scott aposta na construção histórica e mutável das relações sociais entre homens e mulheres. Para a autora,

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social moveável que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos.⁴⁴

A análise das estruturas sociais em diferentes momentos históricos e espaços geográficos nos confirma a instabilidade dos papéis de gênero e suas atribuições. Esses passam por constantes reformulações e ressignificações a partir das interações sociais entre homens e mulheres. Tais papéis nada mais são do que as associações comportamentais que fazemos aos sexos, o que esperamos que uma mulher ou um homem faça, o que é apropriado e que, por vezes, é confundido com uma determinação biológica, algo inevitável, iminente e natural e não algo que somos condicionados a fazer. Essa condição natural leva aos estereótipos dos papéis de gênero que estão tão difundidos em nossa sociedade ao ponto de serem tratados como o esclarecimento das diferenças biológicas. Contudo, corroboramos que além desta análise macrossocial, nos interessa da mesma forma o âmbito da subjetividade, enfatizando as

⁴⁴ SCOTT, apud GROSSI, Miriam Pilar. Identidade de gênero e sexualidade. p.1-14. p.5. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/artigos/>. Acesso em: 23/12/14.

complexas relações da sociedade e da estrutura psíquica dos que a formam. Temática que será discutida mais adiante ao longo do texto, e sobretudo, retomada no terceiro capítulo.

Almejamos refletir e discutir questões que possam contribuir para a compreensão da atuação destes pais. Para tanto, apresentamos os métodos e fontes a serem utilizados para desenvolver esta pesquisa. Ressaltamos a história oral, a análise de periódicos e de filmes documentais. Partimos de uma afirmação da historiadora Verena Alberti para justificar a utilização do método de história oral: “A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado.”⁴⁵ A importância da história oral está em permitir o estudo e análise das experiências de pessoas e grupos, a chamada “história de experiência”. Essa é combinada com a ideia de mudança de perspectiva, evitando interpretações generalizantes sobre determinados grupos e acontecimentos. Exatamente isso é o que buscamos investigar. Um “grupo” que, apesar de não ter, ainda, considerável produção sobre sua história e atuação (possivelmente por não ter sido considerado um “grupo”), é alvo de certas generalizações, sejam elas ligadas ao fato de serem homens ou, ainda, no sentido de incluí-los em qualquer agrupação por não terem “identidade” definida.

Os testemunhos⁴⁶ são parte da memória. Constituem-se enquanto fenômenos sociais e, ainda que as memórias sejam construções individuais, podem ser estabelecidas coletivamente. A noção de identidade adquirida por meio dessa construção coletiva é fundamental, principalmente se pensarmos nas atividades do grupo de familiares de desaparecidos difundidas em contextos históricos e políticos muito amplos (inclusive em termos temporais), o que parece reforçar o “uso” constante destas memórias difundidas sob a forma de testemunhos. Dito isso, nos parece que as circunstâncias atuais aliam o “direito de lembrar” com a chamada “era dos testemunhos”, a qual estamos vivenciando de forma muito intensa, sobretudo, se considerarmos os testemunhos enquanto uma fala engajada e comprometida com a necessidade de ser evidenciada. Alguns autores chegam a falar de uma “urgência universal da memória dos testemunhos”.⁴⁷

⁴⁵ ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005. p.155-202. p.155.

⁴⁶ Evidencia-se que os termos testemunho e depoimento serão utilizados neste trabalho enquanto sinônimos.

⁴⁷ GRIN, Monica. *Reflexões sobre o direito ao ressentimento*. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p.127-141.

Michael Pollak discute que os elementos que constituem a memória possuem a capacidade de mutação, bem como podem apresentar-se invariáveis e solidificadas. Além do que, podem ser vividas pessoalmente ou “*vividas por tabela*”;

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.⁴⁸

Entende-se, ainda, que essa memória é desenvolvida em negociação com “o outro”, reforçando sua construção social. Agregar memórias das mães sobre a atuação dos pais, levando em consideração que há um entrelaçamento entre essas, que algumas memórias não vividas pessoalmente podem ter sido adquiridas pela proximidade e identificação⁴⁹, nos auxilia a refletir uma possível identidade destes pais.

A pesquisa pretende trazer uma visão dos pais, no presente, sobre fatos passados. Tudo é intercedido pelo presente, ao mesmo tempo em que tudo reivindica o passado. O presente é o tempo em que se começa a narrar e, logo, isso fica inscrito na narração. Conforme afirma Beatriz Sarlo:

Poderíamos dizer que o passado se faz presente. E a lembrança precisa do presente porque [...] o tempo próprio da lembrança é o presente: isto é, o único tempo apropriado para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o próprio.⁵⁰

Compreende-se que o uso de depoimentos não faz parte do ato de conferir informações, o foco na utilização das entrevistas não é *somente* complementar a análise de outras fontes, a ideia é pensá-las enquanto uma das principais fontes a serem analisadas. Assim, suas características de subjetividade são muito importantes e não devem ser encaradas de forma simplificada, com a crença de que através do testemunho se obtém uma verdade “maior” do que em outros documentos. Segundo Sarlo adverte, sobre os cuidados no uso da memória,

⁴⁸ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p.200-201

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das letras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.10

[...] não se deve basear na memória uma epistemologia ingênua cujas pretensões seriam rejeitadas em qualquer outro caso. Não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade na lembrança.⁵¹

Ainda, “não é menos positivista [...] a intangibilidade da experiência vivida na narração testemunhal do que a de um relato feito a partir de outras fontes”.⁵² Faz-se necessário atentar as problemáticas referentes à validade das narrativas, são versões, e não cabe ao pesquisador julgá-las, nem somente detê-las.⁵³ Pretende-se analisar o percurso de pessoas que ainda estão vivas, e, através da história oral, acompanhar esta metamorfose, que é a memória. Conforme Pierre Nora, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta a dialética da lembrança e do esquecimento [...]”.⁵⁴

Verena Alberti igualmente alerta acerca dos modelos possíveis de entrevista, as ditas “história de vida” ou temáticas, mesmo que as entrevistas temáticas possam ser relativas a histórias de vida. Na realidade, a presente pesquisa mescla ambos os tipos. Primeiramente, porque utilizamos entrevistas consultadas no projeto Memoria Abierta as quais são “entrevistas de vida” e, ainda que façamos um recorte temático, elas têm características deste modelo de depoimento. Já as entrevistas que realizamos são temáticas. Optamos por um recorte temporal claramente delimitado na vida destes entrevistados a partir de informações adquiridas através de outros depoimentos como o já citado acervo oral e também de documentário que expõe depoimentos de pais.

Consideramos também o chamado “ponto de saturação”⁵⁵, que, dentre as possibilidades de ser alcançado, se destaca o trabalho com um grupo muito homogêneo de entrevistados, os quais depois de certo tempo passam a construir narrativas muito semelhantes. O propósito não é descaracterizar as memórias semelhantes, característica a ser observada em análise, mas buscar a possibilidade de as compreender melhor através de outros depoimentos. Ressalva-se aqui a proposta da pesquisa em ampliar o estudo, pode-se dizer “comparativo”, entre mães e pais, sendo assim, também nos parece viável incluir alguns trechos de depoimentos de mães para uma compreensão maior.

⁵¹ Ibid. p.44

⁵² Ibid. p.48

⁵³ ALBERTI, Verena. *Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6793?show=full>. Acesso em: 10/01/15.

⁵⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, SP. Dezembro de 1983. p.7-28, p.9

⁵⁵ Conceito trabalhado em BERTAUX, Daniel. apud ALBERTI, *Fontes Oraís: Histórias dentro da história*, op.cit.

A “apresentação” dos pais, cujos depoimentos serão utilizados na construção da pesquisa, será realizada no segundo capítulo do trabalho quando introduziremos uma breve biografia de cada um e os dados pertinentes ao desaparecimento de seus filhos, “situando” o leitor com a história desses.

Também se utilizarão recursos audiovisuais, conforme referenciado anteriormente, como documentários que apresentam entrevistas, as quais serão analisadas e incorporadas ao trabalho. Tendo em base a ideia de que tais fontes podem ser consideradas novos formatos no campo da história oral. Ao analisar tais produtos, é preciso considerar que carregam interesses dos mais diversos, mesmo que inconscientemente. Marcos Napolitano entende que “cinema é manipulação e é essa sua natureza que deve ser levada em conta no trabalho historiográfico, com todas as implicações que isso representa”.⁵⁶ O pesquisador do tema, Eduardo Morettin, afirma que a análise de filmes vai além da duplicidade “manipulação ou verdade”, o destacável são as variações na sua leitura que provocam muitas vezes incoerências: “trata-se de desvendar os projetos ideológicos com os quais a obra dialoga e necessariamente trava contato, sem perder de vista a sua singularidade dentro do seu contexto”.⁵⁷

Por último, com relação ao uso dos periódicos, enfatizamos que Tania Regina de Luca sugere uma análise além da informação óbvia que esta fonte traz, apontando que é importante: “[...] alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador”⁵⁸. Ressalta-se que jornais e revistas são projetos coletivos e, em situações nas quais são produzidos por grupos que identificam claramente suas pretensões, difunde-se uma imagem própria.

Baseando-se nestes preceitos, será de extrema importância analisar as mídias impressas produzidas pelas Mães da Plaza de Mayo, que em grupo elaboram desde um discurso que narra sua trajetória política e de luta, bem como priorizam aquilo que entendem que deva ser destacado e publicado. Levando em consideração que um dos objetivos do trabalho é perceber a representatividade da atuação dos pais em meio a das mães, os periódicos serão significativos.

Pretende-se discutir no primeiro capítulo as questões que envolvem a constituição do Estado autoritário argentino. Esse aprofundamento será desenvolvido sob a luz dos preceitos

⁵⁶ NAPOLITANO, Marcos. *Fontes audiovisuais: A História depois do papel*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005. p.235-289. p.247

⁵⁷ MORETTIN apud NAPOLITANO, op.cit. p.245

⁵⁸ LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005. p.111-153. p.116

defendidos por Guillermo O'Donnell com a ideia do Estado Burocrático Autoritário. Enfatizando a estrutura repressiva, abordaremos sua concepção ideológica e prática enfocando a modalidade de desaparecimento e seus alcances além da geração de jovens atingida diretamente, também seus entornos familiares e sociais.

No segundo capítulo iremos nos acerrar das vias de atuação destes pais de desaparecidos, problematizando-as a partir da alusão de um grupo de mães e a inexistência de um grupo paterno. Nosso objetivo neste capítulo é o de contextualizar o início das atividades desses familiares de detidos desaparecidos em um momento muito importante, o qual se reinicia um processo de reconstrução de vias coletivas de resistência. Procuramos saber como foram suas buscas e, posteriormente, a constituição e agrupamento desses atores, suas participações em organismos de Direitos Humanos. Evidenciaremos a atuação dos pais, até então pouco conhecida e divulgada, a partir de seus próprios relatos.

Enfim, o terceiro e último capítulo versará sobre a constituição social dos papéis de gênero, sobretudo, acerca de maternidade e paternidade. Trataremos da identidade muito particular do grupo de mães cujo discurso fortemente voltado à figura feminina e materna foi reforçado. Analisaremos aspectos sobre a transmissão da memória do grupo de mães construída sob o ideal de coesão que há tantos anos permeia o imaginário coletivo da sociedade argentina. Ainda, sob uma nova perspectiva, abordaremos a construção de uma memória inclusiva, que está (re)desenhando o papel dos pais, o qual não tinha ainda sido tão explorado e discutido.

CAPÍTULO 1. A ARGENTINA DA REORGANIZACIÓN NACIONAL

Não por acaso se implementou o plano de Reorganização Nacional na Argentina. Não bruscamente o modelo de democracia argentina foi abalado, enfraquecido e a estrutura social da sociedade repensada. Mais do que isto, não repentinamente a figura do subversivo, inimigo interno surgiu de forma descriteriosa, sem rosto e sem perfil e a repressão passou a ser estatal e sistemática, com caráter exterminador.

Neste capítulo, apresenta-se o contexto histórico e social do período a ser tratado, a ditadura civil militar de 1976-1983. Da mesma forma, discute-se o modelo de Estado vigente através dos preceitos do Estado Burocrático Autoritário. A partir deste contexto, vamos pormenorizar a questão repressiva, desde sua concepção ideológica, passando pela estruturação e utilização do aparato repressivo e da modalidade de desaparecimento, amplamente difundida na Argentina e, por fim, as consequências da utilização de tais métodos repressivos largamente arquitetados.

1.1. O Estado Burocrático Autoritário

Iniciaremos tratando da utilização do conceito *Estado Burocrático Autoritário*, em adiante EBA, desenvolvido pelo politólogo argentino Guillermo O'Donnell. Conforme discorreremos rapidamente na introdução, o conceito parte de explicações macroestruturais e tem por objetivo ampliar a compreensão de um regime autoritário enquanto um desdobramento do Estado Capitalista. Por meio de um estudo de caso, O'Donnell tinha a pretensão de contribuir com a análise das “novas formas de dominação autoritárias” que surgiram na América Latina nos anos 60 e que nos anos 70 ganharam características mais agudas. Embora, ao tratar dos “novos autoritarismos”, o autor seja criticado pela falta de análise das estruturas propriamente militares nos parece interessante aliar seu trabalho com o de outros autores que enfoquem questões mais específicas do regime para uma visão abrangente sobre a natureza do mesmo.

A ideia do EBA foi desenvolvida tendo por base o cenário da Argentina de 1966 até 1973, durante o golpe deflagrado pela coalizão golpista liderada pelo General Juan Carlos Onganía. Parece-nos extremamente relevante o destaque ao período no qual o autor se debruça para corroborar o sucessivo desgaste “forçado” do sistema democrático e principalmente elucidar o projeto reestrutural já vigente na época. Segundo Ricardo Sidicaro⁵⁹, menos de um ano após a

⁵⁹ SIDICARO, op.cit.

instauração da ditadura de 1966, era claro que o único projeto desta coalizão se baseava na premissa de encerrar o sistema de representação e participação da cidadania. O regime de Onganía tinha um programa de três tempos: econômico, social e político. O econômico se transformaria em estrutura produtiva, condição necessária para melhorar o social e os níveis de vida da população, para enfim conseguir criar no político um sistema de poder equilibrado.

O'Donnell já observava na introdução do livro *El estado burocrático autoritário*⁶⁰ que analisar a crise e violência de 1966 até 1973, a partir da atualidade da qual escrevia, pareceria quase “antiquado”, considerando toda instrumentalização de modo sistemático e maciço do processo repressivo ocorrido após o período em questão. Entretanto, é preciso compreender que o percurso decorrido até 1973 influenciou profundamente os anos posteriores, ressalva enfatizada por alguns autores, como Marcelo Cavarrozi, que indicam semelhanças entre os golpes de 1966 e 1976, sobretudo, com relação à intensidade repressiva que agora aniquilava os inimigos e suas extensões; fato capaz de diferenciar esses dois golpes dos anteriores. Em sua análise, centraliza-se a figura do Estado, e não a do regime político, o que acaba rompendo com as concepções até então estabelecidas sobre o papel do Estado na construção do plano ditatorial e na aplicação do mesmo. Segundo o sociólogo Paulo César Nascimento, parte da inovação na obra de O'Donnell vinha da ligação entre modernização, desenvolvimento e democracia. Também, seu rompimento com o conceito de modernização conforme o modelo anglo-saxão, quando ela é diretamente associada a uma situação benéfica para a sociedade, gerando considerável autonomia à mesma.

Essas eram teses inovadoras e provocativas. Afinal de contas, a percepção hegemônica de modernização, de inspiração anglo-saxônica, sempre associou este processo com o crescimento da riqueza econômica, independência da sociedade civil, e o fortalecimento de instituições e valores democráticos. Segundo O'Donnell, a modernização nos principais países latino-americanos significou, ao contrário, uma tentativa de combater a crise econômica por meio da contenção da luta de classes (destruição do poder sindical e supressão dos partidos de esquerda), controle da mídia e restrições às liberdades democráticas, arrocho salarial (como parte de novo processo de acumulação e desenvolvimento capitalistas), além de forte presença do Estado na economia. Nesse sentido, a denominação de “burocrático” a este novo sistema autoritário captura bem a aspiração desses regimes de usar as alavancas do Estado para a

⁶⁰ O'DONNELL, Guillermo. *El estado burocrático autoritário*. Buenos Aires: Prometeo Libros. 2009. 442p.

modernização, e substituir o apoio das massas pela despolitização da sociedade e a eficiência econômica.⁶¹

Outro aspecto importante a ser ressaltado nos EBA é que não se notam os modelos personalistas no qual a figura de um general ou caudilho é significativa, passam a figurar grupos com interesses convergentes e setores variados.

[novo autoritarismo] veio à tona como exigência de uma nova etapa de modernização do capitalismo na América Latina. Sua base social não era mais a oligarquia latifundiária ou a massa urbana de *descamisados*, e seus líderes não faziam o perfil do caudilho populista típico. Ao contrário, o novo sistema autoritário substituiu a antiga classe política oligárquica por uma coalizão de militares, empresários e tecnocratas da burocracia estatal.⁶²

Focando em coalizões golpistas⁶³, conforme o faz Ricardo Sidicaro, enfatiza-se ademais dos militares o vínculo civil da ditadura, atribuindo as responsabilidades de setores empresariais e os próprios tecnocratas, que se manifestam de dentro do aparelho estatal contemplando suas alianças. Para manter o *status quo*, o qual poderia ser ameaçado pela “subversão”, O’Donnell sugere que o Estado fazia uso de seu poder para desenvolver mecanismos que fossem legais estruturando um movimento de contenção das organizações civis, tornando, sobretudo, “institucionalizada” a repressão. Nesse sentido, Sidicaro já alertava as características bastante claras da coalizão do golpe de 1976:

La cuestión central para la coalición golpista que instauró la dictadura de Videla-Martínez de Hoz era claramente social: cómo transformar el sistema de relaciones políticas, sociales y económicas para maximizar las condiciones de explotación del trabajo asalariado suprimiendo la capacidad de las clases populares de defender sus conquistas anteriores y de lograr nuevos avances.⁶⁴

Dito isso, reforçamos nossa crença na importância de abordar questões relativas ao caráter fundacional da ditadura, que muito além de ter a violência como finalidade, fez uso da mesma com o intento de aplicar seu modelo de sociedade. De acordo com o historiador Hernán

⁶¹ NASCIMENTO, Paulo César. Guillermo O’Donnell (1936-2011). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 9-14. p.10. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 28/01/2014.

⁶² Loc cit.

⁶³ Conforme abordamos na introdução deste trabalho, o conceito de Coalizões Golpistas é amplamente utilizado por Ricardo Sidicaro que propõe a ideia de alianças de distintos setores que tentam destituir as autoridades constitucionais.

⁶⁴ SIDICARO, op.cit.p.91

Ramírez, “[...] ficou mais evidente quando o regime autoritário argentino abandonou o termo Revolução, [...] que passou a se associar exclusivamente às forças da esquerda, e se autointitulou *Proceso de Reorganización Nacional*”.⁶⁵ A nomenclatura indicava suas intenções de reformulação e, sobretudo, que o “processo” não viria de maneira rápida e isolada.⁶⁶

À ideia de reorganização do Estado por meio da implementação de uma reestruturação social regressiva, desindustrialização, do processo de concentração econômica, hegemonia do capital financeiro e dos grandes grupos econômicos argentinos, o projeto neoliberal foi dando seus primeiros passos bastante significativos.

No aspecto econômico, os regimes autoritários tiveram a intenção de quebrar o tripé desenvolvimentista, o que foi amplamente conseguido. Eles derrotaram os projetos das burguesias nacionais, do Estado soberano e do proletariado industrial organizado. Foi nesse período que aconteceu a primeira etapa de reformas, precursora do neoliberalismo, com uma acelerada primarização, [...] também se observa uma lenta e inexorável redução do Estado como ator econômico, por meio do sucateamento e da privatização dos seus aparelhos, embora com resistências; assim como um arrocho salarial e uma conculcação de direitos trabalhistas nunca antes vista, que tiveram como consequências uma perda da soberania, passando os países que as sofreram a depender de uma maior ingerência externa, seja da potência dominante ou de instituições multilaterais, nas quais aquela tem preponderância.⁶⁷

Ao retomar questões pertinentes desenvolvidas por Guillermo O’Donnell, pretendemos corroborar às dimensões colossais do projeto ditatorial que atingiu a sociedade em âmbitos variados. Reforçamos a noção de que a repressão foi um meio e não finalidade, embora, ademais de ter ciência da violência descomunal e desproporcional empreendida, nosso objeto surja exatamente da consequência de toda essa opressão. Igualmente, é importante assinalar as inúmeras demonstrações de tirania e perversidade que, de forma alguma, podem passar despercebidas ou serem naturalizadas por fazerem parte de um projeto social, político, econômico e cultural. Ao contrário, deve-se focar no acionar repressivo da ditadura e na implementação do terror à sociedade é dar visibilidade à face mais obscura desse processo e, de certa forma, fomentar um estudo que não fique apenas detido ao estrutural (igualmente

⁶⁵ RAMÍREZ, op.cit.p.77.

⁶⁶ Somente em 1979 foram lançadas à sociedade as Bases Políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional, nas quais se apresentavam as linhas doutrinárias do governo e as aspirações para o país. Segundo Lvovich, o documento era genérico e buscava um diálogo formal, a iniciar-se em 1980, entre as Forças Armadas e os civis para a manutenção do projeto e futuro acesso de cidadãos à atividade política. O momento era de crise interna do regime e previa uma transição. Cf. LVOVICH, op.cit, p.262.

⁶⁷ RAMÍREZ, op.cit.p.85

importante) mas, também, para o social e humano. Para tanto, iremos discorrer nos próximos pontos desse capítulo sobre o tema da *repressão* e algumas de suas estratégias de implementação. Observaremos a institucionalização dessa por meio do Estado e seus artifícios legais que possibilitaram, de fato, a efetivação desse projeto de tanto impacto para a sociedade argentina.

1.2. A repressão

Nesse ponto, retomaremos e aprofundaremos algumas informações sobre a repressão empreendida na ditadura civil militar argentina. Salientamos que não cabe a esse trabalho uma intensa discussão sobre as variadas formas e aplicabilidades dessa, embora mais adiante abordaremos uma modalidade repressiva em específico, imprescindível à nossa pesquisa: a do desaparecimento. Priorizamos expor o panorama da organização repressiva antecessora ao golpe, até os primeiros anos do *Proceso de Reorganización Nacional*, os quais se caracterizam enquanto os de maior incidência de tal aparato. Afinal de contas, conforme explicita Pilar Calveiro, “não há poder sem repressão, mas, mais do que isso, é possível afirmar que a repressão é de fato a alma do poder”.⁶⁸

Inicialmente, parece-nos fundamental afirmar que o projeto repressivo, muito além de ser uma reação ocasional ao contexto sociopolítico vivido na década de 1970, foi uma construção ideológica que vinha se desenvolvendo há, pelo menos, duas décadas antes. A instabilidade política na Argentina, intensificada em meados de 1950, era atribuída tanto ao peronismo como às esquerdas radicalizadas; reflexo direto do contexto latino-americano influenciado pela Revolução Cubana, articulada na segunda metade da década de 1950. A conjuntura da época trazia os conflitos da Guerra Fria diretamente para a região, sobretudo, com o apoio da União Soviética ao governo cubano. No período, a prioridade de segurança dos Estados Unidos passou a ser a contenção da expansão comunista em todo o mundo, especialmente no continente americano, sua principal área de influência. Em função dessa medida, sua teoria de contra insurgência passou a ser disseminada em toda América.

Juntamente à teoria de contra insurgência estadunidense estava a doutrina francesa de guerra revolucionária, que inclusive influenciou a teoria norte-americana.⁶⁹ A obtenção rápida e segura de informações buscava destruir o organograma celular dos grupos de oposição. Segundo Bauer, sobre a doutrina francesa:

[...] a teoria da guerra revolucionária tinha estratégias e métodos que incluíam um eficaz sistema de informações organizado mediante o esquadrinhamento do território, a utilização de centros clandestinos de detenção e interrogatório, o emprego das torturas físicas e psicológicas, a “reconversão” dos presos

⁶⁸ CALVEIRO, *op.cit.*, p. 37

⁶⁹ Conforme Caroline Silveira Bauer, a partir de 1961 durante o governo de John Fitzgerald Kennedy, as concepções francesas da guerra revolucionária foram incorporadas à teoria estadunidense. BAUER. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

políticos e a eliminação dos militantes através de esquadrões da morte ou do desaparecimento.”⁷⁰

O medo iminente na ameaça que a esquerda representava deu espaço à abrangência do termo “subversivo” e fortaleceu sua figura enquanto um oponente. A ideia da subversão como um método difundido por um inimigo social, político e ideológico, o qual não formava exércitos convencionais e estaria infiltrado na sociedade, demonstrava perigo ao projeto que se apresentava. Onde se manifestasse um aparente comunismo, o estado deveria estar presente e intervir em prol da segurança nacional. Assim sendo, incentivaram-se as premissas de uma doutrina de combate direto em resposta a esta ameaça onipresente por meio da Doutrina de Segurança Nacional. Enrique Padrós discute, e tenta elucidar, a complexidade do conceito e sua utilização:

Comblin procura cercar o conceito ao propor que: “A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo”. Esta é a chave-mestra para entender o conceito. A DSN considera o comunismo como sinônimo de “inimigo interno” e sabe-se que este é um conceito funcional que identifica um alvo que pode ser (e de fato é) ampliado a partir das necessidades conjunturais que o controle da sociedade exige, tornando o próprio conceito de Segurança Nacional muito flexível. Consequentemente, o comunismo (ou aparente comunismo) pode manifestar-se (como “inimigo interno”) em qualquer setor da sociedade; logo, o Estado precisa estar organizado e aparelhado para combatê-lo à altura, ou seja, com a aplicação funcional da política de Segurança Nacional [...]”⁷¹

De acordo com Marcos Novaro e Vicente Palermo, no caso argentino, a doutrina teria sido nutrida principalmente por militares e sacerdotes católicos franceses participantes da luta contra insurgente na Argélia e na Indochina na década de 1950. Desde 1957, a Escuela Superior de Guerra em Buenos Aires teria recebido militares franceses que permaneceram na instituição até o início dos anos 1960, os oficiais franceses doutrinaram os quadros jovens das Forças Armadas às técnicas antissubversão, assim como, difundiram por meio de uma publicação impressa o pensamento anticomunista⁷².

Juan Carlos Onganía, presidente durante a Revolução Argentina (golpe deflagrado em 1966) foi quem deu estatuto oficial à Doutrina de Segurança Nacional. Em seu governo, a

⁷⁰ Ibid, p.38

⁷¹ PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. op.cit. p.189.

⁷² Revista *Verbo* com sede em Buenos Aires, dirigida desde 1962 por Georges Grasset e de circulação nos meios de convivência da direita e em quartéis.

mesma passou a fazer parte da formação militar, acarretando à naturalização de técnicas como a infiltração, o interrogatório, a tortura, o sequestro, entre outras.⁷³ Aliadas a tais ensinamentos, evidenciam-se a ampliação e sistematização de tais técnicas em escolas militares norte americanas, com a finalidade de homogeneizar a orientação das Forças Armadas. Notabilizamos anteriormente a opção de alguns estudiosos em diferenciar as ditaduras de 1966 e de 1976 das anteriores ocorridas no país. A interpretação prioriza sua análise por meio dos métodos repressivos, com caráter exterminador, o que se reforça tendo base no que foi exposto.

Ao destacar o processo de formação do consenso antissubversivo no interior das Forças Armadas, vale evidenciar que os quadros formados na década de 1960, sob os modelos de ensino supracitados (baseados na eliminação dos inimigos da segurança nacional), já faziam parte dos níveis superiores das três forças em meados dos anos 1970. Associado a esse fator, também estava o enfraquecimento dos militares de setores moderados, isso representa uma lógica funcional bastante particular que demonstrou, inclusive, estar propensa ao rompimento de regras e da disciplina da instituição militar, além da quebra constitucional como foi constatado nos anos seguintes.

O cenário desenhado a partir de 1973 viria consolidar o enaltecimento às ações das Forças Armadas em contraponto ao detrimento e a “fragilidade” dos políticos. Em maio do mesmo ano, antes do retorno de Perón ao poder (retornou à Argentina em junho), Cámpora aprovava a Lei 20.508, que concedia anistia aos presos políticos durante a ditadura de Lanusse. Em 1974 e 1975 intensificavam-se as atividades armadas dos grupos guerrilheiros e o período caracterizava-se como o de maior movimentação das forças sindicais e dos estudantes. A suposta radicalização da esquerda assustava, acima de tudo, por indicar uma consonância de setores do peronismo com a esquerda revolucionária. Tudo levava à crença de que já estava em curso uma guerra, o que reforçava a necessidade de uma doutrina para a segurança nacional.

O triênio peronista, antecessor ao golpe, preparou a esfera para o plano sistemático da repressão. Tratando do âmbito legal e judicial, é importante destacar as características pública e normativa, nas quais parte destas ações repressivas foram encadeadas. No ano de 1974, fora instaurado o Estado de Sítio (vigente até dezembro de 1983), previsto pelo artigo 23 da Constituição Federal, além disso, se aprovou a lei 20.840, a chamada “Lei de Segurança Nacional”.⁷⁴ Essas medidas foram tomadas em um período de governo constitucional,

⁷³ NOVARO; PALERMO, op.cit, p.110

⁷⁴ CELS. El caso argentino: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y condena. Conclusiones

culminando em um ambiente favorável à posterior instauração de uma “legislação de exceção” (defendida a partir de 1976). O governo de Isabel Perón foi um marco jurídico que permitiu que uma série de ações das Forças Armadas se tornassem legais. A partir de 1975, o Poder Executivo Nacional “aprovou” disposições e decretos como o nº 256 no qual se deu início a Operação Independência na província de Tucumán e o nº 2.722, que previa executar as atividades necessárias para aniquilar os elementos subversivos, tarefa do Conselho de Defesa Nacional recém-criado.⁷⁵

De acordo com o que expusemos na introdução, a repressão iniciada, ainda em período constitucional, teve continuidade estratégica, bem como ideológica, por meio das Forças Armadas. Essas assumiram de maneira direta a elaboração, controle e execução dos combates antissubversivos em 1975. As operações tiveram a combinação de uma condução centralizada, apoiada por uma estrutura operacional informal e descentralizada, dessa forma, as operações clandestinas usufruíam plenamente do sistema de defesa e segurança estatal. Conforme a CONADEP,

[...] Fuerzas de Tarea o Equipo de Combate, se conformaban prácticamente en forma anónima en lugares de encuentro predeterminados, donde se impartía la misión y con personal de distintos elementos que – en muchos casos – ni siquiera se conocían. Una vez cumplida la misión, dicho personal se reintegraba a sus elementos de origen [...].⁷⁶

Para suas ações, o Exército dividiu o território nacional em cinco zonas que respondiam a um Corpo do Exército e a Institutos Militares. Novaro e Palermo apontam:

[...] a elas somaria zonas especiais sob a jurisdição da Marinha e da Aeronáutica. Dentro de cada zona, as brigadas tinham a seu cargo uma subzona e aos regimentos cabia uma área. Aos comandantes dessas unidades se reportavam os chefes dos centros clandestinos (situados frequentemente nos próprios quartéis ou em dependências policiais) e dos grupos de tarefas que neles operavam [...].⁷⁷

y recomendaciones. Coloquio: "La política de desapariciones forzadas de personas" París, 31 de enero - 1o. de febrero de 1981. Disponível em: <http://www.cels.org.ar/common/documentos/Elparalelismoglobal.pdf> . Acesso em: 25/08/14.

⁷⁵ ÁGUILA, Gabriela. *El ejercicio de la represión en la Argentina*, op.cit , p.6.

⁷⁶ CONADEP. *Nunca Más*: Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. 8ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 2013. p.260.

⁷⁷ NOVARO; PALERMO, op.cit, p.153

O plano militar teve como eixo principal a comunidade informativa, ou seja, os vários Serviços de Informação em cada uma das Forças Armadas organizados a partir da coordenação do Serviço de Informações do Estado (SIDE).⁷⁸ Os serviços de inteligência criados antes do golpe identificavam o que os policiais chamavam de “bandos de delinquentes terroristas”, militantes, organizações político-militares e, sobretudo, suas estruturas como os grupos comunitários e sindicais. Nas vésperas do golpe e nos primeiros anos da ditadura, era difícil a identificação de membros das organizações subversivas, à medida que muitas trabalhavam de forma clandestina. O momento era de intensa atuação dos grupos paramilitares, o que estimulava a ocultação de identidade dos organismos e de seus componentes. Para tanto, a aplicação sistemática do terror se dava por meio dos familiares, colaboradores e membros periféricos para chegar aos membros orgânicos.

Posto que estamos abordando a repressão desde sua elaboração ideológica, passando pela estruturação de seu aparato, bem como sua aplicabilidade, trataremos de algumas ações articuladas antes mesmo do golpe em si e do ano de 1976. Um bom exemplo é o da Operação Independência iniciada em 1975, que tinha como principal função erradicar o ERP, grupo de guerrilha rural estabelecido nas regiões montanhosas de Tucumán. Parece-nos conveniente falar de tal operação, pois tal teve implicações muito mais profundas do que uma simples tentativa de contenção guerrilheira. Destaca-se inicialmente que aí foram relatados os primeiros casos de sequestro enquanto método de detenção⁷⁹, também, o fornecimento de treinamento militar nos primeiros centros clandestinos de detenção e a concepção de outro estágio na “guerra antissubversiva”, a execução das chamadas tarefas de “limpeza” que não se restringiam as guerrilhas rurais e passaram a ocorrer de forma intensa também no meio urbano.

A chamada “Operação Independência” incluiu, no quadro de uma estratégia voltada para desativar o que se entendia como as “fontes da subversão”, a criação dos primeiros centros clandestinos de detenção e a organização de grupos operacionais formados principalmente por militares e policiais da ativa que, atuando de forma encoberta, sequestraram, torturaram e assassinaram centenas de militantes políticos, sindicais e universitários em grande parte alheios, ou com uma relação indireta, com a luta armada.⁸⁰

Estudantes, intelectuais e sindicalistas foram taxados enquanto “ideólogos da subversão”. De acordo com o diagnóstico dos militares sobre a ameaça subversiva destacavam-

⁷⁸ DUHALDE, *op.cit.*

⁷⁹ BAUER, *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória* *op.cit.*

⁸⁰ NOVARO; PALERMO, *op.cit.* p.90.

se dois grupos que necessitavam de relevância especial: o sindical e o estudantil. Os sindicatos foram considerados grandes obstáculos aos governos militares, principalmente no que diz respeito aos programas de reforma econômica e institucional. No princípio dos anos 1970 a radicalização da política atingiu fortemente o meio sindical propagando sindicatos combativos e um clima tenso de rebelião industrial. Conforme Novaro e Palermo,

[...] sabendo que a inserção da guerrilha no sindicalismo era muito escassa, os militares contaram com uma arma muito valiosa: a ofensiva lançada pelas organizações armadas, em 1974 e 1975, para inserir-se nesse campo. A partir de então, a eliminação ou demissão dos ativistas sindicais pôde escudar-se na necessidade de frear a “guerrilha industrial”, contra a qual alertavam empresários e políticos de direita.⁸¹

Os autores ainda afirmam que a perseguição aos delegados de base e das comissões internas foram objetivos de prioridade. Essas tarefas passaram a ser executadas, inclusive, pela AAA ou Triple A. Além de alguns casos em que ocorreram ocupações militares nas fábricas e a criação de centros de inteligência com rede de informantes, desenvolvidas antes do golpe. O receio era tanto, que em 1976 o Instituto para o Desenvolvimento de Executivos na Argentina – Idea – lançou juntamente ao exército um folheto explicativo sobre a ameaça subversiva no âmbito sindical, recomendando a delação de operários suspeitos.⁸²

Outra frente combatida exaustivamente foi a educacional, principalmente no meio universitário. De acordo com Forças Armadas, esse era o local onde se difundia e penetrava o ideal subversivo. Também ali se formavam os quadros e futuros dirigentes dos movimentos e partidos. A ideia de interromper a cadeia ideológica difundida entre gerações era fundamental para que não surgissem novas tendências à esquerda e, principalmente, novos grupos armados. A supressão de docentes e estudantes passou a se intensificar a partir de 1977, expressivamente, por meio da chamada “Operação Claridade”. O controle ideológico não se restringiu às pessoas, estendendo-se à seleção criteriosa de materiais didáticos e bibliografias utilizadas no ensino. A “caça” a esses setores foi tão intensa, que pelos dados levantados pela CONADEP⁸³ – Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas – dentre as vítimas que ainda permanecem na condição de desaparecidas, destaca-se em primeiro lugar: operários, que somam 30,2% e, logo em seguida, os estudantes, representando 21,0%.⁸⁴

⁸¹ Ibid. p.149

⁸² Ibid.

⁸³ Seu Informe entregue em 1984 resultou no livro *Nunca Más*.

⁸⁴ CONADEP. Op.cit, p.300.

É de suma importância expor que o golpe de Estado foi o pontapé inicial para articulação de um plano repressivo a nível nacional abrangente, não ficando restrito apenas a algumas províncias. O forte aparelho repressivo em todas as províncias passou a ser ordenado, tendo diversas modalidades e especificidades para os espaços nos quais seriam executadas as ações antissubversivas. Assim como no ano de 1974, a partir de 1976 foram aprovadas uma série de leis que favoreciam e facilitavam a atuação repressiva. Através da lei 21.264 se previa reclusão de até 10 anos para quem incitasse a violência coletiva ou alterasse a ordem pública; já a lei 21.460 determinava que as Forças Armadas investigariam os delitos subversivos; a 21.461 constituía conselhos de guerra especiais para os atos daqueles.⁸⁵ Segundo Gabriela Águila,

Ese accionar represivo no adquirió su perfil “definitivo” hasta la toma del aparato del estado por las Fuerzas Armadas, cuando las acciones selectivas y dispersas de los grupos paraestatales y las fuerzas “legales” se centralizaron y coordinaron, convergiendo en un despliegue represivo que tuvo alcance nacional.⁸⁶

Doravante este momento, foi notória uma organização centralizada da repressão. O aparato repressivo estatal concentrou-se inteiramente sob a condução das Forças Armadas, plenamente equipado com estruturas de segurança e de inteligência. Introduziu-se sanções como o caráter estável da Pena de Morte⁸⁷ e instaurou-se a justiça militar como ferramenta de formação para lidar com os processos de caráter subversivo. Outras medidas mais evidentes, como a intervenção em sindicatos, proibição das greves, das atividades de política estudantil e a suspensão de partidos políticos, são alguns exemplos.

O projeto refundador radical, proposto em 1976, segundo os autores Novaro e Palermo, viria para “pôr fim à longa saga de ‘frustrações’ que a havia marcado [a nação argentina] nas décadas anteriores e que a colocara ‘à beira da dissolução’⁸⁸. O “fracasso” do golpe de 1966 era atribuído à moderação ou fraqueza da doutrina e do método com o qual foi implantada. Diante deste panorama, o número abusivo de prisões mediante o golpe – principalmente aos dirigentes sindicais, militantes estudantis e de partidos políticos – impunha uma noção de vigilância e disciplina sob os setores sociais e políticos. Uma considerável parcela dessas categorias foi legalmente detida em prisões e quartéis, ficando “à disposição do Poder

⁸⁵ Cf. ÁGUILA, *El ejercicio de la represión en la Argentina*, op.cit nota 27, p.11.

⁸⁶Ibid. p.8.

⁸⁷ Ainda que no período ditatorial a pena de morte tenha sido incorporada na legislação penal, nenhum Conselho de Guerra processou formalmente alguém por meio dessa.

⁸⁸ NOVARO; PALERMO, op.cit. p.30.

Executivo Nacional” de certa forma, esses foram considerados mais “afortunados”, figurando a categoria de “inimigos potenciais”.

Estes políticos e sindicalistas não representavam, aos olhos dos militares, uma ameaça imediata para o êxito do golpe. Durante os meses que o antecederam, alguns deles haviam tentado freá-lo, por meio da substituição de Isabel por alguma figura aceitável para as Forças Armadas, ou a antecipação das eleições presidenciais para fins de 1976.⁸⁹

O outro grupo identificado como “inimigo ativo” era uma categoria mais “perigosa”, representava resistência ao golpe e passou a fazer parte da lista de nomes a serem primordialmente detidos (ou sequestrados). Conforme destacamos anteriormente, nesse grupo enquadravam-se sindicalistas e estudantes.

A partir da pesquisa organizada pela CONADEP, afirma-se a existência de uma metodologia repressiva, cuja sequência *sequestro-desaparição-tortura* foi identificada. O trio repressivo mencionado não se constituiu enquanto uma regra em todas as situações, entretanto, representa as ações cometidas na maior parte dos casos. Embora existam estimativas de que cerca de 600 sequestros tenham sido cometidos antes mesmo do golpe⁹⁰, essa metodologia acentuou-se nos anos seguintes. Os maiores índices de sequestros, assassinatos e desaparecimentos foram produzidos nos primeiros anos da ditadura, entre 1976 e 1979. O conjunto destas práticas caracteriza a estratégia de implantação repressiva como um projeto consciente e planejado e não enquanto mera fatalidade do processo.

Em suma, buscamos retratar o acionar repressivo colocado em prática na década de 1970, enquanto um meio para o combate da radicalização da esquerda, desenvolvendo-se ao longo de muitos anos em diversos âmbitos. Destacamos a utilização de métodos legais e clandestinos⁹¹ para a concretização da ação repressiva; os serviços secretos de inteligência fomentados pelo Estado, como o SIDE, que usufruíam do aparato estatal e toda sua gama de possibilidades investigativas aliado as operações formadas por policiais e militares que agiam de forma clandestina. Igualmente, no meio legal, enfatizamos as leis que facilitavam a legislação de exceção e que permitiram que fosse colocada em prática uma série de ações com respaldo jurídico. No campo ideológico, a formação do chamado consenso antissubversivo

⁸⁹ Ibid. p.28.

⁹⁰ CONADEP. Op.cit.

⁹¹ O que os autores, e pais de desaparecidos políticos, Emilio Fermín Mignone e Augusto Conte Mc Donnell chamam de Paralelismo Global, a utilização paralela de tais métodos. CELS, op.cit.

dentro das Forças Armadas por meio da formação militar com base tanto na doutrina francesa de guerra revolucionária como na teoria de contra insurgência estadunidense. Também a oficialização da Doutrina de Segurança Nacional encadeou o aprendizado de métodos altamente violentos, trazidos de outras experiências de conflitos.

Não obstante, entre os métodos repressivos ensinados dentro das Forças Armadas e implementados ao longo de todo o *Proceso de Reorganización Nacional*, daremos ênfase ao que se tornou referencial nos estudos sobre repressão na ditadura civil militar argentina: o desaparecimento. Cabe ressaltar que as mais variadas formas de repressão foram incorporadas pelas ditaduras, não havendo somente um tipo de método em determinado país. Contudo, pode-se perceber que houveram opções estratégicas por parte dos militares para cada contexto, o que não diminui a gravidade destes atos e seu descomprometimento com os Direitos Humanos. A desaparecimento forçada de pessoas foi tão explorada, que chegou a ser identificada como uma distinção do caso argentino em comparação a outras características expressivas em outros países, como por exemplo, a aplicação da tortura para o caso brasileiro, as prisões em massa no Uruguai e os fuzilamentos no Chile.

1.2.1. "No están ni vivos ni muertos; están desaparecidos". A modalidade repressiva do desaparecimento.

A modalidade repressiva que ficou conhecida como *desaparecimento* não é considerada uma prática originária dos países latino-americanos, muito embora a primazia em seu uso, durante os processos ditatoriais na América, possa sugerir o contrário. O histórico do método revela sua utilização de forma embrionária durante a Segunda Guerra Mundial, com base no decreto de Noite e Névoa (Nacht und Nebel Erlass) que o regime nazista aplicou a partir de 1941.⁹² Em seus fundamentos, explica-se que a execução não era arma de dissuasão suficiente contra as ameaças dos grupos de resistência, era necessária a força psicológica além da física, portanto, os que não fossem mortos deveriam ir para um lugar desconhecido gerando a sensação constante de incerteza aos entornos sociais e familiares. Experiências posteriores foram redesenhando os usos desta prática. Ressalta-se que em meados dos anos 1950 na Península Indochinesa o método foi adotado e testado, em seguida, “aprimorado” em meio à Guerra do Vietnã pelos norte-americanos. Da mesma forma, há registros do uso desta prática por parte dos franceses no processo de colonização da Argélia.

Na Argentina, a utilização do método do desaparecimento como forma de repressão política surgiu após o golpe de 1966. De forma esporádica, essa era executada por grupos ligados ao poder, mas que não necessariamente realizavam a repressão em nome do Estado. A partir de 1974, a prática do desaparecimento enquanto repressão estatal estruturou-se no governo peronista por meio da AAA e do Comando Libertadores da América. Conforme tratamos anteriormente, a Operação Independência de 1975 reafirmou o consentimento peronista com o uso do método ordenando a aniquilação da guerrilha em Tucumán. Já no ano do golpe, a união da prática do desaparecimento, com o centro clandestino de detenção e o extermínio, tornaram-se não apenas mais uma modalidade repressiva, e sim a modalidade vigente.

A cientista política Pilar Calveiro traz à tona a ideia de um “poder desaparecedor” para o caso argentino. Para a autora, esse poder seria representado pela estrutura repressiva responsável pelo dispositivo de desaparecimento, tanto com relação ao isolamento e retirada de direitos básicos de uma pessoa, como também, a desaparecimento de seus restos físicos. O “poder

⁹² NOVARO; PALERMO, op.cit.

desaparecedor” igualmente tenderia a relacionar-se com uma matriz autoritária na sociedade,⁹³ característica presente em países latino-americanos com seus históricos colonialistas. A história argentina teria sido assinalada pelas características deste poder, e por meio destas, criado condições de eliminação “do que” fosse conflituoso. Para a autora:

[...] cabe assinalar também que as características desse poder desaparecedor não eram insólitas, tampouco constituíram uma invenção. Estavam profundamente enraizadas na sociedade desde o século XIX, favorecendo o desaparecimento do que quer que fosse disfuncional, incômodo, conflitivo.⁹⁴

De forma geral, as ditaduras do Cone Sul vivenciaram o método de “desaparição forçada”⁹⁵, difundido por meio dos sequestros clandestinos, contudo, o caso argentino apresenta particularidades destacáveis. Calveiro aborda a desapareição como uma característica extremamente presente na última ditadura civil militar argentina, tanto que teria ganhado status de uma doutrina quase própria, um sistema repensado a partir de outras experiências e desenvolvido para o contexto do país. A autora defende que, para o caso argentino, houve uma junção de formas de concentração que existiam na Segunda Guerra e outras posteriores. Ela marca, por exemplo, a criação de um dispositivo maquinário estruturado para concentrar os presos e posteriormente eliminá-los. Essa dupla de “concentração e extermínio” seria muito semelhante ao caso nazista. Em entrevista à Revista Fórum, Calveiro afirmou:

Creio que a coisa específica que analiso aqui é a figura do campo de concentração, uma particularidade do caso argentino, pensado como uma constelação de centros clandestinos que operam em nível nacional, em todo o território e com um comando central da própria estrutura das Forças Armadas. Isso ocorre somente na Argentina, ainda que também na Guatemala se veja algo parecido num dado momento e no caso do Paraguai não haja essa estrutura completa; mas há, sim, um lugar que tem as características de um campo de concentração, de extermínio, com pessoas detidas ali sem nenhum direito reconhecido, isoladas. Contudo, esse modelo de constelação, que cobre o território nacional, é muito característico do caso argentino.⁹⁶

⁹³ A ideia reforçada pela autora tem sua origem em Michel Foucault, no sentido de que há uma retroalimentação entre o sistema repressivo e a sociedade que o permite e sustenta.

⁹⁴ CALVEIRO, op.cit p. 28.

⁹⁵ O termo “forçada” enfatiza a noção de que a pessoa não desapareceu por vontade própria, mas seu desaparecimento foi desencadeado pela situação ilegal do sequestro

⁹⁶ FARIA, Glauco. *A memória, o poder e o desaparecimento*. Entrevista a Pilar Calveiro. Transcrição/tradução Cristina Uchôa. Revista Fórum. Edição 128, dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/12/a-memoria-o-poder-e-o-desaparecimento/> Acesso em: 25/10/14.

Salientamos também que a constituição do maquinário, apontado pela autora, obedecia uma burocratização das “ações” militares, o que não apenas naturalizava as atrocidades cometidas, como dificultava o questionamento das ordens por parte dos executores. Tamanha é a cadeia de comandos, que cada subordinado os executa de forma parcial, não sendo atribuída responsabilidade ao processo em conjunto. A fragmentação possibilitava que ninguém se responsabilizasse pelo controle da máquina em si e diminuía a possibilidade de uma desobediência ou denúncia.⁹⁷

O desaparecimento, tal como conhecemos nas ditaduras do Cone Sul, é considerado “forçado”, geralmente iniciado por um sequestro ilegal e clandestino posto em prática através de organismos estatais como a Polícia e o Exército. Tais setores reuniam as condições estruturais necessárias para se concretizar o método repressivo, as “operações” de sequestros e desaparecimentos mobilizavam de forma geral as forças repressivas. De acordo com Padrós, suas características eram:

[...] comando centralizado, agilidade operacional, abrangência nacional, treinamento e armamento específico, disciplina, hierarquia e obediência. Claro que também houve centralidade na participação dos serviços de informação, normalmente vinculados às tarefas de mapeamento do inimigo interno, fornecimento de informação às unidades envolvidas mais diretamente no combate à “subversão” e execução dos interrogatórios. Igualmente, a estrutura policial teve atuação destacada; em alguns casos, a guerra contra-revolucionária a teve como protagonista principal até sua substituição pelo Exército. Não se pode perder de vista também a demanda de imediato apoio logístico exigido nas ações desta modalidade repressiva: armas, munições, veículos (oficiais e encobertos), equipamento de comunicações, rede de centros de detenção e de tortura, meios para desfazer-se dos cadáveres, etc.⁹⁸

Os “grupos de tarefas”, “patotas” ou, ainda, “bandos”, atuavam principalmente à noite atacando os domicílios das vítimas. Agiam desproporcionalmente armados e chegavam a agregar até vinte homens que atuavam de forma intimidadora, não apenas pelas atitudes violentas, mas também pela utilização de veículos pesados marcados pelas insígnias da Força à qual pertenciam. Através de comunicação interna se solicitava que a zona de atuação fosse liberada para que não houvesse qualquer imprevisto ou intervenção. O termo utilizado para esta situação foi “luz verde”, no sentido de uma permissão. A “luz verde” eliminava posteriores

⁹⁷ Esta estrutura operacional possibilitou que em 1987, sob o governo de Raul Alfonsín, fosse instituída a Ley de Obediencia Debida, n.º 23.521, na qual não era possível punir os delitos cometidos por membros das Forças Armadas cujo grau fosse inferior ao de coronel. A alegação tinha respaldo pela noção militar de que os subordinados se limitavam a obedecer às ordens dadas por seus superiores.

⁹⁸ PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. op.cit, p.649.

denúncias barradas pela “desinformação” sobre qualquer ação, a qual todas as forças repressivas eram, na realidade, cúmplices. Fazer apagões de luz em regiões nas quais se dariam as operações também era estratégia. Ademais, o anonimato, ou não, das operações tinha relação direta com os locais nos quais eram realizados. Em grandes centros urbanos o anonimato era quase sempre garantido pelo grande número populacional, já em centros menores – onde a identificação era mais provável – recursos de disfarce como perucas, capuzes, óculos e outros artificios, eram usados.

La intimidación y el terror no solo apuntan a inmovilizar a las víctimas en su capacidad de respuesta ante la agresión. Están dirigidos, también, a lograr el mismo propósito entre el vecindario. Así, en muchas circunstancias, se interrumpe el tráfico, se cortan los suministros eléctricos, se utilizan megáfonos, reflectores, bombas de estrépito, bengalas y hasta granadas y helicópteros, en desproporción con las necesidades del operativo.⁹⁹

Ações realizadas em domicílio geralmente eram mais longas e abriam precedentes para tomadas de atitude perversas que passaram a ser constantes. Houve casos em que o sequestrado era submetido à tortura antes mesmo de deixar sua residência. Também foram descritas situações de tortura em familiares da vítima presentes no momento do sequestro. Ocorrências de sequestros realizados na presença de crianças e operações em que se aguardava o retorno do suspeito dentro de sua própria casa fazendo seus familiares e vizinhos de reféns. Os relatos frequentemente apontavam saques e “pilhagem” dos bens encontrados nas casas.

Entretanto, parece importante discutir que o trato com os subversivos ao longo do processo, pelas generalizações exageradas, eliminou também pessoas sem quaisquer significados políticos. Ainda que o reforço no caráter secreto da repressão seja algo dado como certo, é importante questioná-lo e pensar que muitas ações ocorriam em meio a espaços “públicos” de ampla visibilidade, nas ruas, universidades, fábricas, domicílios. Também incidia o envolvimento de civis, profissionais de diferentes setores como os hospitais, onde foram tratados alguns detidos; e cemitérios (ou terrenos), para onde eram levados corpos sem identificação.

A utilização do sequestro enquanto forma de detenção e a publicidade dos casos por meio de depoimentos possibilitou a elaboração de uma classificação para os casos de desaparecimentos. A metodologia foi desenvolvida pelo Centro de Estudios Legales y Sociales

⁹⁹ DUHALDE, op.cit, p.342-343

de Buenos Aires, o CELS. As classificações seriam: os *Desaparecidos Temporários* – pessoas sequestradas que ficaram presas de forma clandestina durante um período e foram libertadas não oficialmente; os *Detidos Clandestinos que foram “legalizados”* – a detenção foi legalizada a partir do Estatuto de preso político e esses foram encaminhados à reclusão legal. E, por fim, os *Detidos Desaparecidos* – sequestrados que se mantiveram na situação indefinida por tempo incerto não se tendo notícias dos mesmos desde o sequestro.¹⁰⁰ As informações sobre esses últimos advêm de relatos de testemunhas e de prisioneiros sobreviventes dos Centros Clandestinos de Detenção, que conviveram com outros presos tidos como desaparecidos.

Embora seja muito difícil elaborar uma definição permanente sobre pessoas desaparecidas, a Anistia Internacional aponta que:

Para a Anistia Internacional, desaparecidas são aquelas pessoas “privadas de liberdade por agentes do Estado, das que se oculta o paradeiro e se nega a privação de liberdade”. Neste sentido, a organização afirma que a desapareição forçada é “uma política onde o governo procura alcançar a máxima capacidade repressiva com um mínimo de responsabilidade”.¹⁰¹

Diante dos dados levantados pela CONADEP, concluiu-se que a maior parte dos sequestros e detenções ilegais, presenciadas por testemunhas, ocorreu em seus próprios domicílios. Tal situação soma 62% das detenções, logo em seguida, os sequestros em via pública representam 24,6%, acompanhados de local de trabalho com 7% e de estudo com 6%.¹⁰² Também se concluiu que os sequestros ocorriam majoritariamente durante a noite e nas madrugadas, representando 62% dos casos. Da mesma forma, atenta-se ao fato de se concentrarem em dias próximos ao final de semana, com a intenção de evitar que a família pudesse agir prontamente, implicando em alguns dias de “vantagem” estratégica e o estabelecimento da insegurança e do medo.

A importância da face clandestina nestes atos era a de permitir que o Estado se isentasse de culpa, negando, inclusive, as detenções ilegais, ainda que, em alguns casos, houvesse testemunhas que teriam presenciado os sequestros. Neste sentido, ainda podemos evidenciar o caráter clandestino das próprias vítimas (enquanto militantes), suas duplas identidades, nomes forjados e documentos falsos, permitiam que os repressores distorcessem a situação

¹⁰⁰ CELS. Op.cit.

¹⁰¹ AMNISTÍA INTERNACIONAL. Desapariciones forzadas y homicidios políticos. La crisis de los derechos humanos en los noventa. Manual para la acción. Apud PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...* op.cit, p.644.

¹⁰² CONADEP, op.cit. p.21.

responsabilizando-os por seus próprios desaparecimentos, como se o mesmo tivesse sido uma opção.

A vítima, também chamada de “chupado”¹⁰³, era encapuzada e levada até um Centro Clandestino de Detenção, submetida à tortura enquanto participava de um interrogatório, para que contribuísse com informações pertinentes sobre outros companheiros ou sobre a estrutura da organização a qual era vinculada. Os grupos de inteligência controlavam a informação existente sobre os detidos e, desta forma, orientavam o interrogatório para que fosse “produtivo”. No caso dos Detidos Desaparecidos, após todo processo de desumanização, sofrida por meio das torturas físicas e psicológicas e a vivência nos centros clandestinos, os mesmos eram “trasladados”, “o que no jargão (que nisto também imitava a terminologia nazista) significava seu assassinato e o desaparecimento do corpo”.¹⁰⁴ O tempo até que o detido fosse “trasladado” dependia de muitos fatores, não havendo uma regra específica.

Em 1985, a CONADEP estimava em seu relatório (ainda de forma não definitiva) que 8.960 pessoas teriam sido desaparecidas pelo Estado argentino, com base nas denúncias recebidas pela Comissão. Contudo, números “não oficiais” levantados por organizações de Direitos Humanos (como as Mães da Plaza de Mayo¹⁰⁵) apontam que os desaparecidos chegaram a ser mais de 30.000. A frequente discussão que permeia o argumento numérico toca em questões relativas à construção da memória coletiva sobre a figura dos desaparecidos e sua importância como traço fundamental do período ditatorial, muito embora os termos valorativos nem sempre sejam tão significativos a ponto de alterar a compreensão e representatividade de um episódio.

[...] contribuindo para a desconstrução do argumento numérico, é importante mencionar a pesquisa realizada por David Becker e Hugo Calderón no Chile pós ditatorial. De acordo com esses pesquisadores, se fosse perguntado a um chileno sobre as mortes ocorridas durante a ditadura civil-militar, a resposta provavelmente oscilaria entre 30 e 100 mil casos. Porém, levando-se em consideração as estimativas das organizações de Direitos Humanos, como a *Vicaría de la Solidaridad*, as cifras são de 10 mil mortos e desaparecidos. Esse fato levou Becker e Calderón à conclusão que “evidentemente, em termos valorativos, não há nenhuma diferença se são mil, dez mil ou cem mil as

¹⁰³ A palavra “chupar” corresponderia à ação de sequestrar. O termo “chupado” referia-se ao desaparecido, e ainda, “chupadero” para designar o campo de concentração.

¹⁰⁴ NOVARO; PALERMO, op.cit. p.146

¹⁰⁵ Existem denúncias (como a de Sergio Schoklender) que apontam que a estimativa de 30.000 pessoas teria sido inventada e divulgada pela líder da Asociación Madres de Plaza de Mayo, Hebe de Bonafini. REATO, Ceferino. Disposición Final: La confesión de Videla sobre los desaparecidos. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012 p.43.

pessoas mortas, [...]. A diferença entre as cifras reais de mortos e as cifras supostas demonstra o poder e a eficácia da estratégia de terror do regime”¹⁰⁶

Opondo termos como existência e presença, e desencorajando a busca por respostas sobre a condição dos desaparecidos, o título desse subitem apresenta a célebre frase proferida pelo então presidente argentino General Jorge Rafael Videla. A famosa frase foi proferida em uma conferência à imprensa no ano de 1979, logo após a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à Argentina.¹⁰⁷ O ano em questão é bastante emblemático, passado o mundial de futebol em 1978, cuja vitória foi da Argentina, o Proceso de Reorganización encontrava-se em um momento de estruturação em busca da consolidação plena. O discurso do governo era favorável a uma “limpeza” necessária, já que, segundo o presidente, eram os terroristas subversivos que rompiam com as noções de Direitos Humanos e almejavam mudar a forma de vida da sociedade argentina, a qual era alicerçada no ideal cristão. A resposta do presidente à pergunta do jornalista José Ignacio López afirmava enfaticamente que as medidas tomadas preservavam a dignidade, a moral e a vida do homem diante de uma guerra que teria sido imposta e não declarada.

*“Sr. Presidente, quiero volver sobre algo que usted ya tocó. El último domingo de octubre, el Papa Juan Pablo II se refirió a Argentina en la Plaza de San Pedro, de distintas maneras, pero, entre otras cosas, habló de un problema que ya ha sido tocado aquí, como ese problema de los desaparecidos y los detenidos sin causa, sin proceso. Le quiero preguntar si usted que muchas veces se ha dirigido al Papa, le ha contestado reservadamente a esas impresiones de Juan Pablo II? Y si hay algunas medidas en estudio en el gobierno sobre ese problema [...]”*¹⁰⁸

O período representava os anos de maior incidência das práticas repressivas de desaparecimento. A temática causava medo, embora, despertasse algumas indagações inclusive públicas, conforme a articulação de movimentos de Direitos Humanos e grupos de Familiares já denunciavam. Sobretudo, na conferência citada, alguns questionamentos corajosos de jornalistas renderam a frase exaustivamente vinculada sobre os desaparecidos.

¹⁰⁶ BAUER, *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória* op.cit, p.36

¹⁰⁷ Na internet, o servidor Youtube disponibiliza alguns vídeos da conferência em diferentes edições e versões. Utilizamos o programa argentino *Lo Pasado Pensado*, conduzido pelo historiador Felipe Pigna. LO PASADO PENSADO. La Conferencia de Videla (1979). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7PCzaoEPv10>. Acesso em:15/10/14.

¹⁰⁸ Ibid.

Ainda que sejam notórias as decisões articuladas e arquitetadas das ações repressivas, reforçando a noção de que o crime coletivo não foi um excesso, nem um “erro de cálculo”, Jorge Rafael Videla negava sua elaboração prévia. Mesmo após muitos anos do contexto ditatorial, em entrevista ao jornalista Ceferino Reato entre o final de 2011 e início de 2012, ele afirmou:

Nosotros no tomamos esa decisión antes del golpe sino cuando se nos presentó el problema de qué hacer con esa gente, que no podía ser fusilada públicamente ni tampoco podía ser condenada judicialmente. Entramos a la guerra sin saber qué hacer con todas las personas que eran el costo necesario para ganar la guerra. La solución fue apareciendo de una manera espontánea, con los casos de desaparecidos que se fueron dando. Casos espontáneos, pero que, repito, no eran decididos por un joven oficial recién recibido; no, casos que eran ordenados por un capitán que, a su vez, recibía la orden del jefe de la brigada que a su vez, recibía la orden del comandante o jefe de Zona.¹⁰⁹

O propósito dos desaparecimentos na Argentina não era associado, somente, à possibilidade de causar intimidação na sociedade. A utilização do método se explica muito mais enquanto uma resposta, da equação que se apresentava à opinião pública (dentro do país e internacionalmente), com relação à violência propagada pelo Estado. Mais do que sumir com subversivos, era extremamente importante ocultar os atos repressivos em si. De acordo com o próprio presidente Videla, diante da necessidade de se eliminar quaisquer evidências das “mortes que deveriam ocorrer para ganhar a guerra”, a alternativa dos desaparecimentos pareceu a mais plausível, já que, por meio dos fuzilamentos o Estado ficaria em evidência sendo pressionado pelos governos de outros países, pela igreja na figura do Papa, e ainda, por movimentos civis por Direitos Humanos.

- Pongamos que eran siete mil u ocho mil las personas que debían morir para ganar la guerra; no podíamos fusilarlas. ¿Cómo íbamos a fusilar a toda esa gente? [...] También estaba el resquemor mundial que había provocado la represión de [el general Augusto] Pinochet en Chile. Tampoco podíamos fusilar hoy a cinco en Buenos Aires, mañana a tres en Rosario, pasado mañana a cinco en Córdoba porque iba a llegar un momento en que la gente diría: “¡Basta, esto no es Cuba!”¹¹⁰

O ditador também manifestou a impossibilidade de se julgar todas as pessoas, não pelo número em si, mas pela pouca probabilidade de um juiz aceitar tal incumbência, baseado no

¹⁰⁹ REATO, op.cit. p.52

¹¹⁰ Ibid. p.43-44.

que ocorrera com a Cámara Federal no Penal de La Nación em 1973. O caso, já mencionado nesse trabalho, diz respeito à lei de anistia aos presos políticos durante a ditadura de Alejandro Augustín Lanusse. Conforme foi ordenada a soltura destes presos, em 1973 eles foram anistiados pelo Congresso, além da Cámara ser destituída e as leis antissubversivas suprimidas. A justificativa de Videla era a de que nenhum juiz se prontificaria a tal posição, posto o resultado “negativo” da situação recente.

Outro fator interessante a se evidenciar, para demonstrar o quanto a preocupação em causar comoção pública era visível, ademais do fato de saberem que a intervenção seria violenta, foi o encontro de Eduardo Massera com o embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Robert Hill, às vésperas do golpe. Na reunião, Massera teria exposto a preocupação de suas relações públicas nos Estados Unidos caso precisassem intervir no governo. Afirmou que eram conscientes da necessidade em se evitar problemas relativos aos Direitos Humanos e, ainda, que não seguiriam o modelo da intervenção de Pinochet no Chile.¹¹¹ Nesse “novo” contexto, a situação política estadunidense não era favorável aos “governos amigos” que violassem os Direitos Humanos. A campanha que condenava a repressão ilegal na União Soviética, bem como das ditaduras civis militares do Cone Sul, foi encabeçada por James Carter, representante da volta dos democratas à Casa Branca em 1977. O giro na opinião pública norte-americana, que antes parecia omissa às graves violações de Direitos Humanos e a eleição de Carter, influenciaram os militares argentinos a optar pela Disposición Final¹¹² e seu método “menos repercussivo”.

De acordo com Eduardo Duhalde, a eficácia do método se dava em função de alguns pontos principais: a) evitava-se a reação internacional direta e rápida; b) o povo argentino não estaria preparado para aceitar a aplicação massiva da pena de morte; c) do ponto de vista logístico, a confidencialidade do acionar repressivo dava vantagens, como ignorar se o sequestrado está vivo ou morto, permitia a tortura sem denúncia, evitava que após interrogatórios o detido avisasse aos companheiros as informações vazadas, possibilitava uma quebra da resistência, mediante o longo período na condição de prisioneiro, tornava possível a aplicação de métodos psicológicos que alterassem a identidade política e psíquica; d) facilitava a aplicação massiva da pena de morte sem necessidade de provas e elementos jurídicos,

¹¹¹ Ibid.

¹¹² O termo *Disposición Final* seria de uso estritamente militar e estaria relacionado ao ato de retirar de circulação, “de serviço”, algo que não teria mais vida útil, que não tem serventia. Cf. REATO, op.cit. p.54.

também, em grupos como mulheres, idosos e menores de idade; e e) o método possuía um efeito dissuasivo em toda sociedade mediante a expansão do medo.¹¹³

Outro motivo, embasado especificamente no ponto de vista da estratégia militar, apontaria as desapareições como resultado do protagonismo dos serviços de inteligência. Com a finalidade de evitar infiltrações, e na tentativa de causar incertezas ao inimigo, exaltava-se a importância da desapareição. Evocando a influência da doutrina francesa de guerra revolucionária, o trabalho de inteligência era fundamental para desarticular a estrutura das guerrilhas que funcionava de forma celular, os militantes não se conheciam entre si, somente a um “superior” o qual mantinham contato. Ao causar a sensação de incerteza do que teria ocorrido com o correspondente, desmanchava-se sua sustentação. O desaparecido poderia estar preso, delatando a estrutura, ter passado para outro bando, enfim, as muitas possibilidades incidiam exatamente na reação de hesitação frente ao desconhecido.

Com base no que foi exposto, debruçamo-nos sobre uma questão que seguramente foi debatida à exaustão (ainda que não existam muitos estudos acadêmicos específicos sobre) e igualmente, foi levantada pelo sociólogo argentino Emilio Crenzel: “Cuál era el grado de conocimiento de la sociedad argentina sobre las desapariciones mientras éstas ocurrían?”¹¹⁴. Uma indagação tão complexa não pode ser “respondida” pontualmente, sequer teríamos tal pretensão, embora compreendamos que abordá-la parece indispensável, dado o objeto de estudo desse trabalho, que nasce exatamente das denúncias e das buscas por informações sobre os desaparecidos.

Preliminarmente, é importante destacar um ponto que Crenzel reforça em sua proposta de compreensão desse fato, que diz respeito à heterogeneidade tanto de conhecimento (e de seus níveis) como de interpretação sobre as práticas de desaparecimento: os graus de informação acerca de processos sociais são distintos. Pensar que a sociedade como um todo não tinha ideia do que ocorria é tão problemático quanto afirmar o contrário, que as evidências estavam visíveis e era possível elaborar uma noção com sentido. Da mesma forma, a produção de discursos que responsabilizavam de forma única e exclusiva as Forças Armadas, excetuando a responsabilidade das elites políticas e econômicas, era igualmente falha. Para o autor:

Esta perspectiva, además de negar que la lectura de la realidad está mediada por los marcos de asimilación e interpretación de los sujetos, desconoce los

¹¹³ DUHALDE, op.cit. p.339

¹¹⁴ CRENZEL, Emilio. La historia política del *Nunca Más*: la memoria de las desapariciones en la Argentina. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. 270p. p.38.

mecanismos de negación, evasión e incredulidad que operan frente a experiencias de violencia extrema en un contexto signado por el terror y la particular combinación de visibilidad pública y de ocultamiento que signó la perpetración de las desapariciones.¹¹⁵

Abordar a recepção da sociedade valorando suas distinções é fundamental, inclusive para prestigiar a complexidade desta história, até mesmo as divergências acadêmicas com relação aos níveis de conhecimento sobre a repressão, muito antes de serem conflituosas, nos parecem complementares. Enquanto alguns defendem que a sociedade se negou a ver o que ocorria ignorando o processo de violência do Estado, outros acreditam nas variações de percepção pública envolta por muitos fatores como o medo, a culpabilidade das vítimas e a própria intensificação da violência com o passar dos anos e o aumento do número de desaparecidos. Crenzel lembra que mesmo os familiares de desaparecidos, e suas denúncias iniciais, desconheciam a responsabilidade estatal na prática repressiva. Os primeiros trabalhos de alguns grupos de direitos humanos, que ambicionavam a elaboração de informes, também se baseavam em desapareções que escapavam do controle da Junta Militar. De acordo com o depoimento da mãe integrante do grupo Mães da Plaza de Mayo, María Adela Gard de Antokoletz, ao jornalista argentino Ulises Gorini, a primeira presidente do grupo, Azucena Villaflor, e as mães não sabiam do envolvimento de Videla:

[...] Azucena pensaba que Videla no tenía noción de la verdadera dimensión del problema. Por eso se lo teníamos que demostrar yendo a la Plaza de Mayo y escribiéndole una carta donde le solicitaríamos una entrevista para que viera lo que estaba pasando. [...] No nos dábamos cuenta de lo que era el Proceso y de la responsabilidad de Videla, como no nos dábamos cuenta del poderoso motivo económico-social que llevó a dar el golpe y a arbitrar las terribles medidas en pro de la Teoría de Seguridad Nacional.¹¹⁶

Ao pautar as diferentes assimilações e interpretações do que ocorria, não pretendemos discutir diretamente a repercussão das desapareções na sociedade, mas sim introduzir uma importante questão, que diz respeito à difusão das incertezas, dos receios e medos sobre o presente, sobre o cotidiano das pessoas, assim como, sobre seu futuro.

De forma conclusiva, a elucidação sobre a modalidade repressiva do desaparecimento desde suas origens contemporâneas até seu desenvolvimento e prática na Argentina, representa uma aclaração pontual, e ao mesmo tempo, pertinente às propostas de análise e discussão desse

¹¹⁵ Ibid. p.39.

¹¹⁶ GORINI, *La Rebelión de las madres*, op.cit,p.73

trabalho. Precisa-se compreender que tal método foi imprescindível no projeto de destruição das organizações da esquerda para a conclusão dos planos estruturais por detrás do Proceso de Reorganización Nacional. Desde o funcionamento da máquina, que punha em prática o chamado “poder desaparecedor”, defendido pela cientista política Pilar Calveiro, o projeto das Forças Armadas amplamente conjecturado e baseado em modelos como as aludidas experiências dos alemães nazistas, dos franceses na Argélia e dos norte-americanos no Vietnã, legou à Argentina o desenvolvimento de uma forma de concentração e extermínio. Ainda que tenha sido pensada com base em outras práticas, sua peculiaridade entre os países latino-americanos fez com que, mais do que a brutalidade, também se desenvolvesse toda sua capacidade furtiva.

Baseados no péssimo exemplo da investida repressiva Chilena, condenada pela comunidade internacional, a necessidade de manter relações favoráveis com os Estados Unidos, frente a sua nova política de Direitos Humanos e à crítica aos países que os violavam, incidiu na proposta dos militares em recorrer à radical Disposición Final. A ânsia em ocultar as ações repressivas perpetradas pelo Estado desinformou, intimidou, causou pânico e, sobretudo, medo. Medo esse que permanece desde então, que para muitos motivou a luta e a continuidade da vida, mas que para tantos outros, foi uma herança contensiva, dissuasiva, limitante e, sobretudo, punitiva.

1.2.2 A difusão do medo

Conforme apresentamos no item anterior, o método de desaparecimento (bem como, o conjunto de métodos repressivos) almejava alguns objetivos variados, internos, externos, políticos e militares. A expansão significativa do termo “subversivo” permitiu a suspeita sobre um setor muito amplo da sociedade, resultando medidas diversas. Se por um lado isolava-se tais suspeitos do resto do corpo social, forçando-os à inação por meio do terror, por outro, atingia-se igualmente seus entornos sociais e familiares, desencorajando-os a protestar por meio do medo de que tal atitude pudesse provocar represálias aos detidos ou, até mesmo, àqueles que realizavam os protestos.

No que diz respeito ao projeto repressivo, o plano ditatorial foi mais eficaz do que o esperado. Além da eliminação dos “opponentes”, conseguiu gerar uma *autocensura* generalizada e, desta forma, multiplicar o efeito do medo para além das vítimas diretas da repressão estatal.

O medo que afetou diretamente as sociedades do Cone Sul [...] originava-se da violência estatal generalizada, da erosão dos valores públicos e sociais e do constante sentimento de dúvida, incerteza e insegurança que se tornara cotidiano. Como resultado da aplicação sistemática do medo pelos regimes de terror, tinha-se a imobilidade da sociedade civil, paralisada devido à incapacidade de prognosticar o que era ou não permitido por esses governos, pois o poder político fora arbitrária e brutalmente exercido.¹¹⁷

Difundiou-se um terror permanente no conjunto da sociedade que levou uma série de pesquisadores do tema das ditaduras civis militares no Cone Sul a analisarem o *medo* sob um viés social e político, gerando o conceito de “cultura do medo”¹¹⁸ e a noção de que este fora um dos maiores legados do período.

A cultura do medo, no entanto, não é fomentada exclusivamente pela repressão física, mas pelo efeito combinado desta com a exploração econômica, com controle político e com a rígida censura, aspectos constituintes das estratégias de implantação do terror.¹¹⁹

¹¹⁷ BAUER, Caroline Silveira. Medo, terrorismo de Estado e as ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul. Resenha do livro: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1992. 301 p. *História, imagens e narrativas*, v.4, 2007. pp.194-201 p.195

¹¹⁸ O termo foi utilizado pela primeira vez por Guillermo O'Donnell para a experiência argentina pós 1976. BAUER, Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória op.cit, p.110.

¹¹⁹ Loc.cit

A expressão foi baseada nos traumas provenientes de uma situação incógnita, incerta e constante na vida destes familiares e da sociedade como um todo que se encontra dentro deste “círculo de efeito expansivo do terror”. Os desaparecidos podem não ser filhos, cônjuges, familiares em geral, mas podem ser vizinhos, colegas de estudo, de trabalho, conhecidos. Ademais da literal desapareição de um ente querido, sem quaisquer informações sobre seu paradeiro, não se sabe sob quais condições esse estava sendo mantido, nem quanto tempo poderia aguentar tais circunstâncias. Há dúvida, inclusive, de sua existência com vida e a ausência de respostas, igualmente de um corpo para vivenciar o processo de luto, provocam traumas que, ao longo de suas vidas, podem ser controlados, porém, são irreparáveis.

De acordo com um informe Médico Psicossocial do II Congresso Latinoamericano de Familiares de Detenidos-Desaparecidos¹²⁰, podem existir várias etapas psicológicas frente ao desaparecimento de um familiar, contudo, se identificaram três fases notórias neste processo. A primeira seria relativa à inação e ao medo constante de represálias; teme-se realizar muitas perguntas que constantemente eram ignoradas e poderiam irritar as forças repressivas. Também se reforça a ideia de culpa, relacionada aos esforços e dedicação para encontrar respostas. A segunda fase (a qual nem todos conseguem alcançar), diz respeito a uma busca obsessiva da pessoa desaparecida, motivada principalmente pela esperança de que ela ainda esteja viva. A terceira é relativa à ação conjunta, coletiva, quando os familiares se integram e fundem suas angústias e esperanças em um problema comum, o que se torna não apenas uma possibilidade de catarse deste processo, mas também uma atividade produtiva.

Muito embora a atividade coletiva seja importante e possa se considerar, indispensável para a melhora da saúde mental destes familiares, em contraposição, a obsessão nesta busca pode comprometer sua saúde psíquica, física, além da vida social. O Informe produzido no congresso de familiares de detidos e desaparecidos alerta para esta situação extrema:

Asimismo, se observa una fijación extrema en la figura de la persona desaparecida, una identificación con la irrealidad del desaparecido, lo que puede producir parálisis aumento del bloqueo social, en la medida que impide relacionarse con la realidad del aquí y ahora. El ausentismo de un miembro importante de la familia, que se busca obsesivamente, puede hacer que esta se resquebraje y se rompa la homeostasis familiar. Pueden llegar a darse verdaderos cuadros de neurosis traumática, estados depresivos en padres, hijos o cónyuges, así como diversos trastornos psicossomáticos.¹²¹

¹²⁰ Apud DUHALDE, op.cit, p. 379-381

¹²¹ Ibid, p.380

Para os entornos sociais, a resposta frente à desapareição é um pouco distinta. Em primeiro lugar, porque, para o aparelho repressivo, o vínculo afetivo não parece legitimador como o dos laços sanguíneos, o que torna a manifestação mais perigosa para os “não familiares”. O temor de que ocorresse, com eles, o mesmo que passou aos desaparecidos era muito forte também se destaca o sentimento de culpa da impossibilidade de uma forte reação concomitante à ação familiar.

Como nenhum comportamento é unívoco, é preciso avaliar também a enorme quantidade de pessoas que cortaram os laços com os supostos envolvidos com a “subversão”. São comuns relatos de familiares de desaparecidos que perderam contato com amigos e até mesmo com parte da família que se negava a aproximar-se do que poderia ser prejudicial, bem como, associado ao terrorismo da esquerda. Frases como: “No te metas”, incentivando o não envolvimento com tais famílias, ou “Algo habrán hecho” insinuando que os que teriam sido detidos e desaparecidos o foram porque cometeram algo ilegal, tornaram-se rotineiras e traumáticas na vida dessas pessoas.

A difusão de um delírio anticomunista em todos os âmbitos da vida cotidiana atingiu, em cheio, o núcleo familiar. Sobrecarregavam-se os pais com responsabilidades na contenção do avanço subversivo, questionando a forma com a qual criavam seus filhos e intensificando um sentimento de vigilância. Um bom exemplo foi o lançamento da “Carta Abierta a los Padres Argentinos” em dezesseis de dezembro de 1976, pela *Revista Gente* (uma publicação de entretenimento cujo alcance é nacional e trata de variedades com ênfase no universo da alta sociedade). O trecho abaixo é uma dentre várias publicações de cartas que, segundo a revista, eram enviadas por seus leitores, sempre anônimos. No caso desta, a assinatura fora feita por “*um amigo*”:

Hoy la educación de sus hijos no sólo es una obligación. También es una responsabilidad. Los tiempos han cambiado. La escuela es un terreno donde la subversión ha dirigido sus armas para ganar en este campo lo que no ha podido lograr con la violencia. Este es un toque de atención. Un llamado a la cautela y a la reflexión. Una apelación concreta a su responsabilidad como madre y como padre. Lea la carta que sigue. Medítela. Y después, sin alarma pero con responsabilidad, actúe. Es por su bien.¹²²

¹²² CARTA ABIERTA A LOS PADRES ARGENTINOS. *Revista Gente*. Editorial Atlantida 16/12/1976. Disponível em: http://www.elortiba.org/pdf/Gente_Carta-Padres.pdf. Acesso em: 03/06/14. p.25

O documento previa alertar os pais na tomada de controle e vigilância sobre os filhos, para combater os perigos da subversão. Ele insistia na observação das leituras dos filhos, as novas palavras que diziam, a forma como se expressavam e as coisas que pensavam. Logicamente, atentavam ao perigo associado a estes comportamentos subversivos nos jovens: “Cautela. Vigilancia. Analice las palabras que su hijo aprende todos los días en la escuela. Hay palabras sonoras, musicales, que forman frases llenas de belleza. Pero que encierran claves que el enemigo usa para invadir la mente [...]”.¹²³

A mídia teve papel determinante na “demonização” da figura do desaparecido e intensificou o temor dos pais em saber com quem os filhos estavam envolvidos, conhecer seus círculos sociais e o que faziam constantemente:

[...] desenvolveu-se na Argentina uma intensa campanha nos meios de comunicação de massa [...] insinuando que a questão dos desaparecidos era mantida em silêncio porque se tratava de algo desonroso para a família e para o entorno social da vítima. A campanha instigava as famílias a refletirem sobre a educação e sobre o comportamento de seus filhos: “Como o senhor educou seus filhos? O senhor sabe o que seu filho está fazendo no momento?”.¹²⁴

O conjunto destas ações psicológicas praticadas pela ditadura foi utilizado juntamente às práticas de desaparecimento e às “medidas de segurança”, entenda-se censura, as quais visavam proibir qualquer referência que não fosse oficial sobre os subversivos e os casos de mortes, desaparecimento, aparição de cadáveres. Igualmente, as campanhas de desinformação tinham como finalidade alcançar a opinião pública que se renderia aos fatos divulgados pelo Estado opostamente a qualquer outra informação considerada contrária.

Parece-nos interessante encerrar esse ponto evidenciando a dimensão que o aparato repressivo imprimiu às questões sociais. Ademais da referenciada violência física disseminada, abordamos sua face psicológica, igualmente eficaz e refinada. Os métodos de difusão do medo foram capazes de conter a reação de grupos sociais contra o sistema ditatorial e principalmente, de silenciar e desmotivar possíveis denúncias do que acontecia. Reiteramos a importância dessa complementação do método repressivo para sua eficácia, ainda que a contenção não tenha sido plena (já que não conseguiram refrear a circulação de informações de forma absoluta), fazendo

¹²³ Ibid. p.28.

¹²⁴ BAUER, Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória op.cit, p.98

com que parentes e amigos das vítimas elaborassem, e da mesma forma, tivessem acesso a materiais produzidos por redes de denúncia e solidariedade.

O legado da chamada “cultura do medo” é percebido no rompimento de gerações engajadas e politicamente ativas para uma espécie de vazio temporário que passa a ser ocupado pelos familiares destas vítimas da repressão. Observamos a “inversão geracional” de luta ou, pode-se dizer ainda, a continuidade da luta dada pelos familiares daqueles protagonistas sociais. A reação de busca destes pais e mães, que não foram imobilizados pelo temor, ou ainda, que o ultrapassaram, gerou muitos casos de sequestros e desaparecimentos entre os mesmos, muito embora, tenha suscitado, principalmente, uma pressão popular capaz de conquistar uma série de avanços na luta pelos Direitos Humanos e pela demanda à memória, à verdade e à justiça, produzindo atores sociais imprescindíveis na história argentina.

CAPÍTULO 2. PAIS E MÃES: DE FAMILIARES DE DESAPARECIDOS À CONSTRUTORES DE MOVIMENTOS.

No presente capítulo, faremos uma breve exposição do contexto histórico argentino que deu origem à formação de alguns grupos e movimentos classistas e sociais. Apresentaremos o MDH – Movimento pelos Direitos Humanos – argentino e a importância desse na restauração dos movimentos coletivos. Igualmente, introduziremos pais, mães e suas buscas pelos filhos desaparecidos com base em bibliografia e relatos. Discorrendo sobre a atuação dos pais a partir de suas próprias memórias, ainda neste processo de construção de agrupações, problematizaremos a não formação de um grupo paterno.

2.1. Movimentos de Direitos Humanos na Argentina.

Conforme expusemos anteriormente, a construção do Movimento de Direitos Humanos na Argentina se desenvolveu muito antes do período da última ditadura. De acordo com Elizabeth Jelin e Fernando Calderón, a crise do modelo de organização econômico social agroexportador na década de 1930 deu espaço a um novo papel assumido pelo Estado enquanto *ator social*.¹²⁵ O momento era de profundas transformações: urbanização, migrações internas, industrialização, modernização e a construção de um mercado interno. A forte presença do Estado de Bem Estar Social suscitou uma lentidão no processo de formação de classes sociais que tivessem autonomia e identidade definidas. Ainda segundo os autores, o Estado não estagnava a sociedade civil, era igualmente produtor dessa, sendo os processos de transformação e manifestações, conflitos vivenciados dentro do mesmo e não puramente sociais, econômicos ou políticos. Essa afirmação vem no sentido de avaliar o desenvolvimento desses grupos sem excluir sua relação com o Estado.

Já era notório, na década de 1930, um processo crescente de participação das classes médias e de trabalhadores na política e os chamados projetos modernizadores, que previam desestabilizar as oligarquias que detinham o poder. A atuação dos estudantes e dos sindicatos

¹²⁵ CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Clases sociales y movimientos sociales en América Latina. Perspectivas y realidades. *Proposiciones*. v.14. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1987, pp.173-189. Disponível em: <http://www.sitiosur.cl/r.php?id=414>. Acesso em 29/05/14.

já era destacável, o crescimento de partidos e movimentos antioligárquicos assumindo o poder, ou chegando muito próximos a ele, provocou uma democratização da vida política e uma nova forma de organização social. Lembramos que alguns grupos já teriam sua fundação nesta época, conforme o exemplo da Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH). Fundada em 1937 pelo Partido Comunista, tinha a finalidade de proteger seus militantes perseguidos frequentemente.

Mesmo com a organização popular, o anseio pela abertura dos sistemas políticos, os projetos reformistas e modernizadores, ainda havia muita dificuldade em estabelecer-se enquanto atores sociais. O controle da economia ainda oferecia muito poder às oligarquias que continham a inquietação social. Segundo Olivier Dabène:

O domínio das oligarquias sobre a vida econômica seguia sendo determinante, e esses regimes priorizaram controlar a agitação social, tentando incorporar as classes trabalhadoras por meio de reformas sociais mais ou menos profundas.

126

Compreendendo que o desenvolvimento e organização desses movimentos sociais vêm se fortalecendo há pelo menos quatro décadas antes da última ditadura, a autonomia e clareza na identidade desses organismos foi se constituindo a longo prazo. Enquanto tendência dos movimentos latino americanos, a multiplicidade de lutas coletivas abrigava variadas pautas concomitantes, como a trabalhista, as étnicas e de gênero.

Todavia, foi a partir da década de 1970 que ocorreu uma espécie de “massificação” de organizações civis e movimentos sociais. Pelo contexto histórico, eram ligados principalmente às demandas da ditadura, sobretudo, às questões de Direitos Humanos. Conforme abordado na introdução desse trabalho, o surgimento desses movimentos concentrou-se principalmente entre os anos de 1974 e 1977. Familiares de vítimas diretas da repressão estatal e sociedade civil que representava a oposição à ditadura, estavam divididos em diversas categorias e formavam grupos autônomos. A difusão destas agrupações estende-se aos anos 1980, durante a redemocratização, fato que proporcionou novos campos de formação de atores sociais mais bem definidos. Reflexo direto da situação crítica dos modelos de desenvolvimento capitalistas, assim como, o pós-Guerra das Malvinas, gerando demandas mais setorializadas.

¹²⁶ DABÈNE, Olivier. América Latina no século XX. Tradução de Maria Izabel Mallmann. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p.69

Destacaremos alguns movimentos desse período e suas variadas características e vias de ação. Iniciamos com as agrupações de cunho partidário (como enfatizamos no caso da Liga Argentina por los Derechos del Hombre). A Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) iniciou seus trabalhos em 1975, período em que se intensificavam o número de assassinatos e desaparecimentos. Dedicando-se principalmente à formulação de solicitações e petições de denúncias coletivas diante de organismos judiciais, o grupo era considerado plural pela representatividade de diferentes setores como, por exemplo, os Montoneros (Peronistas) e o ERP (vinculado ao Partido Revolucionário Trabalhista).

Houve também os movimentos de inspiração cristã, como o Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), que, no caso argentino, começou a atuar em 1974 aderindo a uma vertente cristã comprometida com a luta em favor dos oprimidos. O grupo existe em diversos países operando em variadas áreas. De acordo com Jorge Sapia, “el SERPAJ mantiene instituciones en Bolivia, Perú, Chile, Brasil, Colombia, Uruguay, así como una regional centroamericana con sede en la ciudad de Panamá”¹²⁷. Da mesma forma, os assistencialistas conforme o Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos (MEDH) que se constitui em fevereiro de 1976 centrando suas atividades na assistência às famílias de desaparecidos. Outros de caráter jurídico, como o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). Constituído em 1980 por integrantes de outras organizações tinha a pretensão de organizar a divisão de tarefas, sobretudo judiciais, entre as mesmas. Esse possui um programa jurídico de documentação e de investigação, realizando ainda publicações sobre a temática.

Por fim, temos os grupos de familiares de vítimas diretas da repressão estatal, que, inicialmente, restringiam-se aos Familiares de Detenidos Desaparecidos por Razones Políticas, os quais formavam em 1976 um grupo primário que posteriormente suscitaria à formação de outros grupos atuantes como as Madres de Plaza de Mayo cuja formalização se deu em 1977, e Abuelas de Plaza de Mayo formalizado em 1980. De acordo com Sapia, as primeiras articulações de familiares se deram por meio de uma comissão de familiares de desaparecidos e presos por razões políticas:

En septiembre de 1976 comienza el embrión de lo que más tarde constituirá La Comisión de Familiares de Desaparecidos y Presos por Razones Políticas. Nucleadas inicialmente en dependencias de la Liga Argentina desarrollo,

¹²⁷ SAPIA, Jorge Edgardo. *La Construcción de Espacios Simbólicos de Resistencia: Madres de Plaza de Mayo y Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*. 2004. 182 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. IUPERJ Rio de Janeiro, 2004.p.52.

desde su formación, un intenso trabajo de recopilación de denuncia y presentaciones colectivas a la justicia. El paciente trabajo de recopilación le permitió ir montado, junto con el trabajo de la APDH, el organigrama y metodología de la represión. A partir de julio de 1977 se avoca a la difícil tarea de organizar a los afectados del interior del país. Desde su creación se ocupa del problema de los presos políticos que alcanzaron, en la época del proceso, un total de 8.500 presos reconocidos. Funcionó orgánicamente con un secretariado electo y renovable y con diversas comisiones formadas con el objetivo de ampliar su capacidad de movilización y denuncia.¹²⁸

Esses oito grupos supracitados – Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH), Asamblea Permanente por los Derechos del Hombre (APDH), Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos (MEDH), Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Familiares de Detenidos Desaparecidos por Razones Políticas, Madres de Plaza de Mayo e Abuelas de Plaza de Mayo – formavam o MDH: Movimiento de Derechos Humanos na Argentina. No ano de 1983, foi reconhecido o Movimento Judío por los Derechos Humanos e, por fim, os dois últimos grupos integrados à esta lista foram os “recentemente” criados, HIJOS Por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio e a Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos.¹²⁹

Apesar de atuarem em defesa dos Direitos Humanos, estes grupos não são homogêneos e representam variadas posições dentro da mesma causa. Seus surgimentos e viés de luta podem ser caracterizados de diferentes formas. Ao focar no movimento organizado por familiares, sobretudo pais e mães, expomos os discursos que circulavam para explicar o surgimento das Mães da Plaza de Mayo, o que, em certa medida, nos auxilia a compreender a percepção do Estado ditatorial sobre estas organizações.

Segundo Ulises Gorini¹³⁰, foram três discursos principais: a visão do regime, a visão naturalizadora e, por fim, o terceiro seria o do vazio político. Pela visão do regime, essas mulheres seriam resultado de uma tática política dos subversivos, as representantes "públicas" que denunciavam as ações ilegais e repressivas. O pensamento surgiu pela descrença de que elas tivessem autonomia e possibilidade de formar um grupo tão emblemático. Refletia, assim, a visão dos repressores acerca da representatividade destas mulheres em meio ao espaço público, percebida também, na forma como lidaram com as mesmas chamando-as de *Locas*. De

¹²⁸ Ibid, p.53

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Ulises Gorini é autor de uma obra recente constituída de dois tomos que conta a história das Madres de Plaza de Mayo. GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres: Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Tomo I (1976 – 1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006. 696p. ; GORINI, Ulises. *La Otra Lucha. Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo II (1983-1986)* Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2008. 508p.

acordo com Gorini: “la dictadura cayó así en una trampa tendida por sus propias representaciones ideológicas acerca de la figura de la madre: ama de la casa, fecunda para la procreación de los hijos pero estéril más allá del hogar”¹³¹. Nesse contexto, os organismos que lutavam em favor dos Direitos Humanos eram considerados solidários com a subversão. No caso das mães, a ditadura buscou quase que obsessivamente vinculá-las com as forças revolucionárias Montoneras. A busca por tal conexão levou ao famoso caso de infiltração do membro do setor de inteligência da Marinha, Alfredo Astiz, conhecido como “anjo louro da morte”¹³².

O segundo discurso é chamado pelo autor como a visão naturalizadora, que interpretava de forma mais pueril sua atuação. Essa seria a reação natural de qualquer mãe através da concepção de que a maternidade é universal, própria da condição feminina e, portanto, não considera sua entidade política. A naturalização associada ao gênero feminino é assinalada por Joan Scott¹³³ ao debater a influência do gênero na construção das relações sociais. São exploradas as “diferenças” entre os mesmos como conceitos normativos que regulam suas formas de expressão. A forma natural do gênero feminino se impor, neste caso, seria enquanto mães “superprotetoras”. Conforme Vanderlei Machado explica, esta condição naturalizada sobre as mulheres também serviu como estratégia de luta, “ao se apresentarem como mulheres frágeis, que agiam por amor aos filhos e pela união da família, acreditavam que isso as tornava menos vulneráveis à agressão dos agentes da repressão”¹³⁴.

Por fim, o terceiro discurso afirma que a formação das Mães da Plaza de Mayo decorreu de uma espécie de *vazio político*. Enfatizamos que esse discurso se aplica a vários outros grupos de Direitos Humanos. Há que se ressaltar que “vazio” não remete à ausência total de mediadores políticos, afinal, o processo foi de desarticulação social e política que gerou espaço à novas abordagens e estratégias, mas não a uma ausência absoluta. Retrata a dificuldade de agir nas

¹³¹ GORINI, *La Rebelión de las Madres...*, op.cit, p.23.

¹³² A infiltração de Astiz no grupo se deu por meio de uma aproximação na qual o mesmo se identificou enquanto irmão de um desaparecido. Na tentativa de verificar as supostas alianças das mães com movimentos armados e da esquerda revolucionária, o “anjo louro da morte” participou da articulação do sequestro de três integrantes do movimento Madres de Plaza de Mayo, Azucena Villaflor de Vicenti, Esther Balestrino de Careaga, e Mary Ponce de Bianco. As duas últimas foram sequestradas na Igreja de Santa Cruz em 1977 em meio a uma reunião de integrantes do Movimento de Direitos Humanos as vésperas da divulgação de um requerimento conjunto em busca de informações das autoridades públicas. Azucena foi sequestrada no mesmo ano perto de sua casa poucos dias após o sequestro das duas mães.

¹³³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educación e Realidade*, Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.

¹³⁴ MACHADO, Vanderlei. *Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Revista História Unisinos, v.17, nº2 – maio/agosto de 2013, p.179-188. p.187.

vias políticas habituais, visando a elaboração de vias alternativas para a organização da oposição. Ao pensar no exercício político sob o sistema repressor, evidencia-se que a oposição não apenas existia através de novas relações como tramitava em uma esfera em que era uma atividade limitada em alguns aspectos, contudo, permitida.

Frente à questão do desaparecimento e sem respostas conclusivas, a situação teria feito com que os familiares tivessem que gerar sua própria resposta. A inexistência de um programa de assistência jurídica que abrangesse a categoria de *desaparecidos*, bem como a eliminação dos canais de mediação política habituais, proporcionaram uma mobilização e denúncia testemunhal permanente, que projetou a temática dos Direitos Humanos. Segundo Calderón e Jelín,

Esta representatividad responde en parte a la existencia de ‘un vacío político’ que, frente a la desmovilización popular, genera una utopía profundamente movilizadora y con un fuerte potencial democratizador. En efecto, en buena parte de la región, los movimientos de derechos humanos fueron la brecha por la cual comenzó a renacer el movimiento popular, recuperando la memoria histórica de las luchas populares, en la medida en que frente a un discurso dictatorial aniquilador de lo político supieron generar una revalorización de valores democráticos y de cambio que suele enarbolar la juventud; el proyecto de liberación y transformación social que los padres y familiares de los presos, perseguidos y desaparecidos asumen en una buena medida, sin declinar en ningún momento.¹³⁵

Certamente esses movimentos nasceram da necessidade de questionar o paradeiro de seus filhos e familiares em meio a um sistema repressivo que operava intensamente baseado na falta de informações e na censura com relação àqueles que as tentavam circular. A divulgação sobre ações repressivas como listas com nomes de sequestrados, presos, desaparecidos e, ainda, as tentativas de mobilizar a sociedade para a realidade vivida foram constantemente barradas através da difusão do medo da repressão.

Ainda assim, é relevante pensar que independente das particularidades de cada organização e da forma como agiam, todas tinham em suas composições familiares de vítimas diretas do modelo repressivo ditatorial. As quais, não retrocederam mesmo com as mais violentas provas de repressão. Encabeçando essas organizações, destacaremos pais e mães. Acima de tudo, abordaremos os pais prevendo uma delimitação de seu espaço próprio e não os “incluindo” aos familiares (como habitualmente os vemos em diferentes abordagens). Muito

¹³⁵ CALDERÓN; JELÍN, op.cit, p.180.

embora, possamos questionar seu grau de reivindicação com relação ao *seu* espaço, já que, conforme sabemos, eles não investiram na formação de um grupo paterno.

2.2. Apresentando pais, mães e suas buscas.

Optamos por iniciar nossa apresentação de forma ampla contando através dos relatos destes pais, em menor escala de algumas mães (e também de bibliografia), um pouco sobre suas atividades e buscas. Expor a história de pais juntamente à das mães foi uma “escolha” que se manteve lógica de acordo com a forma particular dos mesmos perceberem sua atuação nesta causa. Priorizamos nessa pesquisa evidenciar a visão paterna sobre os fatos, por meio das memórias dos mesmos. Essas vão transitar entre lembranças sobre as mães e da ação conjunta com essas.

A maioria dos pais ao retratar a forma pela qual iniciou suas buscas e como se envolveu com o MDH fala das mães e acaba narrando parte da história delas. Estamos tratando, além do papel de mães e pais, de esposas e seus maridos frente ao desaparecimento de seus filhos o que faz com suas trajetórias sejam compartilhadas de alguma forma. Alguns pais se envolveram diretamente, e antes mesmo de suas esposas, embora, de forma generalizada, os mesmos notem sua presença apenas enquanto *acompanhantes* delas.

A escolha e seleção dos pais cujas entrevistas seriam utilizadas, advém de fatores como o acesso a estes e, sobretudo, saber quem são, uma vez que não se organizaram de forma clara em um grupo específico. Da mesma forma, pesa o fato de terem idade avançada, visto que muitos destes pais já faleceram. Destarte, com as informações adquiridas a partir do documentário *Padres de La Plaza: 10 recorridos posibles*, que nos apresenta dez pais com trajetórias diversas, tivemos nosso ponto de partida contatando o diretor do mesmo e parte deste pequeno grupo. Da mesma forma, é preciso destacar que no caso dos depoimentos das mães não realizamos uma delimitação de um grupo específico, nem as selecionamos distinguindo seus organismos (neste ponto, no terceiro capítulo será preciso fazer tal diferenciação), os quais defendem posturas distintas com relação à sua atuação. Trabalhamos com seus depoimentos enquanto indivíduos, tratando-as como as Mães da Plaza de Mayo.¹³⁶

Reunindo nossas fontes testemunhais: do acervo Memoria Abierta, o documentário *Padres de la Plaza*, também dos episódios feitos para a televisão no canal estatal Encuentro, as

¹³⁶ Optamos por utilizar a nomenclatura “mães” e não “madres” ao nos referirmos ao grande grupo de mães de desaparecidos para não causar possíveis equívocos, já que em língua portuguesa, “madre” tem outro significado. Salientamos também que em alguns momentos utilizamos os nomes originais das agrupações, ao nos referirmos por exemplo ao grupo da Asociación Civil Madres de Plaza de Mayo e/ou Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora.

entrevistas que realizamos para a presente pesquisa, e bibliografia, exibimos a busca dos pais e mães dando enfoque naquilo que esses destacam como importante sabermos.

Preliminarmente, apresentaremos uma tabela na qual expomos os nomes e breves biografias sobre os pais e esclarecemos a procedência de nossas fontes especificando-as caso a caso. É imprescindível aclarar que as informações da tabela foram retiradas do site de divulgação do documentário *Padres de la Plaza*, e por esta razão, são apresentadas em espanhol em seu texto original. A única exceção é o texto referente ao pai Remy Vesentini que não participa da produção audiovisual, e foi reproduzido a partir de uma entrevista realizada para a pesquisa.

NOME DO PAI (NASCIMENTO E MORTE)	INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS ¹³⁷	INFORMAÇÕES DO DESAPARECIMENTO DOS FILHOS ¹³⁸	FONTES ¹³⁹
Teobaldo ALTAMIRANDA (17/07/ 1929)	Piloto de las Fuerzas Armadas y piloto civil para Aerolíneas Argentinas. Militó en el Peronismo.	Rubén Omar, militante peronista, fue secuestrado el 13 de enero de 1977, a los 24 años, en las calles de la Ciudad de Bs.As. Continúa desaparecido.	- Documentário - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles. - Episodios Canal Encuentro - Acervo Memoria Abierta
Rafael BELÁUSTEGUI (11/12/1927)	Es abogado, escritor y apasionado de la náutica. Militó en el Frondizismo. Tiene tres hijos desaparecidos.	Martín fue secuestrado el 26 de julio de 1976, a los 19 años, junto a su pareja, María Cristina López Guerra, en su domicilio, Provincia de Buenos Aires. María Cristina estaba embarazada. Valeria fue secuestrada el 13 de mayo de 1977, a los 24 años, junto a su pareja, Ricardo Daniel Waisberg, en San Antonio de Padua, Provincia de Buenos Aires. Junto con ellos fue secuestrada su hija Tania, quien luego fue devuelta a la familia. Valeria se encontraba embarazada cuando se la llevaron. Rafael José fue secuestrado en la Ciudad de Buenos Aires el 30 de mayo de 1977, a los 22 años, junto a su pareja, Electra Irene Lareu Vieira. A	- Documentário - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles. - Episodios Canal Encuentro - Acervo Memoria Abierta

¹³⁷ Os dados biográficos foram retirados do site de divulgação do documentário. Disponível em: <http://www.padresdelaplaza.com.ar/index.php?body=4>

¹³⁸ As informações sobre o desaparecimento dos filhos também foram encontradas no site supracitado. Ibid.

¹³⁹ As fontes utilizadas são descritas nas referências do trabalho.

		Antonio, hijo de ambos, lo dejaron en una comisaría.	
Mario BELLI (27/06/1926 – 17/07/2010)	Trabajó en una pequeña fábrica familiar de azulejos y luego en la Caja Nacional de Ahorro Postal, donde se jubiló.	Su hija Mariana, militante de la Juventud Guevarista, fue secuestrada el 26 de mayo de 1978, a los 20 años, en el barrio de Palermo, Ciudad de Buenos Aires. Continúa desaparecida	- Documentario - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles. - Episodios Canal Encuentro
Mauricio BRODSKY (31/05/1924)	Es oftalmólogo y hoy continúa ejerciendo la profesión.	Su hijo Fernando, fue secuestrado el 14 de agosto de 1979, a los 22 años, en Florida, Provincia de Bs.As. Fernando fue visto en la Escuela de Suboficiales de Mecánica de la Armada (ESMA) (centro clandestino de detención ubicado en el barrio de Núñez, Ciudad de Bs.As.), desde donde le permitieron comunicarse con su familia hasta febrero de 1980. Continúa desaparecido.	- Documentario - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles. - Episodios Canal Encuentro - Acervo Memoria Abierta
Ricardo CHIDÍCHIMO (04/12/1920)	Trabajó como piloto de las Fuerzas Armadas y como piloto civil para Aerolíneas Argentinas.	Su hijo Ricardo, militante de la JP [Juventude Peronista], meteorólogo, padre de una hija, fue secuestrado en su casa de Ramos Mejía el 20 de noviembre de 1976, a los 27 años. Continúa desaparecido.	- Documentario - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles. - Episodios Canal Encuentro
Oscar HUERA VILO (05/03/1933)	Nació en Chile y es descendiente de mapuches. Trabajó como obrero metalúrgico y textil, fue delegado sindical, y hoy trabaja como albañil. De joven militó en el Partido Comunista.	Oscar Lautaro, militante de la Juventud Comunista, fue secuestrado el 19 de mayo de 1977 en el barrio de Palermo, Ciudad de Buenos Aires. Ese mismo día, también se llevaron a su pareja, Mirta Mónica Alonso Blanco. Ambos estuvieron en la Escuela de Suboficiales de Mecánica de la Armada (ESMA) (centro clandestino de detención ubicado en el barrio de Núñez, Ciudad de Bs.As.), allí Mirta dio a luz a Emiliano Lautaro, que luego fue abandonado por sus secuestradores en la Casa Cuna y recuperado por Oscar y su mujer, quienes lo criaron. Oscar Lautaro y Mirta Mónica continúan desaparecidos.	- Documentario - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles. - Episodios Canal Encuentro

Julio MORRESI (19/07/1930)	Trabajó en su empresa familiar de calzado. Militó desde muy joven en el Peronismo.	Su hijo Norberto Julio, militante de la UES, fue secuestrado el 23 de abril de 1976, a los 17 años, en la Ciudad de Bs.As. En mayo de 1989 Julio y su mujer recuperaron el cuerpo de Norberto Julio: el Equipo Argentino de Antropología Forense encontró sus restos, enterrados como N.N. Allí se enteraron que su hijo había sido asesinado el mismo día de su desaparición.	<p>- Documentário - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles.</p> <p>- Episodios Canal Encuentro</p> <p>- Acervo Memoria Abierta</p> <p>- Entrevista realizada para a pesquisa</p> <p>- HOWORTH, Iris. <i>¿Dónde están los Padres de la Plaza de Mayo? La militancia de los padres de desaparecidos en comparación con las Madres.</i> 2010.</p>
Bruno PALERMO (24/03/1934)	Trabajó como contador en entidades bancarias y también fue árbitro de fútbol.	Su hijo Norberto fue asesinado el 14 de octubre de 1975, a los 21 años, mientras cumplía el servicio militar en Campo de Mayo. Aunque Bruno tuvo la oportunidad de reconocer el cadáver de Norberto en la morgue del cementerio de San Miguel, Provincia de Buenos Aires, días después la policía le negó que se tratara de su hijo. Norberto continúa desaparecido.	<p>- Documentário - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles.</p> <p>- Episodios Canal Encuentro</p> <p>- HOWORTH, Iris. <i>¿Dónde están los Padres de la Plaza de Mayo? La militancia de los padres de desaparecidos en comparación con las Madres.</i> 2010.</p>
Jaime STEIMBERG (13/09/1923 - 19/01/2008)	Militó en el Partido Comunista, tuvo diferentes trabajos y fue fotógrafo.	Su hijo Luis Pablo, militante de la Federación Juvenil Comunista, fue secuestrado el 10 de agosto de 1976, a los 22 años, en Morón, Provincia de Buenos Aires. Luis Pablo prestaba servicio en la Compañía de Comando del Colegio Militar de la Nación y ese día estaba de licencia. Fue visto en "El Campito" (centro clandestino de detención ubicado en Campo de Mayo, partido de San Miguel, Provincia de Buenos Aires). Continúa desaparecido.	<p>- Documentário - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles.</p> <p>- Episodios Canal Encuentro</p>
Remy VESENTINI	Não conseguimos coletar estas	Seu filho, Marcelo era estudante de arquitetura quando foi preso antes do golpe em 1975. Solto em 1980. Em 1977 sequestram sua filha mais nova.	- Entrevista realizada para a pesquisa

	informações a seu respeito.	Rosalva, em sua própria casa. Militava na Juventude Guevarista. Continua Desaparecida.	
Marcos WEINSTEIN (02/02/1928)	Es médico psiquiatra y continúa ejerciendo la profesión.	Su hijo Mauricio, militante de la UES, fue secuestrado el 19 de abril de 1978, a los 18 años, en el barrio de Once, Ciudad de Buenos Aires. Mauricio fue visto en “El Vesubio” (centro clandestino de detención ubicado en la localidad de La Tablada, Partido de La Matanza, Provincia de Buenos Aires) en el año de su secuestro. Continúa desaparecido.	- Documentário - Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles. - Episodios Canal Encuentro - Acervo Memoria Abierta - Entrevista realizada para a pesquisa

Abordaremos, após esta exposição, alguns aspectos anteriores ao golpe e ao desaparecimento de seus filhos. Compreendemos que o foco de nossa pesquisa é referente à atuação de pais *frente ao desaparecimento dos filhos*, não antecedente. Contudo, entendemos ser importante demonstrar, ainda que brevemente, a militância previa destes pais, a qual foi citada na tabela acima, e igualmente de algumas mães.

No caso dos pais Teobaldo Altamiranda e Julio Morresi, esses militaram no Peronismo, Rafael Beláustegui militou à UCRI – Unión Cívica Radical Intransigente – até a derrocada de Arturo Frondizi. No PC – Partido Comunista – militaram Oscar Hueravillo, na sua juventude, e Jaime Steimberg. Hueravillo ainda foi delegado sindical enquanto trabalhou como metalúrgico. Apesar de todos estes exemplos, não pretendemos generalizar os pais creditando uma obviedade em suas militâncias pelo simples fato de serem homens, ambientados com a esfera política. Temos como exemplo Mario Belli, um pai que não militava e era contrário à ideologia da esquerda. Contudo, em função da trajetória da filha e da reação desmedida do regime à militância da mesma, passou a modificar suas ideias. Embora não desenvolva bem na sua fala a forma como foi mudando de postura, ele afirma:

“No, yo no tenía militancia... tenía ideas opuestas inclusive a la izquierda... esteh... Así que, no... no, si era por mí no habría que estar ahí donde estuvieron. Así que ellos me cambiaron, me si... me cambiaron... me si... porque me hicieran cambiar de pensamiento, ¿jno?!”¹⁴⁰

¹⁴⁰ BELLI, Mario. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Disponível em: http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/programas/ver?rec_id=50462. Acesso em: dezembro de 2012.

Marcos Weinstein igualmente se posiciona enquanto não participante de partido ou grupo político. Problematiza, em sua fala, as organizações políticas argentinas e sua relação com a sociedade.

“[...] yo no pertenezco o no pertenecí nunca a un partido político dentro de los partidos políticos que hubo en Argentina permanentemente, desde que... ‘qué sé yo’, que se hizo la organización nacional en Argentina en el siglo XIX hubo partidos políticos, de los cuales la gente se enrola o la gente participa, o ‘qué se yo’, a veces motivado por lugares de tarea, funcionamiento, etc. [...]”¹⁴¹

No caso das Mães, não há indício de que elas tenham tido um envolvimento militante prévio ao desaparecimento dos filhos que as capacitasse a conduzir as atividades do grupo com maior experiência e arquitetar articulações políticas. Em depoimento à Ulises Gorini, a mãe María Adela de Antokoletz comenta:

En el movimiento de las Madres, no había ninguna que tuviera actuación política, ni alguien que hubiera sido una concejal, por ejemplo; nada. Fuimos mujeres que, desde distintos estratos sociales, dejamos nuestra casa para ir a luchar a la calle. Fue la calle la que nos enseñó. Algunas teníamos un poco más de información porque los hijos hablaban con nosotras.¹⁴²

Uma ressalva da qual temos conhecimento seria Azucena Villaflor, conhecida como uma das fundadoras do movimento Madres de Plaza de Mayo que, segundo biografia e relatos de outras mães, detinha maior experiência política por ter tido contato com o Peronismo através de seu ambiente de trabalho na fábrica metalúrgica SIAM. O contato também teria sido ampliado em função de seu marido ser sindicalista, ainda que não haja informações que comprovem que a mesma tenha sido militante política ou sindical¹⁴³.

Precisa-se evidenciar que a figura de Azucena Villaflor é constantemente retomada como sinônimo de liderança, um referencial de uma mulher que se sobressaía no grupo de mães, que protagonizou uma série de tomadas de decisão e teria sido a primeira a convocar outras mães e familiares para uma luta conjunta. Não é nossa intenção discutir a construção da imagem

¹⁴¹ WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

¹⁴² GORINI, *La Rebelión de las Madres...* op.cit, p.73

¹⁴³ O autor de sua biografia, Enrique Arrosaragay afirma em documentário biográfico sobre Azucena que suas investigações jamais o levaram até a confirmação de que tenha sido militante. BIO.AR. Azucena Villaflor. Canal Encuentro. Disponível em: http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/programas/ver?rec_id=101547. Acesso em: 18/05/12.

desta integrante para o próprio grupo, contudo, nos parece importante constatar estas informações já que as alusões à mesma quase sempre são positivas e exaltam suas qualidades militantes, o que pode restringir nossas informações acerca de outras mães que tivessem algum tipo de militância prévia.

Conforme afirma Hebe de Bonafini, atual presidente do grupo Asociación Civil Madres de Plaza de Mayo, Azucena teria sido uma liderança importante no movimento. Bonafini ainda afirma que sua contribuição associou o grupo com a luta da classe operária, informação que nos permite retomar o exposto sobre como as pautas de luta tendiam a se misturar em decorrência do ideal de luta coletiva e, também, como esses movimentos recuperaram a memória histórica das lutas populares juntamente a suas histórias de atuação relacionadas diretamente aos Direitos Humanos:

“Siempre digo que los siete meses que Azucena estuvo con nosotros fueron fundamentales. Llegaba a la Plaza y enseguida todas nos íbamos con ella. Era una líder nata. Lo digo porque tenía esa aptitud, cosa que nosotras no teníamos. Azucena tenía militancia. Ella era delegada metalúrgica en la fábrica SIAM. Era enérgica y tierna. No les quepa la menor duda que, por su militancia, las Madres somos hijas de la clase obrera de este país.”¹⁴⁴

Maria de Antokoletz indica que “o não se vincular” à política tinha a finalidade de proteger essas mães numa época em que afirmar qualquer vínculo com a esquerda poderia ser muito perigoso não apenas para si, mas para seu entorno familiar e social. Também revela o medo de assumir vínculos ao grupo de Familiares, já que esses se reuniam na Liga por los Derechos del Hombre, que era do Partido Comunista:

[...] Otras, cuando argumentaban y daban testimonio de sus hijos delante de gente que venía del extranjero, decían ‘mi hijo no tenía nada que ver con la política’, porque ellas no sabían nada, y porque aunque tuvieran algún atisbo, pensaban que reconocer lo contrario agravaba la situación de los hijos. Ni hablar de Familiares por Desaparecidos y Presos Políticos. Como ellos funcionaban en la Liga por los Derechos del Hombre, y la Liga es comunista, eso se veía como un cuco terrible. Si vos íbas, podías agravar la situación de tu hijo.¹⁴⁵

¹⁴⁴ ARROSAGARAY, Enrique. Azucena Villaflor – Página 12, 10/12/02. Disponível em: <http://www.elortiba.org/azucena.html>. Acesso em: 30/05/14.

¹⁴⁵ GORINI, *La Rebelión de las Madres...* op.cit, p.73-74

Além da questão da experiência política, seja ela sindical, partidária ou de outra natureza, estes homens e mulheres trabalharam uma nova postura, que alguns assumem ser *política* e outros nem tanto. Sobretudo, enfatizam a procura pelos filhos. O depoimento de Julio Morresi vem exemplificar a busca pelo filho Norberto ainda sem estar envolvido com um coletivo, informação verificada na maioria dos relatos. A busca foi realizada com sua esposa, ainda que ele tenha iniciado o processo:

“[...] Entonces íbamos siempre ahí como yo veía que cuando yo regresaba a la casa ella me estaba esperando desesperada... para ver que lo que había pasado, digo: Irma venís... empieza...venís conmigo pero no era porque ella no quería, entonces empezó a moverse conmigo, empezó a ir también al Ministerio, empezaron a reunirse el grupo de Azucena Villaflor y que... porque ella empezó a darse cuenta también, cuando dijo: acá se nos están tomando el pelo, nos están teniendo separado y nunca nos van a dar una información, nos tenemos que juntar.”¹⁴⁶

O método de desinformação aplicado pelos agentes repressores foi fundamental para desnortear a ação dos familiares, razão pela qual os sequestros foram encarados inicialmente enquanto detenções, o que de fato ocorreu em alguns casos. Remy Vensentini ilustra suas atividades relacionadas principalmente à tentativa de libertação de presos políticos de forma articulada com uma comissão de familiares, mas ainda por vias legais, já que o filho fora preso antes do golpe e do desaparecimento de Rosalva. Remy tinha contato direto com setores bastante arriscados para a época, como o ERP e os Montoneros:

“[...] acá en el '75 había una comisión de familiares que se llamaban “COFAP” eran familiares que nos reuníamos en distintos lugares que eran bastante, bastante tremendos para reunirse porque había mucha persecución entonces nos reuníamos en lugares que nos conseguían los partidos políticos, el partido, eh...nosotros en general nos reuníamos, eh ah! Y nos asesoraban los eh... obviamente, los asesores de los grupos guerrilleros, en los grupos subversivos digamos, de los grupos, o sea teníamos lo que teníamos los que nos venían a acompañar, era gente que era o del ERP o de Montoneros, pero venían a las reuniones, y veníamos como que nos alentaban o nos eh... o nos daban para eh...como se llama... para que hiciéramos algunas cosas que fuéramos a pedir por esto, que fuéramos a pedir, ahí empezó casi nuestra media actividad política, ¿no?”¹⁴⁷

¹⁴⁶ Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Morresi*, Buenos Aires, 2002

¹⁴⁷ VESENTINI, Remy. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

Ao buscarem seus filhos, muitos pais acreditavam que estavam detidos e não desaparecidos. Justificando também a primeira insígnia defendida por pais e mães referente ao retorno dos filhos com vida:

“Entonces con esa desaparición de Norberto, empezamos nosotros con mi esposa a... a averiguar a ver dónde podía estar, yo visité, bueno, comisaría, después iglesias, hospitales, manicomio, todo, lo que hicimos padres y madres al no saber nada de nuestros hijos, por que vos decís ‘la tierra no se los tragó, en algún lado tienen que estar porque nosotros no hablamos de desaparecidos al comienzo, hablamos de detenidos, por eso nuestra consigna era ‘se lo llevaron con vida, con vida lo queremos’”¹⁴⁸

Quando questionado sobre a forma como ele e a esposa iniciaram as buscas por Mauricio, Weinstein corrobora a mesma situação de Morresi a respeito das buscas inicialmente individuais, sem vínculos com os organismos de Direitos Humanos, embora, ao longo do processo tenham se relacionado com alguns grupos dos quais participaram. Interessante observar o destaque que o pai dá ao grupo das mães elogiando seu funcionamento e indicando-o como o “único organismo que funcionava”, visto que este foi estruturado depois de muitas outras agrupações:

“No, no, si estábamos con alguno de los... en real el único organismo de derechos humanos que funcionaba, que se había fundado que era... Madres de Plaza de Mayo, se fundó en el 77 o sea más o menos se iba a las rondas de Plaza de Mayo, se asociaba con ellos, las rondas no se permitían hacer se hacían por la Avenida de Mayo y hacían marchas y todas esas cosas que forman parte de la historia de los derechos humanos [...]. Bueno se fueran fundando algunas otras cosas, hemos sido Asamblea Permanente por los Derechos Humanos que era la otra que existía de antes, La Ley Argentina del Derecho del Hombre luego empezó a aparecer la Asociación de Familiares, y ‘qué sé yo’, y estábamos siempre conectados, pero en general éramos grupos de personas, dos o tres madres, dos o tres padres así nos reuníamos y íbamos a tal lugar [...]”¹⁴⁹

No caso de familiares de desaparecidos, e não de detidos, é perceptível a dificuldade para reunirem-se em ambiente seguro, em decorrência de suas reivindicações permearem um âmbito ilegal e, pode-se dizer, “negado”, já que os desaparecidos eram apontados como inexistentes. Marcos Weinstein trata da forma como agiam estes organismos de Direitos

¹⁴⁸ WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

¹⁴⁹ Memoria Abierta, *Testimonio de Marcos Weinstein*, Buenos Aires, 2001.

Humanos e suas limitações, o que era possível fazer, como estabelecer e criar redes de contato em busca de informações:

“[...] Y después formábamos parte de lo que se llamaba las asociaciones de derechos humanos que eran... eh... no eran lugares de reunión abierta ni con personería jurídica como te imaginas sino simplemente llamadas telefónicas encuentros en la calle, en algún bar a charlar un poco, este tiene un dato, a este le escribió el otro de Italia, al otro de acá, a este de allí, a ver a fulano [...]”¹⁵⁰

Teobaldo Altamiranda, ao retratar suas primeiras ações mediante o desaparecimento do filho, enfatiza que, apesar da dificuldade e limitações para trabalhar em prol dos filhos, existiram alguns espaços onde foi possível se fixar de forma mais segura e desenvolver suas atividades.

*“[...] Y por la desaparición de mi hijo inmediatamente nos conectamos con... un local que se llamaba Familiares, pero, que desde ese día, creo que en el cuarto piso ahí en la calle Corrientes y Callao... eh... La Liga... no por los derechos humanos, la Liga de Defensa del Hombre... de PC. Bueno, eh... el PC a pesar de que fue nefasto en muchas cosas para nosotros esa rama del PC fue de una gran gran ayuda porque nos dio el único lugar donde... eh... empezamos a trabajar y podríamos hacerlo prácticamente públicamente. Se empezó a trabajar muchísimo”.*¹⁵¹

Bruno Palermo conta como começou a busca depois de receber um telefonema no qual o avisavam que Norberto não teria se apresentado ao serviço militar no Campo de Mayo e do pressentimento de que o desaparecimento era possível, já que o filho tinha “algum” vínculo militante. Chamamos a atenção para forma que o pai aborda a militância do filho enquanto “não extrema”. Possivelmente sejam resquícios da prática habitual de familiares em não expor a militância dos filhos em tempos em que qualquer informação poderia ser usada contra a família e o desaparecido. Da mesma forma, pode fundamentar-se em uma preocupação com os entornos sociais, a vergonha em admitir um filho envolvido com a “subversão”:

“Bueno, en primera instancia le... el primer comentario que tuvimos nosotros a este tema cuando me llaman por teléfono a las 8 de la mañana diciendo que mi hijo no había se presentado a los cuarteles, no fue a Campo de Mayo. Y ahí fue cuando yo empecé directamente a buscar, fue a Campo de Mayo a ver con los... los... Suboficiales y Oficiales ¿qué pasó? ¿Qué habían hecho con mi hijo? Yo, más o

¹⁵⁰ Marcos Weinstein. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

¹⁵¹ Memoria Abierta, Testimonio de Teobaldo Altamiranda, Buenos Aires, 2001.

*menos, bueno, presentía... era militante, no militante así...de... extremo, militante, simpatizante de... partido político, eh... bueno. Pero, bueno, y ahí empezó, bueno, de ese momento empezó nuestra lucha... a buscar donde estaba, donde no está, ese es el temita.*¹⁵²

Para dialogar com a proposição de Palermo, acreditamos ser interessante trazer algumas discussões realizadas por Federico Lorenz sobre a propaganda ditatorial focada na destruição moral do “subversivo”. A ideia de perversidade era associada à de delinquente. Arquetizou-se a imagem de um jovem propenso a se envolver com a ideologia subversiva e, conseqüentemente, os familiares tomavam todas precauções para não expor as possíveis causas que teriam originado sua desapareição. Com o retorno da democracia, os organismos de direitos humanos, incluindo os familiares, revidaram enfatizando a tirania e terror sofrido, incorporando a figura de vítimas adolescentes, inocentes. Segundo Lorenz:

En las disputas simbólicas y políticas en el espacio público, este sector de las víctimas comenzó a cobrar peso en un sentido inverso al de la propaganda dictatorial, manteniendo como característica central su inmadurez y propensión a la manipulación, lo que, a la vez, los convertía en víctimas “inocentes” de la dictadura. Se trataba de personas incompletas en su desarrollo, alimentadas por fuertes ideales pero carentes de “elementos políticos y culturales” como para resolverlos; estas características reforzaban la imposibilidad de explicar los crímenes que habían padecido.¹⁵³

Demonstraremos, também, a visão materna sobre as primeiras buscas. O depoimento da mãe Clara Weinstein, esposa de Marcos Weinstein, elucida a desinformação inicial quando não tinham ideia de que o plano repressivo agia de forma interligada a estrutura estatal e a dimensão desse. Clara relata que logo que Maurício sumiu ela não tinha ideia da gravidade, do número de jovens e famílias vivenciando tal situação. A mãe recorreu inicialmente à Asamblea Permanente por los Derechos Humanos e não integrou o grupo de mães:

“Cuando fui y vi la cantidad de gente que había y, cuando fulana me decía que hace un año que está desaparecido, que hace un año y medio, buen, ahí eh ... creí que me volvía loca porque me di cuenta de la gravedad de... porque a nosotros nos habían dicho que como se lo llevaron en abril y en junio era el mundial, que a todos los estudiantes y a los que eran un poco más, ‘qué se yo’, preferían llevárselos para que en el mundial no haya ningún disturbio, y nosotros nos lo creímos. Pero cuando fui para allá y escuché y vi y me comentaron que el jueves se hacia la marcha en la plaza, cuando fui a la plaza y vi todos esos pañuelos y la cantidad de gente,

¹⁵² PALERMO, Bruno. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

¹⁵³ LORENZ, op.cit.p.7

bueno... ahí tome conciencia de que la cosa era más seria de lo que yo me imaginé”
154

Nora Cortiñas descreve o princípio de sua busca percorrendo vários lugares, recorrendo a organismos já estabelecidos e conhecidos, entre todos, se identifica com as “mulheres” que se reuniam na praça, conforme a mesma evidencia:

“Se lo llevan a Gustavo y empiezo a correr de acá para allá; habeas corpus, la comisaría, el Obispado, el Ministerio del Interior. Y seguí de recorrida por los organismos que existían en ese momento, que eran la Liga Argentina por los Derechos del Hombre, donde ya adentro de la Liga habían dado un poco de espacio a los familiares. Eran gente que habían estado en la Liga, algunos, y que tenían ahora los hijos desaparecidos. [...]

*Después fui a la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, que se fundó en diciembre del 75. También estaba el Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos, el Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), liderado por Adolfo Pérez Esquivel, [...] Después las Madres comienzan a salir a la Plaza, a la segunda semana un cuñado mío me avisa que en la Plaza de Mayo se estaba reuniendo un grupo de mujeres, que en ese momento no les decían las Madres, de mujeres que fueron a pedir por sus hijos. [...] Le digo, eran un desastre, pero yo tenía terror, capaz que lo podían torturar más a mi hijo. Era esa confusión, esa ambivalencia, ir y venir. Empecé a ir a la Plaza de Mayo, y bueno, ahí conocí a Azucena, a María Vela, a María Rosario, a Juanita. Y bueno, empezamos.”*¹⁵⁵

A esposa de Remy, Angelita Vensentini, nos revelou que inicialmente acompanhava o marido nas movimentações pela libertação do filho Marcelo e ia visita-lo na prisão. Entretanto, quando Rosalva foi sequestrada e desaparecida, ela passou a envolver-se mais e militar juntamente à agrupação de mães:

*“Quiero contarles que yo todavía lo único que hacía era visitarlo a Marcelo, iba a la cárcel... pero yo no militaba con familiares... porque yo tenía a Rosalva. Y había que... alguien tenía que estar cuidándola viste, y entonces recién cuando, cuando... la llevaron a Rosalva ahí empecé digo ¿Dónde me pongo? Bueno, yo me preguntaba ¿voy a madres? ¿Dónde me pongo?”*¹⁵⁶

¹⁵⁴ Memoria Abierta, *Testimonio de Clara Weinstein*, Buenos Aires, 2001.

¹⁵⁵ DI MARCO, Graciela. *Hablan las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*. Testimonio de Nora Cortiñas: Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora. p.1-2. Disponível em: [http://www.unsam.edu.ar/escuelas/humanidades/centros/cedehu/material/\(34\)%20Entrevista%20Corti%C3%B1a s.pdf](http://www.unsam.edu.ar/escuelas/humanidades/centros/cedehu/material/(34)%20Entrevista%20Corti%C3%B1a s.pdf) Acesso em: 25/05/14.

¹⁵⁶ VESENTINI, Angelita. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

Esses pais e mães passaram a se conhecer devido aos muitos encontros nas dependências das Forças Armadas, delegacias, órgãos estatais, também em hospitais, igrejas, nos colégios dos filhos, entre outros espaços. Em decorrência da frequência dos encontros, passaram a trocar informações a fim de compartilhar os possíveis caminhos para agir e os contatos que fornecessem maior eficácia às tentativas de localização dos filhos. Morresi conta que um lugar frequentado pelos casais em suas buscas era o Ministério do Interior, que fica bem próximo a Plaza de Mayo. Inevitavelmente, ao saírem do prédio se dirigiam à mesma, motivo pelo qual muitos encontros começaram:

“[...] estando una vez reunidos todos ahí en la Plaza cuando salgamos del Ministerio nos cruzamos a la Plaza... nos sentábamos todos juntos para conversar, venía a la policía y nos dijo en una oportunidad: ‘¡no, estamos en estado de sitio más de dos personas juntas no pueden estar, así que aire de acá, fuera!’ Entonces que hicimos, nos juntamos de lado y empezamos a caminar ¡así, por ahí! pero no dando vuelta en la plaza sino caminando así para ir conversando, cuando terminaba la conversación no saludábamos e iba. Y ahí empezamos a decirnos por medio de papelito, por medio de seña, algo en donde iba a ser la próxima reunión en que iglesia, donde.”¹⁵⁷

Interessante observar a relevância que a apropriação deste local teve para a consolidação da manifestação de variados setores dentro do grupo de familiares atingidos com as desapareições. Julio Morresi ainda trata da sensação de acolhimento que teve com relação à praça, o cenário tão simbólico por tantas motivações anteriores na história argentina, se abria a mais uma possibilidade:

“Siento que ahí fue la lucha de nuestro primer día, el lugar donde nos aco... la plaza en sí, la plaza misma nos acogió en nuestra protesta”¹⁵⁸.

Nas palavras de Teobaldo Altamiranda, a intervenção na Plaza de Mayo foi tão expressiva que a ditadura nunca conseguiu recuperá-la, sugerindo a relação de posse do espaço, a simbologia da apropriação do “lugar de poder”; a Casa Rosada, sede do governo nacional no qual o processo de *Reorganización Nacional* tomava corpo e forma, território tão simbólico para o regime ditatorial:

“[...] Yo paso por... tengo que ir varias veces... cruzar, y cruzo por donde está marcada la rotonda con los pañuelos y bueno... Y siempre algo rebobina de los

¹⁵⁷ Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Morresi*, Buenos Aires, 2002.

¹⁵⁸ MORRESI, Julio. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

días que caminaba ahí con lluvia, con sol, con frío, con calor, con palos, con empujones, con los caballos, con la infantería... pero, se ganó la Plaza de Mayo y se ganó de una forma impresionante. No... no... y la dictadura no la pudo recuperar nunca.”¹⁵⁹

A organização em grupo, a partir das reuniões ocasionadas circunstancialmente, é reiterada pelo pai Julio Morresi, ao ser indagado sobre as mudanças que ocorreram a partir do momento em que ele e sua esposa se vincularam aos organismos de Direitos Humanos. Ressalta tal coletividade como instrumento de pressão, já que se sentia impotente quando ia buscar auxílio no Ministério do Interior e não obtinha quaisquer respostas:

“Cambió algo en el sentido de que empezamos a darnos cuenta y algo de que uno sostuvo siempre en su filosofía de vida... de que cuándo hay que hacer algo hay que hacerlo junto. Sólo no podíamos hacer nada “máximo” como veíamos que no éramos nada porque éramos solamente ese número de esta ficha que íbamos al Ministerio donde teníamos cifrada tanta esperanza y justamente íbamos al Ministerio que había organizado todo... esteh... el hecho de juntarnos con los organismos, con la gente ahí empezamos a tener a otros pares, a otros digamos... viviendo la misma situación que nosotros siendo de distintos estratos sociales, de distintas religiones, de distintas forma de pensar, por eso algo que siempre nos caracterizó y que yo siempre valoré que ahí adentro nunca antepusimos nuestro pensamiento político partidista, ahí éramos un padre y una madre de un desaparecido, o de un detenido [...]”¹⁶⁰

O pai também comenta a experiência do contato entre os pais cujos filhos foram desaparecidos, salientando que compreendiam mutuamente suas dores. Igualmente, fala das relações que foram construindo a partir dos frequentes encontros em prol de uma mesma causa:

“[...]los padres cuando no podíamos pisar la plaza, nos fuimos conociendo, porque yo conocía solamente uno o dos, uno que era del barrio y otro que por relaciones así de trabajo lo conocía, después esos diez papás por ejemplo, fuimos tomando una comunicación entre nosotros, fue, viste, sintiendo como parte, sintiéndonos ya, un igual, porque un papá lo dice ahí en el trayecto de la película que sentíamos que sufríamos el sentimiento nuestro lo compartíamos con todos los padres porque un papá que sufría el otro papá que sufría sabía como era el sufrimiento, no es el hecho que apareció alguien ahí no, no, todos sabían que el sufrimiento uno del otro[...].”¹⁶¹

¹⁵⁹ ALTAMIRANDA, Teobaldo. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

¹⁶⁰ Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Morresi*, Buenos Aires, 2002.

¹⁶¹ MORRESI, Julio. Entrevista. [abr 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

Mauricio Brodsky, pai de Fernando, fala do impacto que teve em sua vida o contato com outras pessoas que estavam na mesma situação que ele:

“La vinculación se fue profundizando de menos a más... primero... esteh... Bueno, nos encontramos en Plaza de Mayo, vamos a protestar, vamos a estar con las Madres de Plaza de Mayo[...] Después... esteh... la lucha nos unió más... y fuimos... nos comprendíamos, teníamos todos el mismo dolor, así que fuimos... realzando nuestra amistad y nuestra relación y somos amigos, somos amigos que tenemos una intimidad, los mismos dolores, los mismos sentimientos de... dolor que no se va nunca más porque las heridas, con el tiempo van cicatrizando pero esta siempre sigue siendo una herida abierta, para nosotros y para todos los padres de chicos desaparecidos, no se va más eso [...]”¹⁶²

Com os primeiros contatos frequentes entre esses familiares e a intenção de se unirem, algumas mães em fevereiro de 1976 começaram a participar de reuniões com familiares de desaparecidos, coordenando atividades conjuntas, ainda que em estágio inicial. Este grupo posteriormente transformou-se em “Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas”. Teobaldo Altamiranda menciona a formalização das Mães da Plaza de Mayo no ano de 1977, quando resolveram formar um grupo próprio, retirando-se do grupo de Familiares.

“[...] Prácticamente estaban todos encuadrados ahí [Familiares] pero vieron que ... que era muy poco lo que podríamos hacer y un grupo de Madres decidió empezar otra lucha y hacer otra ocupación... y de ahí... nace... eh... Madres de Plaza de Mayo. Porque veían lo que se estaba haciendo en Familiares era muy poco por...lo que se... querían que trascendiera en el mundo.”¹⁶³

Conforme Altamiranda, a movimentação realizada nos Familiares não era suficiente para o que queriam as mães e sugere que em uma formação de mulheres elas teriam mais autonomia e desenvolveriam melhor seu trabalho. Nas reuniões em grupo com os familiares de desaparecidos havia comissões para tratar de assuntos coletivos e que acabava intermediando todas as ações. Ainda havia aqueles que discutiam com maior propriedade, indivíduos que tinham suas raízes em movimentos sociais, partidos políticos, eram militantes experientes, o que de alguma forma pode ter distanciado as mães.

A data convencionada como de fundação do movimento Mães da Plaza de Mayo foi o 30 de abril de 1977, dia em que teria ocorrido a primeira intervenção organizada na praça. Em 1979 veio à formalização em Associação Civil, cuja escritura constitutiva revela à sociedade os

¹⁶² Memoria Abierta, *Testimonio de Mauricio Brodsky*, Buenos Aires, 2001.

¹⁶³ Memoria Abierta, *Testimonio de Teobaldo Altamiranda*, Buenos Aires, 2001.

motivos pelos quais o grupo foi formado e suas intenções. O documento reforça algumas características interessantes do movimento, como o fato de ser formado por mulheres, de não existirem quaisquer vínculos políticos, além de afirmar que elas não foram “instrumentalizadas”, conforme um dos discursos circulantes sobre seu surgimento sugeriu, afirmando que elas apenas seriam as representantes públicas de outros grupos:

Las madres firmantes hemos resuelto constituir la asociación Civil “Madres de Plaza de Mayo”. Esta determinación de fundarla es consecuencia de los encuentros que realizamos, durante más de dos años, en la Plaza de Mayo de la Capital Federal y en otros lugares de esa ciudad y del interior del país. Dichas reuniones comenzaron espontáneamente con motivo de las gestiones que centenares y luego miles de madres argentinas efectuamos en la Casa de Gobierno de Buenos Aires en procura de conocer el paradero de nuestros hijos, detenidos por representantes de las Fuerzas Armadas y de Seguridad a partir de 1976 y cuyo destino desconocemos. Somos madres de detenidos desaparecidos y representamos a muchos millares de mujeres argentinas en igual situación. No nos mueve ningún objetivo político. Nadie nos ha convocado ni nos impulsa o instrumenta. Estamos contra la violencia y contra cualquier tipo de terrorismo, privado o estatal.¹⁶⁴

Acreditamos ser importante salientar que, na escritura constitutiva, elas declaram que os desaparecimentos iniciaram em 1976, contudo, conforme a bibliografia e através de depoimentos, pontuamos que as desapareções começam nos anos de 1974 e 1975. Primeiramente, poderíamos supor que não contemplar a data anterior a 1976 seja uma opção de omitir tal informação relacionada ao fato do governo vigente naquele momento ser peronista. Na época em questão, a adesão ao peronismo figurava número muito significativo, se não ocorria diretamente pelas mães, conforme vimos, poderia ocorrer pelos maridos ou outros membros da família. Dessa forma, é passível pensar que seria complicado assumir publicamente em documento constitutivo o fato dos desaparecimentos começarem ainda durante o governo Peronista, já que muitas dessas supostamente tinham alguma vinculação a esse mesmo que de forma indireta.

Evidencia-se também, que neste momento as mães demonstravam ciência da situação na qual encontravam-se seus filhos e que a conjuntura se repetia em todo território nacional. Enfatizam a criação do grupo justificando seu nome e reiterando seus objetivos.

¹⁶⁴ Cópia da escritura em arquivo do autor. Original no Arquivo Histórico da Associação Madres de Plaza de Mayo – AMPM. apud GORINI, *La Rebelión de Las Madres...* op.cit.p.315-316.

[...] Sabemos que existen muchos miles de hogares argentinos en la misma situación. Por esa razón hemos decidido unirnos y formar una asociación civil que llevará el nombre de “Madres de Plaza de Mayo”, en recuerdo del hecho y del lugar que nos reunió por primera vez. Como se expresa anteriormente, nuestro primer objetivo es lograr de las autoridades del país, civiles, militares y judiciales una respuesta a nuestra angustia: ¿Dónde están nuestros hijos? ¿Qué ha sido de ellos? [...] ¹⁶⁵

O grupo unificado de mães, surgidas em 1977 e formalizadas em 1979, passou por uma crise interna em 1986 quando surgiram fortes dissidências de opiniões com relação a assuntos essenciais para a tomada de posição. A comissão diretora da associação convocou uma assembleia extraordinária a fim de reorganizar a condução do grupo através de uma nova eleição. Duas chapas foram montadas, uma delas tinha como nome principal Hebe de Bonafini e a oposição trazia o nome de Maria Adela Gard de Antokoletz. O grupo de Maria Adela optou por se retirar da associação formando outro grupo de mães, as *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*.

As divergências do grupo que resultaram na formação de outro movimento são explicadas, entre várias hipóteses, principalmente pela questão da reparação econômica ¹⁶⁶ surgida no processo de democratização durante o governo de Raúl Alfonsín em 1983. Em 2005, em entrevista, Hebe De Bonafini explicou a diferença dos dois grupos, na qual fica visível a ideia de que as dissidências abrangeram mais do que a divisão, também permearam questões ideológicas e a forma de luta.

Em 1986, oito mães saíram do nosso grupo e formaram as “Madres de la Plaza de Mayo Línea Fundadora”. Elas *foram embora* quando surgiu o tema da reparação econômica, da exumação de cadáveres e das homenagens póstumas. Para nós, nossos filhos estão desaparecidos para sempre, mas não estão mortos. O desaparecimento forçado de pessoas é um delito que não prescreve, é um delito permanente. Já o assassinato prescreve. Queremos justiça. Enquanto os assassinos não pagarem pelo que fizeram não podemos aceitar que a vida de nossos filhos tenha preço, que a vida de nenhum jovem tenha preço. ¹⁶⁷

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Para mais informações sobre a temática da reparação econômica, criação de políticas de memória e período de transição democrática, ver: BAUER, *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória* op.cit; MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar*. 2007. 470p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Área de concentração: Direitos Humanos. Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

¹⁶⁷ AO VISITAR o Rio de Janeiro, a presidente das Madres de Plaza de Mayo concedeu entrevista. *Jornal do CRP*. Rio de Janeiro, 2005, n.8. p.10 Grifo nosso.

Embora tenhamos apresentado as buscas de pais e mães, pretendemos possibilitar um espaço de discussão e aprofundamento sobre a atuação dos pais. Percebe-se que o exercício de se enxergarem enquanto atores sociais ativos ainda é complexo e não figura uma tarefa fácil. Suas declarações são majoritariamente construídas enfocando suas percepções secundárias sobre si mesmos. De forma diminuta, surgem aqueles que se apresentam tão protagonistas quanto as mães. Embora a afirmação de que o pai sempre esteve presente ter sido consenso nas entrevistas pesquisadas, os pais corroboraram essa ideia de diferentes formas.

Pretendemos explorar, a seguir, em primeiro lugar a reivindicação dos pais de que sempre estiveram presentes, ainda que de “sua forma” (como alguns afirmam). Em seguida, analisaremos sua atuação ao lado de suas esposas, suas participações nas rondas e nas intervenções na Plaza de Mayo, com foco em suas memórias.

2.3. Redesenhando o papel paterno: “[...] *Muchos dicen ¿los padres dónde están? Siempre estuvimos*”.

De modo a introduzir a temática, e explicitar o título deste ponto relatamos uma frase que nos parece coerente e que, igualmente, nos permite refletir.

“Creo que el rol de los padres aparece como desdibujado porque no fue dibujado, en realidad, para decirle así, nadie se ocupó de dibujarlo durante los años.”¹⁶⁸

A frase é do pai Marcos Weinstein e retrata o papel paterno como desfocado, uma questão que não é abordada. Faz-se uma constatação de que a invisibilidade paterna é uma questão a ser pensada. A partir disto, problematizamos se a dificuldade destes pais em assumirem-se da mesma forma como as mães, enquanto protagonistas, pode ser pensada como contribuinte à sua pouca visibilidade. Seria esta condição “secundária” induzida ou auto imposta? Indagamos se o “afastamento” da figura paterna poderia ser responsabilidade dos próprios pais, por meio do frequente apoio incondicional que davam à figura materna em diferentes esferas e se seria capaz de gerar um “auto distanciamento”.

Podemos pontuar uma escolha em priorizar as mães, concepção determinada por vários aspectos e motivações. As falas sempre partem no sentido de enaltecer as mulheres por sua coragem e sua postura combativa sem violência, pontuando que essas atribuições eram mais “destacáveis” do que nos homens. Da mesma forma, foram contemplados nas falas dos pais a questão de a repressão ser mais forte com relação aos homens; os problemas com relação à disponibilidade de tempo, já que os pais trabalhavam “fora” e representavam o sustento da família, bem como características atribuídas ao sexo masculino como a impaciência e a reação com violência física às situações em que as mulheres sabiam lidar melhor.

Os pais, ainda que com suas barreiras no sentido de valorizar sua experiência “combativa”, reivindicam a visão paterna sobre os fatos e comemoram a abertura do espaço para que pudessem afirmar que estiveram presentes. Rafael Belásustegui reforça o fato de que não só estiveram presentes como ainda estão:

“Evidentemente, acá, la línea pasa por los desaparecidos primero, por las madres que movilizaron todo esto, pero los padres, eh... siempre estuvimos ahí, ustedes lo que lograron de alguna manera, es... permitieron nos decir estamos, estuvimos y

¹⁶⁸ WEINSTEIN, Marcos. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

estamos presentes. Creo que esa visión de toda esta atrocidad y todo este genocidio, todo lo que paso con nosotros, a partir de la...de la... de la paternidad es una novedad, eh... todo lo que yo he visto acá ahora y que de alguna manera era un hueco, hacía falta, esteh...”¹⁶⁹

No mesmo sentido de estimar a importância atribuída ao “simples” fato de poder dizer: “estivemos presentes” Morresi atenta que muitos podem não saber disso, mas que foram tão precursores quanto as mulheres em um momento em que pouca gente ocupava a praça:

*“[...] y quien sabe muchos no la saben inclusive de las madres, que al principio nosotros acompañábamos a ellas en la marcha, en esas primeras marchas que éramos poquitos también estábamos muchos papás al lado de ellas”*¹⁷⁰

Quando perguntamos a Weinstein “¿Por qué crees que fueron llamados “padres de la plaza?” (referindo-nos ao documentário de Daglio), afinal, não é uma nomenclatura tão óbvia a partir da informação de que nem todos os casais que tiveram filhos desaparecidos pela ditadura aderiram aos manifestos na praça ou às organizações de direitos humanos e, ainda, que nem todas as esposas destes pais foram integrantes dos grupos de mães. Ele responde:

*“Bueno, primero porque estábamos en la Plaza de Mayo en eh... el momento donde se hacia el recorrido de media hora que el gobierno militar que permitía a las Madres de Plaza de Mayo. [...] nosotros estábamos en la, en la En el borde ahí de la catedral en donde estaba la recova, en la recova del cabildo que es donde a esto o en la recova hay ahí una serie de instituciones comerciales, sobretudoo en la calle Irigoyen que es, que tiene dos cuadras de largo, estábamos ahí [...].”*¹⁷¹

“Estávamos aí” e, mesmo presentes, aparecem “desfigurados”, sem forma, sem aparência. A pergunta de Joaquín Daglio para Teobaldo Altamiranda é:

“¿Por qué piensas que en la opinión pública o en el inconsciente colectivo, por original, no está tan presente la figura del padre? Después de tantos años...”:

*“Bueno, porque no tuvo una... ah... aunque... el padre tuvo presente, existió el padre. El padre nunca estuvo en una posición de lucha como las madres. Nunca nos organizamos, nosotros éramos acompañantes.”*¹⁷²

¹⁶⁹ BELÁUSTEGUI, Rafael. PADRES DE LA PLAZA: 10 recorridos posibles, op.cit

¹⁷⁰ Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Morresi*, Buenos Aires, 2002

¹⁷¹ WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

¹⁷² ALTAMIRANDA, Teobaldo. PADRES DE LA PLAZA: 10 recorridos posibles. Op.cit

Em conformidade com o relato de Altamiranda, não se reconhecendo em uma posição de luta, alguns pais colocam-se na figura de acompanhantes. Essa condição foi notavelmente explorada, Beláustegui diz:

*“Y los padres íbamos siempre medio como que acompañando ¿viste? las madres eran central y los padres estaban en las veredas... las veíamos pasar, pero nos acercábamos.”*¹⁷³

Ricardo Chidíchimo igualmente reforça:

*“No, para mí fue un orgullo y yo le acompañaba y... esteh... y la ayudaba en todo que podía, esteh... [...] se movieron muchísimo ¿no?”*¹⁷⁴

Em contraponto, Maurício Brodsky se vê como integrante desse movimento plural de familiares encabeçado por mães. Posiciona-se como membro, de forma integrada. Ainda que seja sutil, é um dos poucos que ao afirmar sua presença na praça não utiliza a palavra “acompanhante” e ressalta, ele e a esposa eram “um só”. Sentia que mesmo sem o símbolo do *pañuelo*, era como se o tivesse.

*“No te puedo decir que me generaba algo de afuera porque yo me sentía integrado, yo lo veía de adentro, yo no tenía pañuelo pero era como si lo tuviera. Así que... las madres... que ... rondaban los jueves, yo muchas veces fui a la vuelta de Plaza de Mayo y siempre a los besos y los abrazos... siempre... estábamos muy ligados, estábamos muy ligados, éramos uno sólo.”*¹⁷⁵

Brodsky estava sob as mesmas condições dos outros pais, enquanto mais um homem e, ainda assim, ao contar que se via agregado ao movimento elabora uma resposta distinta no sentido de que, mesmo que estivesse afastado fisicamente do centro da praça, era participante do processo. Este depoimento reforça a ideia de que sujeitos do mesmo sexo podem ter variados sentimentos de pertencimento de gênero, o que fica evidente em suas entrevistas. Para Brodsky, o fato de ser homem não comprometeu sua participação, ainda que essa participação fosse distante da marcha.

¹⁷³ BELÁUSTEGUI, Rafael. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

¹⁷⁴ CHIDÍCHIMO, Ricardo. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

¹⁷⁵ BRODSKY, Mauricio. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

É preciso aclarar que nem sempre os pais tinham a escolha de participar ativamente das manifestações. Foram relatadas, por muitos pais, as dificuldades para entrar nesse espaço durante o movimento de ronda que as mães faziam desde 1977. Houve situações nas quais os militares permitiam apenas a entrada de mulheres, episódios que as entrevistas abarcam. Alguns pais expõem que ficavam do lado de fora nos bares e cafés próximos, acompanhavam “à distância” suas esposas. Bruno Palermo relata a dificuldade de manifestar-se na praça:

“[...] la película si ustedes la ven, siempre acompañamos a las madres, siempre. Lo que pasa es que no sé por qué, la policía no nos dejaba acercar, venían los caballos montados por los policías y nos ponían la trompa de los caballos en nuestra cara, y teníamos que irnos sino nos atropellaban, si te atropella un caballo, te pasa por encima, te mata, ¿te das cuenta?”¹⁷⁶

A ocupação da praça reaparece na fala de Teobaldo Altamiranda quando relembra o custo de ser “dono” da Plaza de Mayo. Toda simbologia desta “batalha” é demonstrada através das provas repressivas que tiveram que passar. Conforme aponta, há registros de momentos em que a “marcha” foi totalmente proibida:

“[...] costó mucho... el ser dueño de la Plaza de Mayo nos costó mucho, pero mucho mucho. Nos corrían continuamente, nos golpeaban eran unos enfrentamientos con la policía muy grandes... eh...llego un día, no recuerdo el mes ni el año, creo que era un verano, era de verano sí porque yo estaba con camisa, y habían prohibido que nadie podría pasar a Plaza de Mayo la marcha de ese día estaba prohibida. Bueno, estaban todos en la catedral y en la municipalidad todos esperando todos ahí y... en un acto... suicida si se quiere, o... sin pensarlo yo dije: no puede ser que nos quedemos acá, crucen la calle. Y cuando pisé en la Plaza de Mayo dos monos [policiais] gigantes me agarraron uno de cada lado, me llevaron en el aire [rindo] me metieron en un... era un patrullero y me llevaron a la comisaría dos... [...]”¹⁷⁷

Podemos dizer que o fato de não poderem estar presentes no espaço da ronda também dificultou sua visibilidade, ficando em “segundo plano” por estarem nos arredores da manifestação:

“En el mundo se vio... se vio a las madres, a nosotros no nos podían ver, es lógico, nosotros estábamos atrás pero los que querían... quieren saber y recordar la historia es que en los distintos organismos que tuvimos eh... trabajando veníamos

¹⁷⁶ Entrevista a Bruno Palermo. HOWORTH, op.cit, p.81

¹⁷⁷ Memoria Abierta, Testimonio de Teobaldo Altamiranda, Buenos Aires, 2001.

*todos acompañar a las Madres de Plaza de Mayo, pues no eran sólo las Madres de Plaza de Mayo*¹⁷⁸

Novamente, a contestação pela visibilidade dos mesmos é notória ao expor que as mães eram apoiadas por outros organismos dos quais os pais faziam parte. Evidencia-se que na ocupação da praça o apoio às mães, precursoras da simbólica ronda, vinha de vários setores do MDH. Ricardo Chidichimo comenta que, ainda que outras agrupações fossem apoiar as mães na praça, o número de homens era muito inferior ao de mulheres incluindo como motivo o medo da repressão que podia ser mais intensa para esses:

*“Las madres eran más corajosas que nosotros, porque... eran mucho más madres que padres, eh... muchos padres no participaron de acuerdo a la preparación intelectual de cada uno, tenían miedo... esteh... pero las madres sí, las madres eran todo*¹⁷⁹

Os atos repressivos eram generalizados e não atingiam somente aos homens; a violência psicológica (ademais da física) com as mães foi muito presente. Conforme Morresi exemplifica, policiais “à paisana” as chamavam de loucas e as mandavam lavar louça. A referência ao trabalho doméstico exercido pelas mulheres remetia igualmente ao local onde *deveriam* permanecer, no espaço privado, enquanto donas de casa. Também enfatizamos na fala de Morresi a exaltação dos pais quando presenciaram os insultos e foram convidados a “retirarem-se” da praça pelas próprias mães que percebiam sua reação como um problema:

*“Estábamos dando la vuelta para cá y había un grupito de gente jóvenes, de muchachos jóvenes, se vía que eran policías por los pelos cortitos, y se le acercaban y dijeron: ‘Ustedes locas ¿qué están haciendo acá? ¡Locas de mierda vayan a su casa lavar los platos!’ Y yo me acuerdo que yo con el marido de Berta, que es fallecido ahora, salimos como para encarar al tipo, lo que la había insultado a mi esposa y la esposa de él. Entonces mi mujer y la otra nos agarró y dijeron: ‘¡no! vengan para cá’, nosotros no nos dimos cuenta que mientras nosotros íbamos para... a encarar al que le había insultado, venían dos o tres vestidos ya de policía... de ropa... para agarrarnos y llevarnos presos. Entonces ese día nos dijeron: ‘¡Ustedes acá son unos calentones de mierda! ¡No se quedan más acá! Vayan más allá en frente’, y nos fuimos allá bajo la recova.”*¹⁸⁰

¹⁷⁸ ALTAMIRANDA, Teobaldo. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

¹⁷⁹ CHIDÍCHIMO, Ricardo. Ibid.

¹⁸⁰ MORRESI, Julio. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

Weinstein, ao reiterar a função de acompanhante das mães, também complementa sua fala afirmando a presença e representatividade da repressão militar na praça pelo exacerbado número de policiais e militares. O método de imposição do medo era demonstrado pelo ato de cercar o grupo de mães.

“[...] Los hombres las acompañamos para estar y mirar, eh... proteger no, hacer la denuncia en forma inmediata, una forma de protegerlas, porque eh ... la fuerza militar no era una fuerza de militar mínima, no era un agente de policía que decía una frase, sino eran 150 agentes de policía que rodeaban al grupo entonces ¿Quién entra en ese lugar? Personas... entonces estábamos ahí, yo iba, estacionaba el auto en la calle Bartolomé Mitre que está a una cuadra, iba caminando me paraba en la recova de la catedral, salía mi mujer, la subía al auto y la llevaba a casa, porque en ese entonces ella no iba, entonces más o menos cualquiera de esas cosas tenía que ver con una opción que era la única posible [...]”¹⁸¹

Ainda que confirme o que foi dito pelos outros pais, com relação ao medo da repressão, enfatiza que esses não eram “coibidos” de entrar na praça. Um ou dois homens eram autorizados a adentrar e, a partir disso, começaram a registrar através de fotografias as rondas. Também esclarece que a repressão não se aplicava somente aos homens:

“[...] Alguna vez el grupo de madres de plaza de mayo que circulaban alrededor de la pirámide fueron empujadas por la policía. Las subieron a un ómnibus, se las llevaron a identificarlas una por una con las fuerzas militares en la comisaria segunda que está a dos cuadras de la casa de gobierno eh... y a los hombres no les permitían la entrada. Por dos razones, no lo permitían o si lo permitían era solo uno o dos, uno de ellos era alguien que sacaba la fotos de las madres y las guardo y sirvieron para documentar los primeros pasos que se hicieron de promover esta situación. Y no es que nos prohibieron la entrada, era peligroso ya alcanzaba con que hubieran dos o tres desaparecidos en una familia que no hacía falta que fuera el padre también. Además las madres venían ahí, salían de ahí y se reunían en algunos lugares, generalmente en algún bar hasta que luego lograron las localizaciones y sus propias sedes y entonces fueron a ese lugar.”¹⁸²

Altamiranda também avalia os enfrentamentos das mães:

“[...] los enfrentamientos en la Plaza de Mayo eran terribles, como... las mujeres, las madres o las esposas, familiares sobre todo a las mujeres, como enfrentaban a la policía. Como cuando avanzaban decían... eh...los agentes decían: ‘yo no,

¹⁸¹ WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

¹⁸² Ibid.

contra las mujeres no quiero avanzar, me van a destruir' [rindo]. Salían muy arañados, lastimados porque peleaban como leonas de verdad! Y... nosotros poníamos, digo nosotros porque me tocó varias veces poner las espaldas y el lomo tapando a las mujeres y ellas en una forma o en otra podrían atacar a esos policías... no los herían porque no llevábamos armas pero los mordiscones que le daban y los arañazos que daban a los tipos les rompía la ropa y salían arañados y lastimados de verdad! Y bueno, esa fue la lucha de las madres, al decir madres no digo Madres de Plaza de Mayo digo las madres de todos los desaparecidos porque estaban ahí Madres de Plaza de Mayo, y familiares, todos los organismos...”¹⁸³

Atentamos à comparação feita por Altamiranda sobre as mães serem “leões”. Primeiramente, pela ideia remissiva a um processo natural no sentido biológico, um posicionamento inerente às “fêmeas”. Elisabeth Badinter problematiza o uso de modelos animais para comparar os comportamentos humanos e atenta que se espelhar neles é uma forma de exemplificar modelos ideais destituídos das construções sócio culturais:

Sem dúvida as fêmeas dos animais eram melhores modelos, pois não se temia que evoluíssem ou sofressem os efeitos perniciosos da cultura. [...] Entre essas fêmeas, encontra-se o estado ideal de pura natureza, um instinto não desnaturado pelo interesse, isto é, o instinto materno não desviado pelo egoísmo da mulher.¹⁸⁴

No reino animal a imagem das leões é associada ao heroísmo, à luta. A figura da leoa é a de que governa a família, sob quem recai os cuidados com os filhotes. Elas são as responsáveis pela caça para a família enquanto os machos, os leões, as protegem. Curiosamente, ou não, a noção descrita por Teobaldo ao relatar a forma como as mães agiam e os pais as protegiam é exatamente a forma pela qual se estruturam as relações animais.

Também nos parece muito interessante observar a forma distinta como Julio Morresi afirma que ele tinha mais disponibilidade de tempo para realizar as buscas do filho por trabalhar em um negócio familiar. Enquanto a esposa tinha todas as tarefas que mantinham a casa:

“Mira... te dije que en el comienzo me movía siempre yo... por la circunstancia que ella... por todo que tenía que hacer en la casa, el hecho de que yo tenía la facilidad del trabajo de que podía hacerlo e iba a todo lado yo, era prácticamente todos los días un lado distinto”¹⁸⁵

¹⁸³ Memoria Abierta, *Testimonio de Teobaldo Altamiranda*, Buenos Aires, 2001.

¹⁸⁴ BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.186-187.

¹⁸⁵ Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Morresi*, Buenos Aires, 2002

Ainda há aqueles que defendem que os pais não deveriam interferir nas intervenções maternas. Beláustegui explora uma pureza associada à imagem materna imersa em um ideal de santidade, geradora da vida, como se os pais fossem contaminar essa luta tão legítima.

“Yo creo que los padres estaban presentes de su manera [...] pienso que los padres... esteh... tenían la... la sensación de que ellos eran vulnerables, es decir, que eran vulnerables no en el personal porque bueno... sino que eran vulnerables en cuanto contaminar de alguna manera ese símbolo tan lindo y puro de las Madres con sus pañuelos... blancos. Eso era cómo que no iban a meterse que había que acompañar de ahí de afuera.”¹⁸⁶

Embora percebamos no seu discurso uma visão desta maternidade como um símbolo do belo, também se acredita que seu depoimento possa vir ao encontro da ideia na qual uma atuação dos pais poderia desfocar a das mães naquele momento. A contaminação pode ser tanto no sentido impróprio e impuro que carregam as noções de masculinidade frente às de feminilidade, como sob outro aspecto, interpretado como estratégico. Essa outra contaminação seria no sentido de romper a manutenção de um discurso legitimador em prol da construção social da maternidade, na qual, sinteticamente, a luta das mães pelos filhos é mais do que naturalizada é “autorizada”. Neste caso, inclusive pelo regime, que tinha dificuldades para conter as mães sem a desaprovação da sociedade.

Interessante perceber que, de forma geral, aparecem menções à organização coletiva e suas vantagens desde o ponto de vista da eficácia da luta, bem como no campo psicológico. O fato de dividirem suas dores e histórias tão semelhantes provocava o cuidado mútuo entre esses “pares”, ou seja, seus “iguais”, no processo de catarse. Mas, mesmo com todas as vantagens atribuídas ao convívio e organização coletiva, os pais não constituíram um grupo próprio. Quais seriam as possíveis razões para isso? A dedicação e apoio às mães teriam diminuído, ou ainda, erradicado a necessidade desta formação? Teriam sido feitas tentativas frustradas ou malsucedidas na construção de tal agrupação? Divergências entre esses atores teriam impossibilitado o grupo?

¹⁸⁶ BELÁUSTEGUI, Rafael. PADRES DE LA PLAZA: 10 recorridos posibles. Op.cit

2.4. O grupo Pais da Plaza de Mayo.

No princípio do documentário *Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles*, em tom de introdução e apresentação, se questiona o lugar dos pais e, ao mesmo tempo, o fato de não terem se agrupado. Afirma-se que, em parte, isso fez com que não tenhamos escutado nem lido nada sobre os mesmos.

“¿Qué sucedió con los padres? La pregunta nos surgió en la Plaza de Mayo cuando se cumplían treinta años del último golpe militar en Argentina. Esa pregunta es la que dio origen a este documental. Madres, abuelas, hijos, hermanos y familiares, lograron agruparse y así luchar colectivamente por sus desaparecidos. Por memoria, verdad, y justicia. Pero los padres nunca se agruparon y con el tiempo esto significó que muchos desconociéramos su voz y su búsqueda. Nos acercamos a algunos de ellos y les propusimos una serie de encuentros para escucharlos, para conocer sus vidas, sus lugares y sus historias”¹⁸⁷

O diretor do filme, Joaquín Daglio, em entrevista, também revela as dificuldades de começar o projeto, já que muito pouco havia sido produzido com relação aos pais, destacados enquanto figura paterna e não apenas como “integrantes da família”:

“Nos pasó lo mismo que te debe estar pasando a vos en este momento, cuando uno quiere eh... buscar información, no hay mucha eh... a los padres llegamos un poco por Memoria Abierta, un poco por Línea Fundadora y un poco por... también o bastante, en cada caso por Familiares de Desaparecidos y Presos por Razones Políticas.”¹⁸⁸

Suas atividades não foram comprometidas pela inexistência de um grupo paterno, embora seja contestável que a pouca ou inexistente divulgação e publicidade de suas ações os tenha posto em uma posição “coadjuvante”. Mas como os pais compreendem a não formação de um grupo? Quais são suas razões e motivações para não se reunirem? Os próprios não falam muito claramente sobre essa questão. Quando a abordam, têm certa “superficialidade” ao tratar do tema. Em meio à entrevista que realizamos com Marcos Weinstein, tentamos perguntar sobre a agrupação dos pais a partir de um “gancho” quando ele abordava diferentes grupos do MDH Argentino. Ao apresentar-se enquanto alguém que nunca teve envolvimento partidário,

¹⁸⁷ PADRES DE LA PLAZA: 10 recorridos posibles. Direção de Joaquín Daglio. Argentina: Senda Producción Audiovisual, 2010. (103 min.): color.

¹⁸⁸ DAGLIO, Joaquín. Entrevista. [fev 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

Weinstein concluiu que, às vezes, o que leva à mobilização, entre outros fatores, é o de afinidades:

“[...] o afinidades, ¿no? Afinidades electivas... es una frase de Goethe que dice: uno elige lo que le gusta. Bueno...”¹⁸⁹

Também levanta a questão de uma figura de liderança que permeia um coletivo, ainda ao tratar da maneira pela qual se forma um líder, parece não agregar ao mesmo um papel tão “destacável”. Gera-nos a percepção de problemas organizacionais ou, ainda, a questão de não formar o grupo só de pais em decorrência da possibilidade da incidência destes problemas.

“Yo creo que hay todo un, un juego, un grupo de personalidades que en algún momento como en todo los sucesos hay situaciones de líderes en los grupos humanos, en.... Inmediatamente el... el orden desplaza, a ver, seria así: cuando un grupo humano se reúne por primera vez, o por primeras veces, no hay liderazgo alguno, uno ofrece su casa, o 'qué se yo', o tienen los mismos temas, se agrupan, que es lo que pasa, quien tiene, quien hace una primera lista, un cierto criterio o una cierta intensión organizadora de manera tal que haya un cierto orden, pero los elementos se desplazan hacia un cierto vacío, si uno está en el lugar justo, en el momento justo, ese es el momento cuando aparece el liderazgo, nada más, eso es todo [...] me parece que ahí era simplemente alguna postura que tenía que ver con la capacidad de organización, la depositación de la confianza, el tipo de texto verbal que podía usar, que aparece como, como elemento para poder ir a entrevistarse con un ministro que venía de visita al país, un sacerdote de alto nivel, el militar de otro país, que , que tenía algún tipo de convenio con la Argentina, entonces se lo iba a ver, entonces de alguna manera aparecía la figura lideral de un grupo[...]"¹⁹⁰

Dos pais cujas entrevistas tivemos acesso ou as realizamos, Julio Morresi é sem dúvida o que sempre aborda, de alguma forma, esse tema, mesmo quando não é diretamente questionado sobre o mesmo. Em entrevista ao acervo Memoria Abierta, foi perguntado sobre como se envolveu com os organismos de Direitos Humanos e, de forma conclusiva, narra algumas tentativas de organização dos pais:

“[...] porque bueno, vos ya sabes la historia cómo fue de creación de Padres de Plaza de Mayo que uno decía a los sábados en los sábados no porque no había nadie, dijeron los viernes, no porque los viernes no sé qué era... hum... que no sé,

¹⁸⁹ WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

¹⁹⁰ Ibid.

me acuerdo que una de las personas judías: ‘no el viernes no’, entonces quedó el jueves, quedó el jueves [...]’¹⁹¹

O mesmo, em outra entrevista, ainda afirma que tiveram a iniciativa de se juntar. Ressalta as diferenças entre homens e mulheres na hora de se organizarem, apontando-as como possível causa da dificuldade em levar adiante o processo. Assim sendo, ajudar as mães era o mais “sensato”:

“Entonces bueno estábamos ahí y un día se nos ocurre bueno ¿por qué no nos conformamos como padres de la plaza y armamos una organización padres de la plaza y acompañamos a las mujeres? Bueh... entonces nos fuimos en frente el jueves siguiente los papás nos quedamos ahí en la recova, nos quedamos conversando que íbamos a formar un grupo así como el de las madres, pero bueno quedamos en reunirnos la próxima semana y esa próxima semana que ya éramos unos padres éramos más de treinta o cuarenta, cuando nos reunimos empezamos a discutir de política y de futbol cosa que las mujeres más inteligentes que los hombres no lo hicieron, no es que no nos preocupáramos por nuestros hijos, pero esta esa cuestión de que los hombres el futbol y la política el que era peronista, el que era comunista, el que era de un cuadro, el que era de otro, no, no, entonces con otra persona, otra persona y yo dijimos, mirá esto lo estamos empezando mal, nosotros ya sin reunirnos la primera vez, ya estamos discutiendo, miremos el ejemplo de nuestras esposas, hace ya varias semanas que vienen y ellas no discuten, no discuten nada así que si nosotros nos vamos a perjudicar, más vale vengamos y acompañémoslas, pero no como una conformación, acompañémoslas de la forma que podemos y, bueno, así lo fuimos haciendo, acompañándolas de la forma que podíamos, cuando podíamos entrar, cuando no podíamos y, bueno, así fue transcurriendo y siempre los padres estuvimos presentes”¹⁹²

Em entrevista a Iris Howorth¹⁹³ Bruno Palermo comenta sobre a mesma tentativa da qual fala Julio Morresi, a qual ambos presenciaram. A frustração da malsucedida tentativa de se unirem é tratada, a nosso ver, com certa dificuldade. Os pais não parecem formular um pensamento mais aprofundado sobre o que aconteceu, incluindo a dificuldade de se organizarem. Falar de futebol não era atitude proibida em uma reunião de pessoas que não tinham grande intimidade e possivelmente não se conheciam, podendo ter em comum o gosto pelo esporte. Contudo, a repetição desse tema leva à constante noção da “inaptidão” masculina para superar essas barreiras de sociabilidade. Palermo também enfatiza que os pais tinham

¹⁹¹ Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Morresi*, Buenos Aires, 2002.

¹⁹² MORRESI, Julio. Entrevista. [abr 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

¹⁹³ A estudante americana fez uma pesquisa descrita como um Projeto de Estudo Independente, para o SIT Graduate Institute/SIT Study Abroad, resultando em um pequeno trabalho onde disponibilizou as entrevistas que realizou na íntegra. Retiramos alguns trechos respeitando e expondo as questões da autora anteriores às falas.

muitas opiniões divergentes com relação a questões políticas, participavam de grupos que defendiam variadas posturas. A entrevistadora problematiza este ponto ao afirmar que as mães também se constituíram sob heterogeneidades demonstrando que existem duas linhas de mães, além das “avós” que igualmente são mães.

Apesar de o método da entrevista ser um pouco distinto do qual trabalhamos, já que a entrevistadora por vezes interrompe a fala do entrevistado e tenta completar suas sentenças, as indagações e interrupções da entrevistadora vem no sentido de problematizar a fala de Palermo:

Y usted tenía contacto con otros padres que decidieron en algún momento reunirse o no era esa estructura?

“Ahí sí, se reunieron, algunos dicen en la película, uno de los padres, dice que sí, nos reunimos, nos reunimos, y empezamos a hablar de football, y se pasaron 1 hora hablando de football y dijeron, ven que no nos podemos reunir?”

[...]

Y por qué cree que fue así, digamos, que pasó eso, la dinámica entre los padres como que, lo del football.

“Y claro, porque los hombres empiezan a hablar de football, una cosa y la otra, y yo estuve en esa reunión, te digo la verdad, estuvieron Morresi y unos cuantos amigos, y decían claro, porque no todos los padres pensamos lo mismo, nos cuesta mucho, nosotros nos conocimos sabes cuándo? Cuando terminó la película nos reunió”.¹⁹⁴

[...]

Ahora quiero preguntar sobre, ahora pienso que hay más atención sobre los padres, probablemente porque hay un documental y todo, pero por qué piensa que hay más atención ahora que en el pasado?

“Más organización querés decir? Que estamos más organizados decís? Y, por la película.”

Ah sí?

“Por la película más o menos nos”

Los unió

“Qué es esto?

Qué me decías?”

Que los unió. Que entonces la película dice que los unió, les dio como...

“Sí, nos conocimos, pero nunca como para llegar a algo.”

No para tener una misma agenda política?

“No, en absoluto”

[...]

Pero porque me imagino que con las Madres, me interesa su análisis sobre esto, con las Madres también habría diferencias.

“Y hay”

Y las hay, por eso está... pero por qué cree que con los Padres es tan irreconciliable las diferencias que no se... me entiende la pregunta? Por qué con los Padres si hay tantas diferencias, por qué siente que con las Madres aunque a

¹⁹⁴ Entrevista a Bruno Palermo. HOWORTH, op.cit, p.82

pesar de tener diferentes posiciones políticas se pudieron como tener una causa común, organizar como 2 identidades y con los padres las diferencias como que fueron...

“Te digo, por principio lo que te dije al principio. Los hombres, la mayoría trabajábamos, hace muchos años de esto, ahora son todos jubilados, antes trabajábamos, entonces las que se hacían más bien cargo, de ir a un acto, de ir a un juez o de ir a ver a un cura, que esto los milicos lo hicieron una cosa muy planificada, bien hecha porque todos fuimos a ver a los curas, al famoso Monseñor Graselli lo fuimos a ver todos, que tenía una iglesia en Retiro, capilla no sé cuánto se llamaba, eso te lo habrán dicho los padres, va bien?”¹⁹⁵

Ao ser fortemente questionado sobre as dificuldades dos pais em lidar com as diferenças políticas, notamos que Palermo se expressa através da ideia de “atarefamento” desses pais. Aponta a ocupação profissional como um impedimento de participar ativamente da movimentação como as mães faziam. Acreditamos que essa formulação esteja diretamente associada à construção que o mesmo faz de suas atribuições paternas, assim sendo, a formulação de um grupo conseqüentemente recairia sobre as mães, e seu papel seria o de incentivar e apoiar.

Reapresentando a questão do trabalho, contudo, conferindo uma nova visão sobre a inexistência do grupo de pais, Weinstein afirma que suas esposas foram contrárias a formação de um grupo dos homens, com medo da repressão que eles poderiam sofrer:

“[...] no armamos una.... Cuando algunos insinuaron armar una asociación, las mismas madres plantearon que no fueran, las mismas mujeres de cada uno, sería, no las madres como asociación, las mismas madres que tenían que ya bastante riesgo se sentía con..., estoy hablando de '77, '78 no eran años fáciles, no hay que olvidarse que hasta el '80 hubo desapariciones, así que no era un tema...no les costaba nada agarrar esperarlo en la salida de ahí, agarrarlo, o identificarlo, son tres canas que vienen tres canas lo agarran, lo meten en un auto, la fuerza desatada no hay fuerza posible, salvo una fuerza mayor, cosa que nosotros no teníamos, entonces esa fue la razón por la cual no hubo una asociación “padres de la plaza”, pero estábamos en la plaza. Después estábamos en nuestras tareas, no hay que olvidarse que de golpe en una familia donde había tres hijos falta uno, la madre va a la plaza, a una reunión, los demás hijos están en el colegio, vuelven, tiene que haber una organización mínima, no sé, comprar, trabajar para comprar las cosas, sostener la infraestructura de la casa [...]”¹⁹⁶

Em contraponto, podemos perceber que alguns pais assumem uma postura distinta creditando a si mesmos o processo de “distanciamento”. Conforme afirma Oscar Hueravillo, os pais apoiavam as mães, participaram, mas acabaram se “auto excluindo”:

¹⁹⁵ Ibid, p.84-85

¹⁹⁶ WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

“[...] bueno... nosotros apoyándolas [a las madres] moralmente, materialmente y espiritualmente como quiera llámalo, eso... y por eso quedamos... quedamos ahí así... lo...no es que... se diría yo, un poco auto marginamos nosotros mismos eh... yo creo en ese sentido.”¹⁹⁷

Embora as opiniões sobre as dificuldades de conformação do grupo sejam variadas e representem distintas leituras, podemos perceber que a maioria destes pais também canalizou sua dor através da luta. Jaime Steimberg, ao ser questionado sobre a forma como conseguiu sobrelevar a angustia da perda, responde que assumindo a mesma luta do filho:

“Con la lucha... vuelvo a repetir lo mismo, no paramos ningún momento y siempre luchamos. Por lo que luchaba Luis es por lo que luchamos nosotros”¹⁹⁸.

Antes de dedicarem-se à luta dos filhos, iniciaram um processo contestatório por eles. Suas buscas foram tão imediatas quanto às das mães, sendo contemplado nas entrevistas o caráter “individual” delas, encabeçadas pelos casais. A desinformação praticada pelos agentes repressores, as incertezas e os medos difundidos faziam com que ao identificarem-se enquanto pais de desaparecidos começassem a se comunicar, ainda que de forma contida.

Também foi tema das falas as primeiras organizações, de modo “embrionário”, alguns abriam suas casas para encontros informais, outros passaram a encontrar-se em locais considerados seguros, como espaços cedidos por partidos políticos. Naquele momento, as agrupações não tinham estruturas jurídicas consolidadas que configurassem uma organização. Com o tempo, a reestruturação e ampliação desses encontros gerou a formação de muitos movimentos de luta pelos Direitos Humanos conhecidos e atuantes até o presente.

Seria a organização e criação de uma identidade específica para os pais fundamental no reconhecimento desses? De acordo com Pierre Nora, a memória tem a característica de unir um grupo, assim sendo, nos questionamos se esse grupo de homens já estaria constituído sob a identidade paterna sem reconhecer-se de tal forma? Nora expõe que:

¹⁹⁷ HUERAVILLO, Oscar. PADRES DE LA PLAZA: 10 recorridos posibles op.cit.

¹⁹⁸ STEIMBERG, Jaime. PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. Op.cit.

[...] a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.¹⁹⁹

Conforme analisamos, suas memórias “dialogam” ainda que, alguns deles tenham se conhecido somente no fim das filmagens do documentário. Podemos supor que tenham compartilhado simultaneamente muitas circunstâncias apresentadas ao fato comum de serem pais, o que faz com que entendamos ser razoável tratá-los como grupo.

Diante do exposto, será igualmente importante desenvolver uma análise a partir de sua condição masculina e paterna (em comparação às mães) para aprofundar o que as entrevistas apresentam.

¹⁹⁹ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP. Dezembro de 1983. p.7-28, p.9

CAPÍTULO 3. PATERNIDADE, MATERNIDADE E MEMÓRIA.

Com base no que se apresentou nos capítulos anteriores (especialmente o que foi constatado a partir das entrevistas apresentadas no segundo capítulo), entendemos que o diálogo desta pesquisa com a categoria “gênero”, seus papéis sociais e abordagens, faz-se necessário. A título de introdução, discorreremos sobre o conceito de gênero e como ele nos auxilia a pensar nosso objeto de estudo. Faremos algumas considerações acerca dos papéis assumidos por estes homens enquanto pais, bem como por estas mulheres e mães por meio da análise do arquétipo Mães e Pais da Plaza de Mayo. Percorrendo pela construção de uma identidade, explorada na difusão de suas memórias.

3.1. Paternidade e Maternidade

Após mencionar nossa compreensão do conceito de gênero constituído social e culturalmente, nos contrapomos à noção de determinação biológica que recai principalmente sobre a definição de homens e mulheres. Reafirmamos que os preceitos de ser um homem/ou uma mulher são mutáveis e também apostamos a que o mesmo vale para os papéis sociais de gênero, como no caso dos pais e mães. Dito isso, vamos problematizar os conceitos de paternidade e maternidade assim como também de masculinidade e feminilidade.

Dentre as muitas vertentes teóricas que buscam compreender o conceito de gênero, é preciso evidenciar algumas de suas principais vertentes. Para a autora Elisabeth Badinter, o pensamento ocidental se divide em duas grandes abordagens: a que privilegia o modelo da semelhança entre os gêneros masculino e feminino²⁰⁰ e o da oposição entre esses. O modelo unissex teria dominado o âmbito de discussão e de pesquisas no início do século XVIII, já o de oposição teria sido explorada nos séculos XIX e XX. De acordo com Badinter:

Como observa Thomas Lacqueur, o sexo ou o corpo, antes do Século das Luzes, eram vistos como epifenômenos, enquanto o gênero, que consideramos uma categoria cultural, era o dado primeiro e primordial. Ser homem ou mulher era antes de tudo uma hierarquia, um lugar na sociedade, um papel cultural, e não um ser biologicamente oposto a outro. [...] No final do século XVIII, pensadores com horizontes diferentes insistem na distinção biológica

²⁰⁰ Nos estudos de gênero também se pensa na existência de mais gêneros ademais dos frequentemente trabalhados masculino e feminino.

entre os sexos, que eles baseiam nas novas descobertas biológicas. [...] Não só os sexos são diferentes, como o são em cada aspecto do corpo e da alma. É o triunfo do dimorfismo radical. Ao contrário do modelo precedente, agora é o corpo que surge como real, e suas significações culturais são epifenômenos. A biologia torna-se o fundamento epistemológico dos preceitos sociais.²⁰¹

Essas duas correntes totalmente opostas e irreconciliáveis se traduzem pelos *diferencialistas* e os *construtivistas*. Os primeiros se baseiam no dualismo absoluto dos gêneros masculino e feminino, que seriam determinados em última instância pela biologia. Esta ideia teve seu ápice na década de 1970 sendo defendida tanto por sociobiólogos como por vertentes feministas (embora com notórias diferenças e finalidades). Os sociobiólogos ratificam que o sexo seria uma força antissocial e nossos comportamentos determinados pela herança genética e funcionamento neurônico, o que condena a ambos os sexos executar sempre um mesmo comportamento.

Do outro lado, os *construtivistas* rejeitam a ideia de modelos únicos para a masculinidade e feminilidade²⁰², contestando o papel da biologia. Esses estudos são revigorados pelas áreas de antropologia social e cultural, além da sociologia e história. Os construtivistas vêm principalmente das áreas das ciências humanas e de grupos feministas e acreditam na construção cultural e social do conceito. Defendem que o famoso enunciado de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, aplica-se igualmente aos homens: “não se nasce homem, torna-se”.

As questões relativas à identidade masculina ganham cada vez mais espaço e discussão, sobretudo, para aqueles que acreditam em masculinidades, no plural, principalmente por serem na tendência de uma mutação constante. Mas, o que significa ser um homem? Seguros de que não existe uma única resposta, ou sequer uma resposta correta para tal interrogação, problematizamos uma questão proposta por alguns pesquisadores da temática: a possível invisibilidade sobre o gênero masculino. Seria “mais comum, [...] ‘tratarmos os homens como se não tivessem gênero, como se sua experiência pessoal do gênero não tivesse importância’²⁰³, especialmente porque ela nasce da diferenciação com o feminino.

²⁰¹ BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução Maria Ignez Duque Estada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p.8-9.

²⁰² A antropóloga norte americana Margaret Mead teria sido uma das precursoras da ideia de multiplicidades de masculinidades e igualmente, de feminilidades. Seus estudos sobre homens e masculinidade de sete populações dos mares do Sul teriam sido lançados em 1948 através do livro, cuja tradução em francês, se chama: *L'un et l'autre sexe*. Cf. BADINTER, Ibid.p.28.

²⁰³ KIMMEL, Michael S.; MESSNER, Michael A. apud BADINTER, Ibid p.10.

Dialogamos com a ideia de que o “macho” aprende em primeiro lugar o que não pode ser. Por vezes, a masculinidade se limita ao “não ser feminino” e esta relação se constrói por meio de um processo psíquico, no qual para afirmar sua identidade masculina de gênero, o filho precisa diferenciar-se da mãe substituindo sua identificação primária. Todavia, mais do que não dar a devida importância à experiência de gênero masculino, ou ao processo de diferenciar-se do feminino, é preciso pensar em fatores sociais como a ausência do pai na criação do filho que o induz a uma identidade reforçada em termos negativos e contrários aos da mãe.

Então, não sendo a masculinidade uma essência, e sim, uma concepção mutável de acordo com uma série de fatores como a época, classe social e idade, constituem-se homens distintos:

Se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvida de que ela pode mudar. No século XVIII, um homem digno deste nome podia chorar em público e ter vertigens; no final do século XIX, não o pode mais, sob pena de comprometer sua dignidade masculina. O que se construiu pode, portanto, ser demolido para ser novamente construído.²⁰⁴

Tendo por base os preceitos da concepção construtivista, bem como uma posição teórica influenciada pela psicanálise (compreendendo que esta gera aportes que contribuem para a discussão), nos propomos a explorar as multiplicidades da masculinidade e da feminilidade; essencialmente, tratando dos papéis paterno e materno intimamente ligados a desigualdade de gênero e tão decisivos na formulação dessa pesquisa.

Inicialmente, destacamos certa dificuldade em encontrar bibliografia específica sobre paternidade, contrariando o que ocorre com seu oposto, a maternidade, cuja produção é mais comum e frequente. Identificamos que essa dificuldade também é expressada por autores que pesquisaram a temática, como Vera Regina Ramires, que aponta que ao investigar a paternidade em diferentes formas de família, notou que o foco se dava ao grupo social mais amplo ou familiar e não especificamente ao pai. Tal proposição gera curiosidade se pensarmos, como sugere Ramires, que os papéis de maternidade e paternidade são complementares. Para essa discussão, nos fundamentaremos no padrão da família nuclear burguesa enquanto modelo de análise considerando a conjectura de Reis, “a família nuclear burguesa é sinônimo de família

²⁰⁴ Ibid. p.29.

moderna, uma vez que este padrão familiar, originado na burguesia, expandiu-se e foi assumido pelas outras classes sociais, predominando”.²⁰⁵

A referência à modernidade do núcleo familiar burguês é explicada em parte pela semelhança com nossa configuração atual de família (mesmo que não seja uma realidade generalizante e imutável). Foi a partir da evolução do capitalismo e revolução industrial que tivemos uma nova noção de núcleo familiar. Esse é o período em que incide um fechamento da família em si mesma desenvolvendo o espaço privado enquanto um espaço pessoal e relacional, além de uma forte delimitação com relação ao espaço público. De acordo com Ramires, “a casa, o lar, deixa de ser vista como um local de trabalho (de produção como era antes) e essa nova organização da produção implicou um complexo de transformações profundas [...]”²⁰⁶.

O homem passa a sair de casa para trabalhar, assumindo um papel de provedor e reduzindo drasticamente seu contato e processo de identificação com os filhos. A mulher adota o espaço privado enquanto a ama da casa, acima de tudo, é nesta época que a família passa a se organizar em torno da criança, o que amplia as responsabilidades maternas sobre os filhos. Ademais da nutrição, somam-se a educação e instrução. Para Badinter, em seu estudo sobre a identidade masculina,

Essa nova organização do trabalho dá origem, *de facto*, a uma separação radical dos sexos e dos papéis. No século XVIII marido e mulher trabalhavam lado a lado na terra, no mercado ou no comércio, ajudados pelos filhos; cinquenta anos depois o mundo se divide em duas esferas heterogêneas que não se comunicam mais: a esfera privada do lar, regida pela mãe, e a esfera pública e profissional, reino exclusivo dos homens.²⁰⁷

Ao pensar nos espaços públicos e sua utilização pelos sexos, é interessante a noção dada pela historiadora francesa Michelle Perrot. Os homens e mulheres se situam em duas extremidades de valores, o homem público é honrado e de virtude, já “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada [...]”²⁰⁸. Para a autora, o público carrega dois sentidos: a *esfera pública* em oposição a esfera privada que “designa o conjunto jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública”²⁰⁹. Já o *espaço público* seria “amplamente

²⁰⁵ REIS, José Roberto apud RAMIRES, Vera Regina. O exercício da paternidade hoje. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p.19-20.

²⁰⁶ Ibid, p.43.

²⁰⁷ BADINTER, XY: *sobre a identidade masculina*, op.cit. p.88.

²⁰⁸ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998. p.7

²⁰⁹ Ibid, p.7-8.

equivalente à cidade, é um espaço sexuado em que os homens e as mulheres se encontram, se evitam ou se procuram”.²¹⁰

A vida pública, tanto a esfera quanto os espaços, foi protagonizada por homens valorizados dentro de uma hierarquia social relatada pela história. Para Dupuis²¹¹, essa vinculação do poder do homem sobre a mulher foi cunhada a partir do momento da descoberta do papel paterno na procriação e da consciência da paternidade. A substituição das sociedades matrilineares, pelas patrilineares não deram aos homens um maior senso de responsabilidade sobre os filhos, já que a função educativa era anterior à paternidade, mas, principiaram seu papel enquanto chefe de família. Segundo o autor:

A ignorância dos homens primitivos quanto a paternidade, substituída pela relação entre o ato sexual e a procriação, e, conseqüentemente pela consciência da paternidade, dá origem a uma revolução que subverte as estruturas da família, da vida sexual, das religiões e da mitologia. [...] Essas sociedades matrilineares foram sucedidas pelas sociedades patrilineares. Além do conhecimento da paternidade, essa transformação que se operou lentamente aconteceu principalmente devido ao desencadeamento das guerras, das conquistas, que conduziram também aos estados de patriarcalização.²¹²

Da mesma forma, o poder dos pais sobre os filhos (instituída na família burguesa) concretiza no espaço privado a relação de dominador e dominado, a qual será transferida e reproduzida para os outros papéis sociais fora deste âmbito, como os de professor-aluno e patrão-empregado.²¹³

Com a representatividade do patriarca associada à autoridade máxima, também se refletia o afastamento da criança, conseqüentemente sua relação de responsabilidade com o filho era bastante deturpada com relação à materna. A ideia de que o homem seria desprovido, sentimentalmente e na prática, de zelo com os filhos foi se reforçando à medida em que ele não socializava com os mesmos, apesar da ideia de *maternagem* prever um aprendizado mediante prática. A paternidade foi ganhando cada vez mais status de proteção devida e não determinada por um sentimento de reciprocidade que movesse tal cuidado, contrariamente à noção materna.

O conceito de paternidade não tem lugar na natureza. Mas no estado social que é o nosso, e talvez o único que jamais tenha existido, o homem atribuiu-

²¹⁰ Idem.

²¹¹ DUPUIS, Jacques Apud RAMIRES, op.cit

²¹² Ibid, p.26

²¹³ Ibid, p.23

se funções paternas: a autoridade que acompanha a proteção do filho. Rousseau circunscreve essa autoridade nos limites das necessidades da criança. Não sendo verdadeiramente natural, nem divino, seu poder não se estabelece [...] senão em favor daquele que é governado. Os direitos e os prazeres do governador não têm lugar aqui. É apenas o dever que determina sua ação.²¹⁴

Comumente vemos a maternagem associada à mãe, especialmente por sua relação de nutrição e sustento, condição de vida para a criança. Contudo, a ordem dos acontecimentos deve ser revista, a maternagem nasce exatamente deste contato “obrigatório” entre mãe e filho, que poderia existir da mesma forma com o pai, caso esse tivesse o mesmo contato frequente com a criança. Após o nascimento, tanto o pai quanto a mãe podem estabelecer uma relação simbiótica com a criança, estudos que analisam a relação pai/bebê nos seis primeiros meses de vida comprovam que os pais maternam tão bem quanto as mães.²¹⁵ Além disso, evidencia-se que:

[...] ao contrário do que reza a tradição cultural e linguística, a ‘maternagem’ não tem sexo. Para evitar as armadilhas da linguagem, os anglo-americanos preferem usar a palavra mais neutra *nurturing*, que significa ‘alimentar física e afetivamente’, ou *parenting* [...]’²¹⁶

Esse termo extingue a diferenciação sexual. Atestando que essa relação de cuidado e afetividade com a criança não é identificada a partir de uma predeterminação de algum dos sexos, e sim, ligada ao exercício da relação, apontamos práticas diferenciadas e interessantes da paternidade. Como a *couvade* ritual. A expressão é derivada do verbo francês *couver*, cujo significado é incubar, germinar e está relacionado a um conjunto de práticas simbólicas e representativas no qual os pais simulam etapas da maternidade (uma ou mais). Essas etapas variam o momento pré ou pós-natal conforme a cultura. Nos rituais mais comuns, no momento do nascimento dos filhos os pais retiram a criança da mãe e se deitam com o bebê durante longos dias, como se estivessem se recuperando do parto e suas dores. Recebem os cumprimentos dos vizinhos e da comunidade pelo nascimento, enquanto isso, as mulheres não recebem atenção sendo projetada nos pais a noção geradora. Existem alguns relatos de experiências na Índia, em que os homens se vestiam de mulher logo no começo das contrações da gravidez e acompanhavam suas mulheres pintando um sinal característico das grávidas em suas testas.

A *couvade* foi observada em lugares como a América do Sul, África, Índia, Mediterrâneo e Japão. Suas interpretações são diversas e as vezes contraditórias. Para J. Paige

²¹⁴ BADINTER, *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, op.cit. p.165-166.

²¹⁵ BADINTER, *XV: sobre a identidade masculina*, op.cit. p.179

²¹⁶ Ibid. p.178

e K. Paige, dois sociólogos americanos, os ritos couvade são “uma das estratégias para defender e provar os direitos paternos nas sociedades em que os direitos do pai não estão estabelecidos institucionalmente”.²¹⁷ Para alguns antropólogos, a importância desses rituais estaria ligada à crença da existência de laços entre pai e filho que seriam mais importantes do que os laços entre mãe e filho.²¹⁸ Do mesmo modo, Lévi-Strauss desacreditava que esta relação fosse referente ao pai assumindo o papel da mãe. Para ele, a ideia é a do homem recolocando-se no lugar de filho, “ponto de vista hoje partilhado por alguns psicanalistas, que veem nesses ritos uma maneira para o pai reviver seu próprio nascimento, de ‘ab-reagir’ emoções arcaicas”.²¹⁹

Alguns estudos²²⁰ também indicam que pais não envolvidos nos preparativos do parto apresentam sintomas somáticos como: insônias, perturbações digestivas, aumento notável de peso, perturbações de otorrinolaringologia, durante o período de gravidez de suas companheiras. Significativamente, uma das hipóteses discutidas é que “a estreita participação dos pais nas diferentes etapas da maternidade pudessem apaziguar angústias arcaicas[...]”²²¹.

Embora bastante complexos, compreendemos que os ritos couvade seriam uma maneira, ou a tentativa, de diminuir a distância entre maternidade e paternidade e fazer com que estes partilhem um “poder procriador”. Seja a partir da ideia de reaver uma relação, dita “mais essencial” entre pai/filho, ou com a noção de amenizar os traumas psíquicos dos homens, nos parece que a reivindicação por uma representação mais presente do pai na criação dos filhos é bastante simbólica e oportuna para reflexão.

A ideia de expor no texto o exemplo do ritual *couvade* vem no sentido de enaltecer a tão citada construção social dos papéis de gênero. Acreditamos que a reprodução social do gênero é diretamente relacionada a essa reprodução da maternagem, com a exclusão do homem. Certamente não temos domínio sobre a temática a ponto de explorá-la mais intensamente, ela torna-se aqui um recurso para a discussão. A tarefa de abordar a relação pai/mãe torna-se muito complicada quando se tem por base uma noção de maternidade natural e de paternidade “adquirida”. Com o intuito de romper esta hipótese, pretendemos igualmente debater acerca do papel materno.

²¹⁷ PAIGE, J; PAIGE, K. apud BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*: relações entre homens e mulheres. Tradução Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.114.

²¹⁸Esta explicação tem base em teorias antropológicas da década de 1960, que centralizavam o aprendizado social da criança vinculado ao pai, o homem caçador, explorador e socializado que teve que desenvolver vínculos, cooperação e solidariedade com outros homens para conseguir caçar, por exemplo (em sociedades primitivas).

²¹⁹ BADINTER, *Um é o outro...* op.cit. p.114.

²²⁰ CF. BADINTER, *Ibid.* p.115.

²²¹ *Loc.cit.*

Embora a função de maternar, conforme discutimos antes, não tenha sexo, aparentemente a mãe enquanto geradora da vida, receptora do bebê, além de ser munida de sua nutrição através do leite materno, tem uma maior responsabilidade nessa tarefa. Essa afirmação representa uma noção contemporânea sobre maternidade munida de valores igualmente “atuais” e construídos sobretudo, a partir do século XIX. A sugestão de que por meio de sua capacidade biológica de gerar vida (apesar de não fazer isto sozinha), a mulher desenvolva um sentimento de amor nato pela criança e assuma seus cuidados por sentir-se preparada para tal função, é discutível.

Tanto a figura da mulher quanto a da mãe aparecem associadas ao que há de mais primitivo na vida emocional. Porém, como em qualquer outra relação humana, o amor e afeto devem ser construídos gradualmente. O amor materno não é dado e sim conquistado²²², essa relação precisa de continuidade e reciprocidade como qualquer outra, se trata de um aprendizado.

Os arquétipos de maternidade são concebidos por associações religiosas, morais e culturais que reforçam valores construídos historicamente. Porém, além dos valores comuns às nossas sociedades ocidentais, podemos falar sobre as diferenças entre mulheres e o que constitui suas feminilidades. Como os diversos modelos de famílias e suas reações frente ao processo de maternidade. Existem vários comportamentos maternos baseados nas histórias pessoais destas mães e do núcleo familiar ao qual pertencem, ou até mesmo, ao qual serão trazidos estes filhos. Isso possibilita diferentes padrões para este desempenho materno que não estão corretos ou errados, e sim que partem de uma fusão do contexto histórico, social e econômico e do desenvolvimento de um modelo de maternidade baseado em sua experiência pessoal.

Para Elisabeth Badinter, o mito do “amor materno” é alienante e culpabilizante para as mulheres que devem exercê-lo perfeitamente e, simultaneamente, é excludente para os pais, já que se baseia numa relação ideal e consolidada. É determinado aos homens e, sobretudo, aos pais, a incapacidade de ter um sentimento materno primário:

A teoria do instinto materno postula que a mãe é a única capaz de cuidar do recém-nascido e da criança porque foi determinada biologicamente para isso. O par mãe/criança formaria uma unidade ideal que ninguém pode nem deve perturbar. Ao sustentar a ideia de uma ligação exclusiva da criança com

²²² Proposição discutida por Elisabeth Badinter e que inclusive nomeia seu livro sobre o mito do amor materno. Op.cit.

a mãe, e de uma predisposição natural desta a ocupar-se com aquela, legitima-se a exclusão do pai e com isto reforça-se a simbiose mãe/filho.²²³

Ao referir-nos à relação de amor entre uma mãe e um filho não estamos falando de algo criado ou fantasioso. O sentimento de amor existirá de forma mais ou menos intensa, apenas ponderamos um sentimento que vai além do discurso sobre uma determinação biológica que deve ser assumida pelas mães.

No fim do século XVIII se opera uma mudança drástica no papel da mãe e sua importância dentro da esfera privada. Com base no que expusemos antes, esse período histórico redefine os papéis e atividades de homens e mulheres. Todavia, não apenas esse fato marca tal transformação. Nesta época é que se multiplicam as publicações que recomendam às mães cuidado pessoal com os filhos e preceituam a amamentação pelas mesmas e não mais pelas amas. Igualmente se difunde que a mulher deveria tornar-se antes de tudo uma mãe (dentro seus papéis sociais).

O reinado da “boa mãe” se iniciava com a era das provas de amor e os sacrifícios, relegando às crianças o centro de atenção, essas tornaram-se os objetos de privilégio que viviam junto daquela. Mas Badinter também atenta que foi o interesse da mulher que ditou o comportamento da mãe:

Mesmo que este tenha sido realmente influenciado pelo discurso que celebrava o reinado da "boa mãe", dois fatores influíram igualmente na opção das mulheres. Em primeiro lugar, suas possibilidades econômicas, mas também, variando segundo sua posição social, a esperança ou não de desempenhar um papel mais gratificante no seio do universo familiar, ou da sociedade. Segundo fosse rica, abastada ou pobre, a mulher do final do século XVIII e sobretudo a do século XIX aceitou, com maior ou menor rapidez, o papel da boa mãe.²²⁴

Alguns discursos vindos de diferentes meios e tendo impactos distintos passaram a circular, induzindo as mulheres a conhecerem e assumirem o amor materno.²²⁵ A filosofia das Luzes disseminou duas grandes ideias complementares, que beneficiaram a expansão da noção de amor e de sua declaração: as ideias de igualdade e de felicidade individual. Em busca da

²²³ BADINTER, *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*, op.cit, p.65

²²⁴ BADINTER, *ibid.* p.200

²²⁵ Elisabeth Badinter constrói sua tese a partir da realidade europeia, principalmente francesa, embora compreendamos que o reflexo deste modelo para nossas sociedades seja uma constatação, dado o eurocentrismo difundido em nossa cultura.

obtenção de uma dignidade cidadã (que as aproximaria dos homens), lhes foi legada a formação moral das crianças. A criação e desenvolvimento dos futuros cidadãos era dada por meio de sua educação repleta de amor e que seria posteriormente reproduzida. Ademais, a maior realização de uma mulher, se daria por meio da maternidade e esse talvez fosse o maior triunfo em busca da felicidade individual. Como incentivo na busca pela felicidade plena e o respeito perante a sociedade, exercendo seu papel de “boa mãe”, era solicitado às mulheres que retomassem o processo de aleitamento. A amamentação seria uma das formas de construir um estado de espírito pleno.

Moralistas, administradores, médicos puseram-se em campo e expuseram seus argumentos mais sutis para persuadi-las a retornar a melhores sentimentos e a "dar novamente o seio". Parte das mulheres foi sensível a essa nova exigência. Não porque obedecessem às motivações econômicas e sociais dos homens, mas porque um outro discurso, mais sedutor aos seus ouvidos, esboçava-se atrás desse primeiro. Era o discurso da felicidade e da igualdade que as atingia acima de tudo. Durante quase dois séculos, todos os ideólogos lhes prometeram mundos e fundos se assumissem suas tarefas maternas: "Sede boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania." Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e "nobre", que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana.

²²⁶

Conforme imprimida e desenvolvida no século XIX, a visão sobre a maternidade, todavia, mantém-se enquanto um tema de difícil discussão, ainda que tenhamos avançado bastante. O assunto não é facilmente desconstruído em função de uma espécie de categoria social criada em torno deste papel. Nossa sociedade desenvolveu um *status* em torno do papel materno por meio da figura pública da mãe, a qual perpassa o espaço privado. Trataremos a partir deste “exercício duplo” da maternidade, a visibilidade materna perante a sociedade, legitimada pelo processo, já discutido neste texto, da influência da reprodução social do gênero a partir da maternagem, quase que exclusivamente feminina.

Trabalharemos tendo por base o grupo apresentado como um dos principais representantes dos familiares de desaparecidos por razões políticas, as Mães de Plaza de Mayo, em oposição a uma hipótese de imperceptibilidade dos Pais da Plaza de Mayo. Constatamos

²²⁶ BADINTER, *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*, op.cit. p.145-146.

que a imagem do pai com relação à da “boa mãe” foi, cada vez mais, legada ao esquecimento e a invisibilidade a partir de uma relação simbiótica perfeita e natural da mãe com o filho. Além disso, a falta de comprometimento e envolvimento destes pais na criação das crianças é igualmente baseada em suas concepções acerca do papel paterno historicamente construído o qual influencia muitos pais ao distanciamento causado pelo trabalho fora de casa, e igualmente pela crença de incapacidade de maternar. Fruto de uma sociedade machista e patriarcal, que legou às mães uma tarefa difícil e além disso, as tornou mais “produtivas” à sociedade sem deixar de habitar o meio doméstico e privado.

Não pretendemos com esta reflexão conceder um atestado de vitimização aos homens, pelo contrário, nossa proposição é a de discutir as transformações do papel paterno. Sabemos que, embora não tenhamos um cenário completo, com paternidades plenas e presentes, muitos homens têm repensado sua função enquanto pais. As próprias couvades, são interpretadas como estratégias de uma reformulação do papel paterno e uma nova postura com relação ao exercício de nutrir afetivamente uma criança. O que mais nos chama a atenção neste processo, de discussão sobre o papel paterno, é o de desejo de maior participação, o qual retomaremos adiante.

Enfim, iremos debater essa hipótese de uma invisibilidade paterna e da contemplação à atividade materna, por meio do objeto principal de análise deste trabalho os pais e mães de desaparecidos políticos na Argentina.

3.2. Socializar a maternidade, dessocializar a paternidade?

Posto a discussão realizada no primeiro ponto deste capítulo, acerca da construção social dos gêneros masculino e feminino, e também de seus respectivos papéis, vamos discorrer sobre paternidade e maternidade a partir da análise de um arquétipo. Por meio da ação organizada de pais e mães de desaparecidos por razões políticas, traremos uma questão chave na idealização desta pesquisa: a construção histórica acerca da imagem materna teria legitimado o trabalho executado pelas mães (Mães da Plaza de Mayo) afastando os pais (Pais da Plaza de Mayo) desta tarefa e militância?

Partimos de um ponto que nos parece essencial e que já foi mencionado no item anterior. O ato de maternar deveria ser compartilhado. As funções materna e paterna são compreendidas como complementares e não excludentes, embora, nossa formação social tenda a promover exatamente o distanciamento entre as partes. Tal ato se dá, por exemplo, por meio da divisão e organização social e do trabalho que não convergem ao interesse da participação conjunta, legando na maioria das vezes à uma das partes uma menor cooperação no processo de formação dos filhos.

O contexto histórico ao qual vamos nos debruçar, referente à década de 1970, integra um período repleto de inovações consideradas verdadeiras revoluções para as mulheres. Porém, espelha uma realidade não tão progressista assim, principalmente porque a sociedade não vivencia essa transformação por igual. Embora a entrada da mulher no mercado de trabalho se intensifique no final do século XX, podemos perceber, ao retomarmos algumas informações trazidas ao longo do trabalho, que as Mães da Plaza de Mayo se identificam enquanto “donas de casa”, mulheres do lar. Também, que os pais alegavam trabalhar fora e, em decorrência disso, não ter a mesma disponibilidade de tempo para se envolver de forma tão intensa na movimentação realizada. Portanto, executavam o papel paterno da forma correspondente em tal contexto, representando, acima de tudo, o provimento material da família e a alusão ao êxito na vida social.

A breve discussão realizada no segundo capítulo, acerca da militância destes pais e mães previamente ao desaparecimento dos filhos, novamente nos sugere (ainda que com lacunas e dificuldades) que comparativamente temos mais casos de envolvimento no campo político, e, conseqüentemente público pelos homens. Outro ponto que atentamos é sobre a figura de Azucena Villaflor enquanto um modelo para as demais mães. Ela é “descrita” pelas mesmas

como uma mulher de atitude, com alguma experiência militante e política, que trabalhou fora de casa, sobressaindo-se frente à maioria e alastrando um referencial de admiração que nos sugere que suas atribuições não eram uma realidade comum ao grupo.

Todas proposições supracitadas apenas reforçam a ideia de que a caracterização destes atores era um reflexo da sociedade argentina da década de 1970. Com tais afirmações, reforçadas pelo conteúdo das entrevistas e bibliografia, buscamos notabilizar que o período e o grupo ao qual nos dedicamos era marcado pela delimitação dos espaços do homem na esfera pública e da mulher na privada. Quando a separação entre os espaços não era tão clara, notam-se algumas estratégias como o emprego do papel materno em meio ao espaço público, gerando uma situação interessante para análise.

A questão central se baseia em como passamos desta realidade descrita, para uma em que estas mulheres e mães ressignificaram sua condição materna desbravando um cenário inabitado por mulheres?

As Mães da Plaza de Mayo não foram um grupo (ou exemplo) isolado de mulheres que se tornaram um movimento social legitimado pelo exercício da maternidade convertido em ação política. Na América Latina, durante as décadas de 1970 e 1980 vários grupos de mulheres emergiram frente aos emblemáticos acontecimentos (como as ditaduras civis militares no Cone Sul, as consequências do neoliberalismo como as privatizações dos serviços básicos e crises econômicas advindas da dívida externa) em busca do provimento de necessidades básicas e pela defesa dos direitos humanos.²²⁷ Estes seriam dois fatores fundamentais (e complementares) para a entrada das mulheres nos movimentos sociais, a luta pelos direitos humanos e a extrema pobreza.

Não podemos argumentar que todas mulheres organizadas de tal forma eram conscientemente “feministas sociais” e que cultivavam a noção de identidade feminina intimamente associada à questão materna. Embora, esta corrente do feminismo nos ajude a pensar e discutir esta realidade e, mais do que isso, notar a influência do pensamento materno e seus valores na mobilização social das mulheres.

De acordo com Abril Zarco, uma autora destacada desta vertente feminista é Jean Bethke Elshtain “quien, exaltando las implicaciones políticas del pensamiento maternal, busca la

²²⁷ Os movimentos de mulheres e mães se popularizaram em setores campestres, católicos, sindicais, urbanos e de comunidades.

reestructuración de la conciencia política en base a lo que llama el ‘feminismo social’²²⁸. Ou seja, aliar a consciência política destas mulheres às demandas de sua condição feminina e materna politizando a maternidade. Segundo essa perspectiva, o pensamento maternal transformaria diversos níveis da vida social e política, culminando na construção de uma cidadania feminina, o que conseqüentemente valoriza o papel feminino em meio à sociedade. Conforme Zarco:

Las mujeres resignificaron su maternidad y, a partir de ello, emprendieron sus luchas: ya no era suficiente quedarse en casa y atender a la familia, era necesario salir a la calle e interactuar con el Estado. Cambiaron, así, su estatus “natural” de mujeres-madres por un estatus político. La maternidad se re-conceptualizó como forma de participación social, lo que la hizo política. En otras palabras, estas mujeres politizaron la maternidad.²²⁹

No caso específico das mães de desaparecidos políticos em meio a ditadura, destacamos o contexto no qual o Estado tinha um papel hierárquico e masculinizado, opressor e simbolicamente pautado por atribuições do homem, como força e virilidade. Ao desafiar essa lógica, expondo-se enquanto mulheres, e acima de tudo, mães, elas dificultaram o acionar repressivo estatal, levando-os a uma grande contradição. O elemento materno reforçou considerável liberdade de expressão pois nem as forças repressivas sabiam como lidar com tal formação permitindo sua presença e “manifestação” nos espaços públicos. A incoerência do estado militar se dava no discurso em defesa da família e seus valores, que era aliado ao seu extermínio encoberto por meio da destruição de tantas famílias através de sequestro e desaparecimento de pais e mães, filhos e filhas, maridos e esposas, netos e netas. A denúncia e exposição deste rompimento dos laços familiares, bem como da dor privada, em âmbito público é que deu visibilidade ao tema. Conflitando uma angústia pessoal com questões sociais, de cidadania e políticas.

A resignificação do papel destas mães, ora privado, ora público, foi extremamente importante para uma nova percepção acerca de seu gênero e de uma renovação das atribuições maternas. Migrar para a esfera pública rompeu com noções como as de subordinação e passividade, também significou tornar as funções dessa maternidade coletivas e, por

²²⁸ ZARCO, Abril. *Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de Plaza de Mayo*. *Revista Punto Género*, [S.l.], n. 1, oct. 2011. ISSN 0719-0417. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/16883/17586>>doi:10.5354/0719-0417.2011.16883. pp.229-247. p.232. Acesso em: 15/01/15.

²²⁹ *Ibid.* p.234.

consequente, uma importante forma de resistência que desafiava a lógica individualista que a ditadura tentava impor. Fortificaram sua resistência a partir da identificação do fator comum ao grupo: ser mulher e mãe. Zarco atenta que, durante este processo, individualmente configurava-se um novo sujeito político feminino, com uma maior consciência de gênero e, tendendo à construção coletiva. Desencadearam um movimento social de mães colocando-se como mentoras da sociedade.

A pesquisadora da temática de gênero e ditadura, Cristina Wolff, ao analisar materiais de organizações de Direitos Humanos dedica-se a observar a resistência de mães e os usos dos sentimentos associados à maternidade para sensibilizar a opinião pública. Segundo Wolff:

Parecia diferente dizer que um militante ou um guerrilheiro tinha sido torturado e estava desaparecido, do que uma mãe dizer: procuro meu filho. As Madres de la Plaza de Mayo foram a organização que mais mobilizou esse discurso. [...] o símbolo máximo dessa organização segue sendo a fralda branca na cabeça dessas senhoras que pedem o aparecimento de seus filhos com vida ou a punição dos responsáveis pelo seu assassinato. A fralda remete ao cuidado das mães com seus filhos. Elas usam estrategicamente seu papel de mães, mães como aquelas que cuidam dos filhos, ligadas por um laço emocional muito forte a eles, para humanizar os guerrilheiros e militantes de esquerda. Acima de tudo, antes de serem guerrilheiros, ou terroristas como os governos militares os chamavam, esses jovens eram filhos e filhas, bebês que usaram fraldas, que receberam cuidados de suas mães, pessoas, humanos.²³⁰

O questionamento da representação e prática materna foi fundamental para o surgimento, e sobretudo, pela manutenção do grupo Mães da Plaza de Mayo. Ocorreu um processo de construção do ideal de maternidade coletiva que foi difundido sob o termo “socialização da maternidade” e atingiu a opinião pública com força total. A socialização é identificada como o compartilhamento dos cuidados maternos além das fronteiras do espaço privado e da família, transportado à toda sociedade. Este exercício é notório nas atividades desenvolvidas por essas mães em seu processo de constituição enquanto um agente político.

Da mesma forma, após sua consolidação no cenário político suas demandas foram adaptadas à realidade atual. Ademais da busca por seus filhos, algumas mães passaram a contemplar em suas bandeiras todos os desaparecidos, as famílias destes, a sociedade (direta ou indiretamente vitimada) e, principalmente, almejavam uma nova luta em que o foco fosse

²³⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Aedós**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 5, p. 117-131, 2013. p.123-126.

convertido aos problemas sociais atuais. Logo, assumiram a bandeira de oposição ao sistema capitalista, posicionando-se publicamente de forma bastante crítica em situações opressoras e de omissão dos Direitos Humanos. A presidente do grupo Madres de Plaza de Mayo, Hebe De Bonafini, em entrevista ao Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, demonstra o quanto socializar a maternidade é importante para o grupo, conforme abrange o ideal de suas lutas e bandeiras, e ao mesmo tempo, mantém essas mulheres ativas em “outros tempos”;

À medida que socializamos a maternidade também ampliamos nossa luta. Não ficamos apenas tentando saber quem são os assassinos de nossos filhos. Também acreditamos que os direitos humanos são violados quando uma pessoa não consegue trabalho ou quando uma criança morre de fome.²³¹

Excluir o fator materno dessa jornada seria indiscutivelmente falho. Retirar o simbolismo e o peso da maternidade, neste caso, é como arrancar a principal marca, meio de luta e resistência desse movimento. Acreditamos que a ênfase ao caráter materno, tanto quanto ao feminino, foi a “brecha” estratégica dentro do sistema autoritário e repressor. Mesmo que essas mulheres provavelmente não compactuassem com a ideia de fragilidade, alienação à política e passividade, vinculados à figura feminina, utilizaram-se destas concepções. Talvez não inteiramente conscientes, porém, reproduziram estas representações e símbolos em seu benefício.

Também, a questão repressiva deu-se de forma distinta entre os sexos. Em números gerais apontados pela CONADEP temos uma maior porcentagem de vítimas homens (70%) do que mulheres (30%), situação exposta também pelos pais em seus depoimentos.²³² De acordo com o que discutimos antes, as contradições do regime dificultavam uma ação articulada para a contenção destas mães que tinham o aval da opinião pública. Essas encontravam-se numa posição de mediadoras e, naquele momento, assumiram um papel de “interlocutores privilegiados”²³³ dado o contexto autoritário, pela aceitação de suas manifestações sob papéis tradicionais, enquanto filhas, esposas e nesta situação, acima de tudo, através do papel materno.

E onde se situava a paternidade? Em meio ao que se vivia e frente a difusão e reinvenção da maternagem das mães, onde estavam os pais? Inicialmente, é preciso afirmar que pensamos ser superficial a análise que centra o distanciamento dos pais associado ao perigo da repressão.

²³¹ AO VISITAR o Rio de Janeiro, a presidente das Madres de Plaza de Mayo concedeu entrevista. Op.cit. p.10.

²³² CONADEP, op.cit, p.298

²³³ MACHADO, op.cit.

Estamos tratando de um período em que “viver era perigoso”. Sabemos que pessoas sem quaisquer associações às pautas da esquerda ou vínculo partidário também foram vitimadas pela ação repressiva estatal, o que não os isentava dos riscos, mesmo que evitassem ficar “em evidência”. Não compactuamos com a ideia de que em decorrência da possibilidade de “cair nas mãos da ditadura” estes pais não teriam se exposto. Da mesma forma, apontamos que sua suposta menor visibilidade em relação as mulheres não os protegeria, conforme os casos de alguns maridos sequestrados nos revelam.²³⁴

Dito isso, ainda que principiemos da suposição de que as mulheres se utilizaram de estratégias para burlar a repressão, e com isso ganharam maior notoriedade do que os pais, entendemos que durante estas quase quatro décadas passadas, suas militâncias poderiam ter sido mais exploradas. Já é tempo de saber onde estiveram e porque, mesmo após tantos anos, pouco se sabe sobre sua atuação. A partir destes questionamentos, discutimos algumas hipóteses.

Após leituras sobre a paternidade, encontramos um ponto de convergência dos estudos que abordam pais que exercem tal função na atualidade e, igualmente, dos pais cujos depoimentos trabalhamos e que falam a partir do presente²³⁵. A autora Vera Regina Ramires, por meio de sua pesquisa, nos demonstra a partir de 565 unidades de registro de suas entrevistas com pais, que uma das principais categorias a qual sintetiza a experiência atual de paternidade é o desejo de uma maior participação.²³⁶ Coincidentemente (ou não) na análise de nossas entrevistas com os Pais da Plaza de Mayo, uma referência frequente é a da reivindicação de que esses estiveram presentes durante as manifestações dos grupos de familiares e, especificamente, de mães de desaparecidos por razões políticas. Dessa forma, refletimos se esta última não é igualmente uma reclamação por espaço, notoriedade e participação, contudo na representação da paternidade além da vida privada.

Complementarmente a este processo de busca por notoriedade nas mais variadas atividades familiares, evidencia-se a dificuldade e desconforto desses homens em mudar suas concepções

²³⁴ Guido Carlotto que foi marido da atual presidente do grupo Abuelas de Plaza de Mayo, Estela de Carlotto foi sequestrado em 1977 quando sua filha Laura (que viria a desaparecer no mesmo ano alguns meses depois) vivia na clandestinidade. Foi liberado após o pagamento de resgate. Também apresentamos a história de um de nossos entrevistados, Remy Vesentini, o qual nos relatou que foi sequestrado com sua esposa no ano de 1975 quando seu filho Marcelo já era um preso político.

²³⁵ Fazemos tal referência compreendendo que é possível que haja uma interferência do tempo presente e suas novas concepções e representações sobre paternidade nos depoimentos destes pais. Também, acrescentamos que muitos destes pais que perderam os filhos revivem o exercício de suas paternidades por meio da figura de netos, e até mesmo de novos filhos.

²³⁶ Cf. RAMIRES, op.cit, p.86-87.

sobre as representações maternas e sua suposta “maior importância” com relação aos filhos. Ramires tira algumas conclusões sobre esta insegurança paterna, as quais nos incentivam a aplicar tais argumentos ao nosso objeto:

Penso que essas vivências demonstram a persistência ainda do monopólio das mulheres com relação ao que diz respeito aos filhos e às filhas. Monopólio esse que não foi uma escolha delas, mas que se construiu ao longo de uma história que assim estruturou a vida, a divisão de tarefas e as relações entre homens e mulheres. Isso parece determinar o sentimento dos homens de que, por mais forte que seja o vínculo que os ligam a seus filhos/filhas, devem respeitar e contribuir para manter a primazia do poder materno sobre esses filhos/filhas. A eles cabe se conformarem com o papel secundário que lhes é atribuído junto às crianças.²³⁷

Precisa-se discutir que os pais de nossa pesquisa pertencem a uma geração, na qual a participação paterna na criação dos filhos era menos frequente. Legado que os mesmos trazem consigo em sua formação e na reprodução da mesma através de seu papel paterno. Da mesma forma, as mulheres internalizaram o oposto, construindo sua legitimação à exclusividade na maternagem, o que transformou o espaço doméstico em esfera de poder. Tanto Badinter como Ramires, alertam as mulheres à repetição desta atitude centralizadora dos cuidados com os filhos, a qual a última denominou de “monopólio materno”. A promoção de um pensamento maternal foi utilizada por muitas feministas diferencialistas como um antídoto à cultura patriarcal. Sua resistência nesse sentido, pode ser entendida por afetar sua identidade e relevância social.

Sem responsabilizar as mães, questionamos se o fato dos homens não constituírem um grupo de pais de desaparecidos não teria sido um reflexo desta visão paterna suplementar. Uma reprodução da realidade que vivenciavam dentro de seus lares. O depoimento de Oscar Hueravillo, trazido no segundo capítulo, ensaia uma posição reflexiva sobre um distanciamento, uma exclusão que partiu dos mesmos contentando-se com a função de acompanhante e apoiador.

Já Marcos Weinstein enfaticamente aponta que foram as mães que não permitiram a criação do grupo, com medo da repressão que esses sofreriam. Levando o centro da questão a outro âmbito, seria este argumento um consenso de ambas partes? Estaria posta uma “zona de conforto”, sendo reproduzidas suas tarefas privadas ao âmbito público? As mães fazendo uso de seu papel privilegiado como interlocutoras menos propensas a violência direta, e os homens

²³⁷ Ibid, p.95-96.

provedores mantendo suas casas com o trabalho, apoiando as decisões maternas supostamente mais sensatas?

Foi citado, também, o tema da tentativa de reunião dos homens que acabou se convertendo em um fracasso, com justificativas de que os mesmos não conseguiam centrar-se no tema principal, trazendo outros assuntos não tão relevantes para a discussão. Embora não seja muito aprofundada, a conclusão deste episódio é marcada pela ênfase à capacidade das mulheres se reunirem mesmo sob diferenças e divergências de opinião, das quais os homens não tiveram capacidade de se desvencilharem. Simultaneamente, demonstram mais uma vez como o tema é cercado de subjetividades relacionadas às diferenças dos sexos e a crença na potencialidade da maternidade.

Dada a constatação de que os homens estiveram presentes e militaram de forma diferenciada a das mulheres expondo motivos variados, impulsionados tanto por razões próprias como de suas companheiras, não podemos considerar de forma pueril que tais provocações apresentadas ao longo do texto se apliquem à totalidade de pais e mães, maridos e esposas. Repetimos, são provocações suscitadas em meio a tão interessante panorama, e, também, condição de existência desta pesquisa.

Concluindo este ponto, indagamos: se “identidade” tem a ver com o que nos tornamos, e no caso das mães, sua transformação foi essencial para as conquistas dos grupos de familiares, houve a construção de uma memória majoritariamente materna perante a perda dos filhos? Podemos falar de uma “história contada” a partir dessa visão para manter a coesão do grupo? E por fim, como foi difundida a memória paterna?

3.2.1 Construindo uma ou a memória?

Faremos, nesse tópico, algumas breves considerações sobre parte da construção da memória das Mães da Plaza de Mayo, por meio de sua produção impressa conhecida como periódico “Madres de Plaza de Mayo”. Tendo por base que através desta publicação se revelam muito de seus interesses e também da constituição da imagem a qual querem passar, acreditamos que o jornal pode ser compreendido como um instrumento para o fundamento e divulgação de uma memória materna a qual dissertamos previamente. De acordo com Tania Regina de Luca, mídias impressas são projetos coletivos, “por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”.²³⁸ Desta forma, torna-se válido explorar o teor de suas páginas a fim de debater a proposição do reforço à invisibilidade dos pais.

O periódico “Madres de Plaza de Mayo” foi um jornal mensal que começou a circular em dezembro de 1984 – após Raul Alfonsín assumir a presidência, período de “redemocratização” – sendo vendido a “valores simbólicos” até o ano de 2004 (interrompido nos anos 2000 e 2001). Substituiu os até então produzidos clandestinamente Boletines de Las Madres (1980-1984), uma espécie de informativo que anunciava as atividades do grupo, trazia poesias e informações relevantes aos familiares e à sociedade que acompanhava o processo de abertura democrática. Infelizmente nem todas as edições, tanto dos boletins, como do jornal, estão arquivadas, logo nem todos exemplares estão à disposição dos pesquisadores.

Para a presente pesquisa, foram fotografadas as edições disponíveis de 1984 até o ano 2000 totalizando dezesseis anos de jornal. Parece-nos igualmente relevante destacar que a publicação iniciou em um período no qual as Mães da Plaza de Mayo constituíam um único grupo, sem a divisão entre Línea Fundadora e Asociación Civil. Após a separação do grupo em 1986, o jornal permaneceu vinculado ao grupo da associação, representando, portanto, as demandas deste conjunto.

O amparo da feminidade e maternidade foi ferramenta fundamental para as mães atingirem a opinião pública e legitimarem a busca por seus filhos. Gostaríamos de expor alguns dos exemplos deste reforço, os quais percebemos ao longo de suas publicações. Chamadas

²³⁸ LUCA, op.cit, p.140

como: “Todos serán nuestros hijos”²³⁹, “Estamos gestando nuevos hijos”²⁴⁰, “Las madres queremos encender los corazones”²⁴¹, “La revolución de los pañuelos”²⁴², vêm ao encontro a essa interpretação. Uma reportagem em especial nos chama muito a atenção e itera a ideia de um espaço onde se difunde a construção de uma memória feminina e materna. A matéria intitulada “¿Porqué a las mujeres les duele más?”²⁴³ retrata alguns pontos essenciais que destacamos no item anterior desse capítulo, como a abrangência de sua luta e a formação de uma cidadania feminina. A visita de uma comitiva das Mães da Plaza de Mayo em uma região pobre e marginalizada, na qual os moradores são catadores de lixo, vira uma reflexão sobre a importância do papel das mulheres em situações opressoras:

Y... son siempre las mujeres las que gritan y descargan así todo el peso que llevan sobre sus espaldas como madres, como abuelas y como mártires de una sociedad separada en capas, ¿qué les importa de la miseria de los demás a quienes disfrutan de bienestar, viajes y demás elementos que les brinda este sistema ingrato y perverso, además de corrupto por acomodados y coimas, donde cada vez el pobre es más pobre y el rico más rico, acrecentando su bienestar mal o bien habido? Por eso, estas mujeres, sólo ellas, se han acercado a nosotras, también, como mujeres, hemos enfrentado a los milicos en la época de la represión y sabemos qué es sobrellevar el dolor por algo que nos cambió la vida y nos hizo tomar el compromiso de luchar, como nuestros seres queridos desaparecidos, para que no exista jamás gente que viva en estas condiciones infrahumanas como les pasa a los del Albergue Warnes. También por todos ellos luchamos para que cambien sus vidas.²⁴⁴

A abordagem dada pelo jornal identifica-se à discussão sobre a imperceptibilidade do gênero masculino (bastante própria a partir da construção de nossa hipótese), bem como com algumas questões levantadas por Elisabeth Badinter. Para a autora, os privilégios que as pessoas têm são frequentemente invisíveis para as mesmas. Acreditando que em nosso modelo de sociedade os homens seriam privilegiados em todos âmbitos sociais, ela refere-se que “a história das sociedades patriarcais prova que são sempre as mulheres e não os homens, que suscitam os grandes questionamentos. Isso se explica facilmente pelo status privilegiado que tem os homens

²³⁹ SORIANO, Osvaldo: TODOS SERÁN NUESTROS HIJOS. Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, fevereiro de 1986, Ano II, nº 15, p.17

²⁴⁰ MADRES DE PLAZA DE MAYO: ESTAMOS GESTANDO NUEVOS HIJOS. Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, julho de 1987, Ano III, nº 32, p.3

²⁴¹ BONAFINI, Hebe de: LAS MADRES QUEREMOS ENCENDER LOS CORAZONES. Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, janeiro/fevereiro de 1997, Ano XIII, nº 138, p.12

²⁴² DUMOND, Andrea Benites: LA REVOLUCIÓN DE LOS PAÑUELOS. Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, novembro de 1998, Ano XIV, nº 158, p.22

²⁴³ PARGAMENT, Juana: ¿PORQUÉ A LAS MUJERES LES DUELE MÁS? Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, setembro de 1990, Ano VI, nº 68, p.7

²⁴⁴ Idem.

neste tipo de sociedade”.²⁴⁵ A ideia é interessante para o questionamento de nossa fonte e a suposição de que este material viria a contribuir para a transmissão de uma memória na qual a alusão à maternidade seja incontestável. Outro enunciado, “Pañuelo y ternura”²⁴⁶ publicava-se em novembro de 1989 a respeito de uma “roda de conversa” realizada na cidade de San Rafael e protagonizada pela presidente da associação Hebe de Bonafini. Segundo a notícia, a primeira pergunta do evento foi feita por uma menina de dez anos que questionava o porquê das mães usarem o pañuelo na cabeça. Em resposta:

En realidad, como aclaró Hebe, no fue un pañuelo sino “un pañal de gasa de nuestros hijos”, para poder reconocerse unas a otras en medio de la multitud. Habló luego de la socialización de la lucha, que las llevó de bordar el nombre de cada uno de sus hijos hasta optar por el reclamo colectivo de “aparición con vida de los desaparecidos”.²⁴⁷

Constantemente vemos a divulgação e ênfase ao seu papel de portadoras da memória, responsáveis por mantê-la viva, em meio a um contexto onde tudo leva ao esquecimento. Em janeiro de 1988 o jornal apresentava o discurso realizado por uma mãe da província de Entre Ríos, e a chamada estampava: “Somos el testimonio de un genocidio”²⁴⁸. Ao comentar o discurso da mãe, o texto enfatiza que o apelo foi à memória, a qual as mesmas expressam evitando o esquecimento:

En sus partes más sobresalientes, Aurora expresó que “es ese hilo invisible de la memoria, que ninguna mano asesina podrá cortar jamás, la que nos mantiene aquí, ahora, con las banderas de lucha que alguna vez sostuvieron en alto, con el corazón puesto en el pueblo, nuestros detenidos-desaparecidos”.²⁴⁹

A matéria “Los pibes, las Madres y la ‘nueva’ memoria”²⁵⁰, vinculada em novembro de 1997 contava a atividade realizada em uma escola do bairro portenho de Villa Lugano onde algumas mães conversaram sobre suas histórias e experiências pessoais, relacionadas ao

²⁴⁵ BADINTER, XY: sobre a identidade masculina, op.cit, p.11.

²⁴⁶ MADRES DE PLAZA DE MAYO: “PAÑUELO Y TERNURA”. Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, novembro de 1989, Ano V, nº 59, p.20.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ MADRES DE PLAZA DE MAYO: AURORA FRACCAROLLI, MADRE DE ENTRE RÍOS: “SOMOS EL TESTIMONIO DE UN GENOCIDIO”. Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, janeiro de 1988, Ano IV, nº 38, p.17.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ MADRES DE PLAZA DE MAYO: “LOS PIBES, LAS MADRES Y LA ‘NUEVA’ MEMORIA”. Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, novembro de 1997, Ano XIII, nº147, p.23.

período da ditadura, com as crianças. O adjetivo “nova”, relacionado à memória, é compreendido aqui como uma memória diferenciada da oficial, mas, ao mesmo tempo, indica a construção de outra memória, própria.

De forma geral, o jornal é pautado por um conjunto de matérias que abordam sobretudo questões políticas e culturais em toda América Latina. O foco não é exclusivo à associação de mães e suas atividades embora estejamos cientes de que, por ser uma produção própria, o jornal não tenha o compromisso de incluir outros familiares, bem como, demonstrar suas articulações.

A mirada sobre outros países também se expande para outros movimentos sociais e suas pautas, igualmente, a grupos internacionais de apoio às Mães da Plaza de Mayo. Em fevereiro de 1991, encontramos algumas referências a uma “Frente de Apoyo a Madres de Plaza de Mayo” a qual não se especificam seus integrantes e, de forma alguma se aponta se há, por exemplo, a participação de pais neste grupo. Achamos importante trazer o dado de que não há nenhum registro (de nenhuma natureza) nos anos pesquisados sobre os pais; é uma constatação que se torna destacável considerando a proposta de investigação desta dissertação. E portanto, optamos por evidenciar algumas matérias vinculadas no periódico que nos permitam dialogar com hipóteses e considerações levantadas ao longo do trabalho.

O adendo feito inicialmente sobre o vínculo do periódico ao grupo da Associação Mães da Plaza de Mayo se torna fundamental se incorporamos à essa informação, alguns dados cuja entrevista com Joaquín Daglio nos revelam. Sobre a participação de mães na construção do documentário sobre os Pais da Plaza de Mayo, Daglio afirma que a agrupação de mães Línea Fundadora teria participado ativamente do projeto, enquanto a Asociación não teve interesse.

“[...] la cuestión es que, así y todo, no tenían un vínculo directo de las dos asociaciones de madres por lo que te conté la otra vez, no aceptaron la propuesta del proyecto, tiene otra mirada que nosotros respetamos también profundamente. Nuestro vínculo más directo fue con Madres Plaza de Mayo Línea Fundadora que si me ayudaron bastante en ... a todos, al equipo nos ayudó bastante eh ... tanto en el momento de la investigación acercándonos algo, charlando con nosotros como eh ... en difundir el trabajo ya cuando estaba hecho.”²⁵¹

Daglio aponta a felicidade de poder compartilhar o projeto e seu sucesso com o MDH argentino, incluindo as mães:

²⁵¹ DAGLIO, Joaquín. Entrevista. [fev 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

“Eh... fue una muy linda experiencia eh... haber recibido el, el calor el cariño, los aplausos de, de las madres hacia los padres a través de la película. Ya cuando nosotros la estrenamos en el festival de Mar del Plata, se acercaron madres a Mar del Plata y ya vimos que eso era, era el comienzo de algo muy positivo que después acá en Buenos Aires fue, acentuado por la, la presencia también cariñosa y calurosa de todos los otros organismos de derechos humanos, Familiares, Abuelas, la Asociación Permanente de Derechos Humanos, el CELS, Memoria Activa, Memoria, Perdón, Memoria Abierta, eh... y el Espacio para la Memoria, todos ellos. Eh... familiares te diría que a la vanguardia, a la cabeza y nos brindaron su apoyo su cariño y se acercaron los padres [...]”²⁵²

Necessita-se fazer tal distinção já que, ao longo de nossa pesquisa tal suposição se reforçou. A postura das mães integrantes da Asociación é diferenciada das mães integrantes da Línea Fundadora. Aquelas estão mais fechadas ao diálogo da temática paterna por terem outras convicções e demandas, enquanto que essas dialogam de forma interligada aos pais. Ao fazer tal constatação, não estamos imprimindo juízo de valor sobre as posturas diferenciadas dos grupos, não é nossa intenção exaltar esta ou aquela tática de luta. Desta forma, também esclarecemos a ideia de estarmos lidando com a difusão de uma única memória. Na realidade, falamos da memória de um grupo específico que opta por construí-la desta forma. Por exemplo, Joaquín Daglio nos confirma que as esposas destes pais participaram ativamente do processo de desenvolvimento do documentário dando total liberdade para que estes desenvolvessem, assim como elas já o tinham feito, a habilidade de expressar-se.

“[...] Eh ... en el caso de las mujeres que los padres participaron, sin haberlo hablado, consensuado, eh ... ninguna tuvo un afán de participar o un afán de controlar lo que se dice, o unas ganas de bueno... saber , de un cuidado, no Respetaban, ni siquiera, era una curiosidad de “che que estás diciendo” , no, respetaban que los padres hablaran lo que quisieran, como quisieran, asique tanto con ellas como con los hijos y los nietos de cada uno de los padres, la recepción fue muy fuerte, en el caso de algunos hijos, si, tuvieron un llamado telefónico conmigo, o un encuentro porque querían saber claramente de que se trataba, lo cual, me pareció acertadísimo y necesario porque lógicamente querían evitar que sus padres fueran expuestos a cualquier tipo de ... trabajo, digamos ... amarillo”²⁵³

Encerrando este ponto, podemos concluir que conforme a análise da fonte comprova, há um interesse na reprodução de um discurso marcado pelos emblemas femininos, de defesa dos

²⁵² Ibid.

²⁵³ Ibid.

valores maternos e, talvez possamos dizer, uma apatia frente ao reclamo paterno. Se a bibliografia, e também nossas entrevistas, sugerem uma invisibilidade do exercício da maternagem paterna, podemos sugerir que ela também se dá no âmbito social e embasando a construção destes movimentos envoltos em estratégias de gênero. É importante constatar que não podemos tratar o tema de forma generalizada produzindo uma segmentação entre os grupos de mães, ou ainda, entre os sexos. Pelo contrário, a complexidade e subjetividade por trás destas formações só nos prova o quanto é preciso se discutir e quantos outros pesquisadores devem se debruçar sobre o tema gerando novas perspectivas.

3.2.2 A difusão da memória paterna.

Neste tópico final, buscamos explorar o que consideramos ser uma das principais fontes produzidas acerca da temática da memória dos Pais da Plaza de Mayo, documentário “Padres de la Plaza: 10 recorridos posibles”. Acreditamos que, embora esse material não tenha sido precursor sobre a temática, foi o responsável por uma maior divulgação da mesma em meio à sociedade argentina e também fora dela, segundo a existência desta pesquisa demonstra.

Neste espaço, discutiremos alguns trechos da entrevista do diretor do documentário supracitado, Joaquín Daglio, o qual acreditamos sintetizar, embora de forma muito aprofundada, as motivações, dificuldades e conclusões sobre a elaboração desse projeto que reproduz a memória paterna. Inicialmente, ele nos dá uma noção abrangente sobre a concepção do documentário por um viés humano, sem a obrigação de problematizar esta mirada paterna sob aspectos históricos, políticos e de gênero. O objetivo central se dava na possibilidade de proporcionar um espaço de fala (também de escuta), a partir da ótica a qual estes pais estivessem dispostos.

“El objetivo del documental era contar diez historias desde lo humano y no desde una visión historicista. A partir de eso, pensamos un documental crudo y cálido. Crudo en tanto mostrar estas historias sin ornamentos que pretendieran ilustrarlas; cálido en cuanto lograr que la película reflejara el clima íntimo y distendido de las entrevistas, necesario por otra parte para abordar lo doloroso de los testimonios. [...] Por último, un factor decisivo era lograr entrelazar los diez recorridos individuales para poder componer un relato coral en el que se pudieran advertir los efectos de una misma tragedia a través del carácter heterogéneo de los testimonios.”²⁵⁴

Daglio conta que, em decorrência desta opção, foi criticado por alguns espectadores que esperavam depoimentos mais “politizados” e reveladores sobre os posicionamentos políticos e vínculos partidários dos pais. A expectativa de parte do público nos revela a ideia de pertencimento do homem ao universo público e político e, de certa forma, a desvalorização do campo sentimental e emotivo. Essa máxima teve que ser ultrapassada pelos próprios depoentes na organização de suas falas. O diretor compartilhou a ideia de superação destes homens moldados sob um conjunto de valores machistas e limitadores, com relação à exposição de seus

²⁵⁴ Ibid.

sentimentos, suas fraquezas e até mesmo seus medos, também, que a idade avançada remetia à necessidade de deixar registrado seus testemunhos.

“[...] creo que a los padres, a diferencia de las madres, les resulto muy difícil poner en palabras sus dolor, compartir sus sentimientos, dar a conocer sus recorridos. Definitivamente podemos suponer que esa dificultad está relacionada con el rol del padre y con el hecho de ser hombres, y que hoy, ya ancianos, a algunos de ellos les resultaba necesario sortear esa dificultad y dejar sus testimonios para la posteridad.

[...] cómo me hicieron llorar estos viejos, que lindo poder escucharlos, vencer esa coraza de masculinidad y de patriarcado que tienen.”²⁵⁵

O fato de até então não terem se manifestado tanto quanto as mulheres igualmente remete à indagação a qual nos propusemos sobre o distanciamento destes homens partir de uma automarginalização, e de uma dificuldade em perceberem-se enquanto atores sociais importantes em todo processo travado pelos familiares de desaparecidos. Também, como se suas experiências pessoais e emocionais não tivessem tanto valor quanto as das mães. Ao iniciarem a catarse promovida pela fala, alguns conquistaram a habilidade de expressar em palavras o que até então não havia sido externado:

“Se involucra muchísimo y empieza a funcionar casi un dispositivo llamado lo analítico, como en terapia cuando uno habla, habla, habla, eso después tiene un costo que en ese momento quien está hablando no evalúa, entonces...”

[...] te doy un ejemplo algo muy bueno eh ... Bruno Palermo eh ... de hecho en la película lo dice, a él le costaba mucho poner en palabras y fue gracias a escuchar a las madres que muy avanzada, en muy avanzada edad pudo y habiendo pasado mucho tiempo desde la desaparición de su hijo, en realidad, desde la muerte de su hijo porque él sí sabe que su hijo está muerto, pero no pudo recuperar el cuerpo. Bruno Palermo pudo poner en palabra mucho tiempo después. Hicimos muchas entrevistas con Bruno y, lógicamente, alguien que no estaba acostumbrado al ejercicio de la palabra cuando, como se dice acá “destapó la hoyá”, cuando empezó a hablar no podía parar.”²⁵⁶

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

Pensar a visibilidade dos pais emergindo num contexto recente, remete às reflexões de Michael Pollak²⁵⁷ quando discute que o silêncio e mesmo o esquecimento talvez signifique uma ponderação das coisas que podem, ou não, ser ditas em cada época. Para alguns pais, a “época” da fala estava apenas começando e, com ela, também algumas dificuldades em abandonar a abstração de seus sentimentos.

“La última entrevista que hicimos con Bruno Palermo para canal encuentro, en el año 2011, la última pregunta ya no me acuerdo [silencio] ya no me acuerdo cómo era fue Bruno el que me puso un límite a mí y me dijo “hasta acá”, y se puso a llorar y no daba más. Y... yo en ese momento me sentí mal, porque dije: ¡puta, digo! ¡No me di cuenta! [...] y después, lo pensé mejor y me di cuenta que tenía que ver con un trabajo en el que yo agradezco, y agradecí en ese momento que uno pudiera decírmelo, porque uno tampoco ... uno también está involucrado ahí, tampoco tiene el pleno dominio de lo que le, ni de lo que está pasando en la entrevista, ni de lo que le está pasando al otro, mucho menos, uno trata, a través de signos, a través de un conocimiento, trata de ir llevando la situación, pero en el fondo uno no sabe si por dentro se está generando una angustia inmensa.”²⁵⁸

Se para os pais, já era muito difícil entender que estavam vivendo um novo período de fala, de expressividade, de certa forma libertador, para sociedade também não foi um processo fácil. Para instigá-la sobre o papel destes pais, foi apontada a importância de se sair do âmbito abstrato ao se referir a esses. Para tanto, Daglio apostou na nomenclatura que gerava a noção de identidade que as mães já haviam construído e que atingia os expectadores de forma a estimular sua curiosidade. A proposta de associação direta às Mães da Plaza de Mayo foi parte da construção da “identidade” dos pais. Ao questionarmos se eles foram nomeados Pais da Plaza de Mayo, ou se os mesmos se auto intitulavam desta forma, o diretor responde:

“[...] nosotros comenzamos lo que yo te conté la otra vez, eh... yo me, me empecine en eh... profundizar desde el punto de vista, semiótico, semiológico, eh la cuestión de... de los padres y las madres, la paternidad, madres de plaza de mayo del desaparecido, leyendo muchísimo al respecto obviamente, desde el abordaje psicoanalítico, desde el abordaje histórico, desde el abordaje filosófico, de todo, de todo lo que pude encontrar, me llevo mucho tiempo leer tanto eh y, entonces, nos encontramos con que la creación de un significante para el cual, ya, ya estaba condicionado el significado eh era algo que no podíamos eludir que no era bueno eludir, ¿por qué?, porque para referenciarlos a estos hombres, si nosotros dijéramos padres de desaparecidos por extensión estaríamos incluyendo, primero a los que participaron o no participaron a los movimientos de madres y, y de

²⁵⁷ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro; CPDOC/FVG, v.2, nº3, 1989. p. 3-15.

²⁵⁸ DAGLIO, Joaquín. Entrevista. [fev 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

organismos de derechos humanos, pero en segunda instancia y más importante a las madres, porque por extensión, padres de desaparecidos no da cuenta de la masculinidad o la, la paternidad, uno dice padres de plaza de mayo justamente, como existe las madres uno rápidamente se da cuenta de que hay otra cosa. [...]

Es una forma de tener espacio

Y si, si porque además, algo que no se nombra es algo que no existe, y algo que se nombra de una manera abstracta, es algo que no está y eso es lo que pasaba y pasa con el desaparecido, figura con el desaparecido, tuvo que ser... Eh... Definida para que no quede en el campo de la abstracción.”²⁵⁹

Por fim, trazemos o desfecho do filme cuja ideia foi reunir todos os depoentes frente a frente e descobrir o que aconteceria a partir daquele momento. Como já destacamos ao longo do trabalho, estes pais não se conheciam. A experiência de reunir todos na Plaza de Mayo sobre o espaço no qual as mães realizavam suas rondas, com seus pañuelos desenhados no chão, trouxe familiaridade e coletividade àqueles que já deveriam tê-las ao longo de seus muitos anos de luta.

“Entonces, el encuentro final, que la película se ve muy claro y ... fue, los convocamos a todos en las inmediaciones de la plaza a un ... creo que era un domingo, no me acuerdo el día, a las cinco de la tarde, le mandamos un taxi un remis a cada uno para que estén ahí, y Era terminar la película con el registro de un encuentro y teníamos tres horas para que suceda algo y podía suceder cualquier cosa, una pelea, un... un desencanto, es decir, eh... nosotros los reunimos a ellos y les posibilitamos conocerse, no se conocían muchos y les dimos una imagen colectiva para quien vea el documental, en la Plaza de Mayo, con los pañuelos de las madres. Porque ese es el lugar donde comenzó todo, entonces eh.... fue muy lindo, como, como ellos naturalizaron la idea de que estaban ingresando a un círculo, al cual , también, también, al cual, también pertenecían y pertenecen, pero que no les pertenece como símbolo, y ellos ingresaron y vieron la ronda y en ningún momento hicieron alusión a: “bueno las madres”, nunca se pusieron a pensar en el momento, si, si la, si en realidad convenía no convenía, si la plaza, si las madres, el pañuelo, continuó la charla. En ese momento hay una reivindicación sobre el final de la película por parte de Rafael Beláustegui y de Julio Morresi, de las madres, de la figura de las madres de la plaza. Obviamente se habló del tema y en la plaza está registrado como eran las marchas... En el momento de altísimo contenido simbólico que fue, el dar la vuelta, hacer la ronda... en la ronda de las madres no se les puso en juego nada, no había una, un respeto sacro santo ni tampoco había un desconocimiento de donde estaban. Eh... y por esas cosas, de la condensación metafórica que tiene la vida más allá de las decisiones de uno, eh... yo me di cuenta recién en la edición o quizás mucho tiempo después que no llegamos a hacer la ronda completa. Eh ... hicimos casi una ronda. Ellos se detuvieron o nosotros nos detuvimos, porque también el sol estaba bajando

²⁵⁹ Ibid.

entonces había que cerrar el pensamiento de cada uno, y ellos quedaron dentro de la ronda y nosotros, la cámara, se fue alejando, dejándoles su lugar. Eso sí estaba pensado y que si no se hubiese dado naturalmente no lo hubiésemos podido hacer, eh ... Cuando mucho tiempo después supongo, lo envié, no me acuerdo como fue, estuvo esto de darse cuenta que no dimos toda la vuelta - Con lo cual no estoy diciendo nada esotérico, ni nada raro... sino simplemente que claro que uno también está atravesando un símbolo en el que no está mal que esa ronda de los padres haya quedado incompleta dentro de lo que es la, la ronda, eh -..... sin detenerse de las madres.”²⁶⁰

Podemos supor que somente após o documentário, estes pais tenham naturalizado a ideia de que adentravam num campo ao qual também pertenciam. Sua postura enfática às mães não explica seu distanciamento e o sentimento de ser um participante secundário, e não protagonista. Refletimos, também, se remetê-los às mães não teria gerado incômodo aos mesmos. Como se eles não devessem, ou não tivessem motivo para serem associados à Plaza de Mayo e os simbolismos advindos de tal relação. De fato, o que ficou claro é que eles não foram abordados de tal forma, posto que na realidade se estava construindo este espaço e todos seus simbolismos por meio da produção. Inserir-los em um espaço referência, como é a Plaza de Mayo, foi uma tentativa de dar-lhes um caráter coletivo, o qual nunca tiveram. Associá-los às mães foi, conforme o próprio Daglio descreve, a necessidade de sair do abstrato, personificar estes pais, suas histórias e suas emoções. Seu lugar não existia, precisava ser desenhado. Em decorrência dessa construção, frisamos a importância destas instigantes questões levantadas pela equipe de Joaquín Daglio, bem como pela produção deste riquíssimo material que, a nosso ver, pretende gerar uma nova memória.

²⁶⁰ Ibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por respostas às questões apresentadas nesta pesquisa, afirmamos que conclusões são imprescindíveis, principalmente, para viabilizar novos questionamentos. Nossas considerações e ponderações a partir dos debates apresentados ao longo destes três capítulos pretendem assumir este papel de contribuição, cientes das possíveis limitações deste estudo. Sem ter a ilusória pretensão (da qual já nos alertava Joan Scott) de que a análise de gênero seja capaz de sugerir novas resoluções para estes paradigmas históricos, acreditamos estar dando um pequeno passo rumo a uma maior visibilidade do tema, espaços de discussão e, também, de desconstrução da reprodução de alguns modelos.

Inicialmente, valorizamos a proposta rediscutida por Luisa Passerini, ao afirmar que: “Sim, o gênero ainda pode ser uma categoria útil para a história oral”²⁶¹. Ressaltamos que sua importância está principalmente na noção plural de pertencimento de gênero observada nas entrevistas, bem como, o uso do gênero em seus discursos. Soma-se à essa proposição a discussão contínua sobre as construções dos papéis paterno e materno apresentada no trabalho e que geram, igualmente, múltiplos pertencimentos. Acreditamos que a heterogeneidade entre os gêneros masculino e feminino também é produzida pelo modo como são exercidas a paternidade e a maternidade, ponto crucial que liga nossa pesquisa às discussões acerca da elaboração dos gêneros transferida ao exercício destes papéis sociais.

Em certa medida, é preciso discutir a escolha da academia em enfatizar a história das mulheres ao tratar de estudos de gênero. Compreendemos a situação imposta às mulheres ao longo dos mais variados processos históricos, conjunturas forjadas no desprezo destas enquanto agentes sociais, políticos e transformadores das sociedades. Tal circunstância justifica uma necessidade de estudos sobre as mesmas, é preciso desenvolver pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento situando a ação feminina e suas particularidades. Para tanto, o desenvolvimento da denominada “História das Mulheres” é uma conquista e representa a imprescindibilidade da mulher para a história. Dito isso, relembramos que estamos debruçados em um contexto específico que contraria a tendência histórica de exclusão feminina e do

²⁶¹ PASSERINI, Luisa. *Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral?* In: _____. A memória entre política e emoção. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011. pp.95-106, p.106.

protagonismo masculino. Esse é um fator importante a ser ponderado ao problematizarmos a invisibilidade desses homens além do contexto apresentado.

O fato de a academia ainda não ter produzido muitas pesquisas sobre esta temática em específico e, mais além, apresentar um número menor de trabalhos que versem sobre paternidade e masculinidade do que maternidade e feminidade (informação que evidenciamos ao longo deste trabalho ao tratar da dificuldade em encontrar bibliografia) refletem as muitas lacunas associadas aos estudos de gênero. Por vezes, esses não têm uma preocupação em discutir temáticas que dialoguem e nos auxiliem a pensar de forma mais abrangente e construtiva.

Introduzindo algumas resoluções às interrogações expostas, podemos partir da afirmação de que houve, ainda que timidamente, a tentativa de formação de um grupo paterno. A problemática da não constituição do mesmo, ao nosso ver, deve-se, entre outros fatores, principalmente à tomada de posição dos mesmos identificando-se com o papel secundário de colaboradores. Esse comportamento foi auto impositivo, contudo, aprofundando nossa análise, sugerimos que da mesma forma foi simultaneamente induzido.

Ao afirmarmos que esta conduta foi elaborada pelos próprios pais, entendemos que a atribuição de menor importância dada à sua participação (ainda que não seja uma afirmação generalizada) parte notadamente de seus próprios depoimentos. Mesmo que não tenhamos confrontado seus testemunhos com os de mães, é notória a leitura que fazem sobre si mesmos. Se levarmos em consideração o fato desses depoimentos serem “recentes” e intercedidos pelo presente podemos inclusive sugerir que esta constatação depreciada de suas atuações seja uma autocrítica (ou ainda uma reflexão) à forma como exerceram sua paternidade no contexto de suas militâncias. Crítica baseada, principalmente, em novos valores conferidos à figura do pai, os quais não eram tão acentuados ou valorizados na época em que esses homens passaram a exercer tal papel.

A postura masculina de colaboração ao “empoderamento” das mães é identificada em nossa análise por meio das incessantes manifestações de apoio às mesmas e à alusão de sua luta combativa e digna. Igualmente, em algumas entrevistas é possível observar claramente esta atitude. Por exemplo, Rafael Beláustegui expõe que a ação das mulheres não deveria ser “contaminada” pelos homens. Teobaldo Altamiranda identifica a luta destas mães às leas protegendo seus filhotes e, da mesma forma, Ricardo Chidichimo afirma que as mães eram mais corajosas, que compareciam em maior quantidade à praça. Entre outros exemplos, todas estas

concepções subjetivas acerca da maternidade foram reforçadas por estes homens que optaram pela promoção da visibilidade materna.

Com relação à questão repressiva, o medo da repressão mais intensa sobre o sexo masculino não foi fundamental para a não constituição de uma organização, sobretudo, ao evidenciarmos diversos outros movimentos de defesa dos Direitos Humanos compostos por homens. Também, demonstramos que alguns pais chegaram a ser sequestrados, presos e torturados, mesmo estando menos expostos do que as mulheres. Em contrapartida, avaliamos que em função da repressão, a forma de embate dos pais foi diferenciada dada a postura dos repressores que não permitiam sua circulação nas manifestações públicas protagonizadas pelas mães. Porém, tal privação ocorreu apenas durante os anos da ditadura deixando-nos o questionamento do porquê após este período de maior risco os pais não se posicionaram de forma mais clara e aparente. Esta indagação vem de encontro a nossa sugestão de que os pais têm responsabilidade em seu ofuscamento.

Ao indicar que os pais “foram levados” a uma automarginalização, também apostamos no parecer de que pais e mães representavam em meio à esfera pública a mesma experiência que vivenciavam dentro da esfera privada. Isso quer dizer que a reprodução de uma menor evidência política do pai obedecia a uma menor evidência do seu papel dentro do lar. Ao apontar elementos como o exercício da paternidade no contexto em questão, corrobora-se uma possível ausência destes homens nas relações estabelecidas em meio à esfera privada. Ainda acreditamos que a reprodução social destes papéis de gênero é diretamente relacionada à reprodução da maternagem, centrada na figura da mãe com a exclusão do pai. Não obstante, conforme a autora Vera Ramires²⁶², o monopólio das mulheres com os filhos e as filhas não foi uma escolha delas, arquitetou-se ao longo da história e levou os homens a contribuírem para a manutenção do poder materno.

Embora possamos afirmar que parte das mães contribuiu para o afastamento dos pais na militância por seus filhos, é preciso evidenciar que isso pode ter ocorrido tanto para salvaguardar esses homens, dado o receio da repressão ser mais dura com eles, como, também, uma tentativa de forjar uma identidade concisa e feminina. Ponderamos que mesmo o grupo de mães que exclui a visibilidade paterna de suas ações, não sugere que os pais não tenham participado do processo de construção e de luta destes movimentos, mas optam por um

²⁶² RAMIRES, op.cit.

posicionamento que mantém a coesão de sua identidade feminina reforçada intensamente por meio da categoria “maternidade”.

Pensar que o papel atribuído às mães faz parte de uma construção sociocultural e não se trata de uma determinação natural, permite uma reflexão que credita à sociedade e à história a delimitação dos valores maternos. Logo, a obviedade destas mães em reforçá-los frente ao desaparecimento de seus filhos pode ocultar algumas considerações bastante relevantes em suas ações e discursos. Não podemos assinalar até que ponto o reforço das atribuições da feminilidade e da maternidade foram articuladas e programadas antecipadamente. Supomos, que a declaração naturalizada destas características e valores tenha se convertido em estratégia de resistência com o passar do tempo e da experiência adquirida em meio às manifestações. Esse posicionamento auxiliou na mobilização da opinião pública e foi fundamental para a gestão de táticas de resistência que incluíam os pais.

Podemos supor que o reforço materno tenha sido uma estratégia tanto de defesa da integridade física dessas mulheres durante os anos de forte repressão, como da luta e atividade permanente que o grupo desenvolveu de forma contínua. Mesclar seu papel como mães, dentro e fora da vida privada, permitiu uma atuação mesmo após o período da ditadura através de artifícios como a “socialização da maternidade”. Não se restringindo à procura pelos filhos desaparecidos, mas difundindo um ideal de cuidado materno perante as injustiças sociais.

Todos os simbolismos e representações da maternidade enraizados culturalmente na sociedade dificultaram a contenção do grupo (por parte dos militares) tendo apoio da população. Especialmente, por serem mulheres e mães que cumpriam seu papel “natural” de cuidado e dedicação com a família. Embora tenham sido chamadas de “loucas”, na tentativa de deslegitimação do movimento, e relacionadas a aspectos pejorativos como histéricas, sensíveis e sem racionalidade, elas alcançaram notoriedade tomando os espaços públicos, pouco habitados por mulheres. Acima de tudo, espaços que representam fortemente o poder político como a Plaza de Mayo no qual historicamente se instala a palavra visivelmente masculina. Ao se apropriarem do local e fazerem protestos “silenciosos” utilizam sua imagem enfatizando símbolos maternos a fim de serem ouvidas e notadas.

Diante das propostas que buscam atender às dúvidas desta pesquisa, direcionamos nossa conclusão à elaboração de uma “nova memória” sobre a atuação destes pais. A partir do questionamento de diversos setores da sociedade foi possível que os próprios atores envolvidos começassem a redesenhar suas trajetórias. Parece-nos que esse é um grande passo para o

desenvolvimento de uma memória inclusiva, na qual a percepção acerca de si mesmos dentro deste processo seja repensada.

Conforme analisamos, as memórias destes pais “dialogam”, embora a maioria deles tenha se conhecido somente no fim das filmagens do documentário explorado.²⁶³ Diante disso, é possível conjecturar que esses homens tenham compartilhado simultaneamente muitas circunstâncias apresentadas ao fato comum de serem pais. Portanto, analisar distintos olhares sobre o que ocorria, mesmo sabendo que muitos dos entrevistados não se conheciam, nos possibilita uma percepção de coletividade, de pertencimento a um quadro maior. O que pode representar um primeiro passo em direção a esta nova concepção acerca da trajetória dos pais.

No encerramento do documentário que exploramos, observamos os pais em meio ao espaço de apropriação materna, no centro da Plaza de Mayo, em cima das ilustrações dos pañuelos ao chão. Ao inseri-los neste local, percebemos a tentativa do diretor de exibir os verdadeiros atores deste processo, longe das tantas abstrações envolvendo a história de suas atuações. Em seus passos lentos, marcados pela idade avançada, em direção à famosa delimitação da ronda, vemos um “caminho sendo trilhado”, mesmo que ele ainda não esteja completo e, muito menos, internalizado por esses homens. São faces anônimas de uma história, retratos desbotados de desaparecidos carregados por mãos desconhecidas que retornam a seu local de pertencimento.

Resistamos ao processo de “hierarquização da dor”, permitindo aos pais o direito de salvaguardarem suas memórias até o dia em que “pudessem” ou “fossem autorizados” a extravasá-las, à sua maneira. As recordações que por pouco não foram ocultadas até o leito de morte, venceram os medos, os preconceitos e emergiram a tempo de ficarem registradas. Seus sentimentos diante a perda dos filhos, seus medos e suas dúvidas com relação aos espaços que deveriam ocupar, à forma pela qual deveriam exercer seus papéis de maridos e de pais. Um turbilhão de sentimentos por vezes trancafiados sob o estigma da masculinidade, pela obrigatoriedade de representarem um discurso esvaziado de emoções complexas, mas convenientes às expectativas sociais sobre a postura dos homens.

Analisando nossas fontes observamos algumas mudanças no comportamento de alguns pais em meio a suas entrevistas. Dado o longo espaço temporal entre as três principais fontes – acervo Memória Abierta (entrevistas realizadas entre os anos 2000 e 2002), o documentário lançado em 2010 (contudo com entrevistas realizadas anteriormente), e as entrevistas que

²⁶³ Temos algumas exceções como os casos de Bruno Palermo e Julio Morresi, também Teobaldo Altamiranda e Ricardo Chidichimo.

realizamos no ano de 2014 – é notório que sua relação com a ideia de “autoridade da fala” foi se transformando. Se inicialmente sua timidez frente às câmeras (ou ao gravador) era sinônimo de falta de articulação e dificuldade de expressar-se, até mesmo medo em recordar, o tempo e o costume à exposição foram benéficos as suas entrevistas e depoimentos. Se alguns deles ainda não estavam preparados para pôr em palavras tudo que tinham em mente, produzindo entrevistas curtas e visivelmente incômodas, ao longo desta importante etapa de “testemunhar”, o engajamento e a necessidade em expor suas histórias foi aniquilando os obstáculos.

Observamos a dificuldade de alguns pais em descrever o “indescritível”, aliar seus sentimentos e expectativas frente ao desaparecimento de um filho à uma narrativa que também é histórica, mesclando afetividade e política. Com o processo de fala, externando aos poucos diversos sentimentos, os quais muitos destes homens jamais haviam manifestado, almejavam reelaborar suas memórias traumatizadas convertendo-as em experiência, inclusive ao dividi-las conosco.

A já citada “urgência universal da memória dos testemunhos”²⁶⁴ mencionada por Monica Grin, em seu texto sobre o direito ao ressentimento, também nos instiga a questionar quem está acessível (ou disposto) a ouvir estes pais e o que eles têm a dizer. Estaríamos sendo negligentes com os tantos grupos invisibilizados nestes processos históricos autoritários? Apesar de compreender que muitos atores sociais foram esquecidos pela escrita da história, preferimos acreditar que há muito trabalho a ser feito, embora seja importante afirmar que avançamos muito.

Vemos em seus silêncios e suas lembranças caladas por tantos anos, uma fonte inesgotável de memórias. Em cada esquecimento, notamos uma dor que agora é libertada e compartilhada com os seus mais novos e inesperados ouvintes. Certos de que jamais teremos o poder de “dar voz” a alguém, seguiremos buscando meios que contribuam à elaboração e ressignificação de suas memórias.

²⁶⁴ GRIN, op.cit.

FONTES:**a) ENTREVISTAS**

DAGLIO, Joaquín. Entrevista. [fev 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

MORRESI, Julio. Entrevista. [abr 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

VESENTINI, Angelita. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

VESENTINI, Remy. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

WEINSTEIN, Marcos. Entrevista. [mar 2014]. Entrevistadora: Natasha Dias Castelli. Buenos Aires, 2014.

Memoria Abierta, *Testimonio de Clara Weinstein*, Buenos Aires, 2001.

Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Morresi*, Buenos Aires, 2002.

Memoria Abierta, *Testimonio de Marcos Weinstein*, Buenos Aires, 2001.

Memoria Abierta, *Testimonio de Mauricio Brodsky*, Buenos Aires, 2001.

Memoria Abierta, *Testimonio de Sara Brodsky*, Buenos Aires, 2001

Memoria Abierta, *Testimonio de Teobaldo Altamiranda*, Buenos Aires, 2001.

b) FILMOGRAFIA

PADRES DE LA PLAZA. Episodios Canal Encuentro. 2010. Disponível em: http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/programas/ver?rec_id=50462.

PADRES DE LA PLAZA: 10 recorridos posibles. Direção de Joaquín Daglio. Argentina: Senda Producción Audiovisual, 2010. (103 min.): color.

LO PASADO PENSADO. La Conferencia de Videla (1979). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7PCzaoEPv10>. Acesso em: 15/10/14.

c) PERIÓDICOS

Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, dez. 1984 – jul. 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGUILA, Gabriela. El ejercicio de la represión en la Argentina. In: FRANCO, Marina; RAMÍREZ, Hernán (Orgs). **Las dictaduras del Cono Sur**. Ed: Civilização Brasileira. No prelo.

_____. La represión en la historia reciente argentina: perspectivas de abordaje. Conceptualizaciones y matices explicativos. **Revista Contenciosa**. Año I, nº 1, segundo semestre, 2013.

ALBERTI, Verena. **Além das versões**: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6793?show=full>. Acesso em: 10/01/15.

_____. Fontes Oraís: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005. p.155-202.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Tradução Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **XY**: sobre a identidade masculina. Tradução Maria Ignez Duque Estada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____. Medo, terrorismo de Estado e as ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul. Resenha do livro: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (eds.). **Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1992. 301 p. **História, imagens e narrativas**, v.4, 2007. pp.194-201.

CALDERÓN, Fernando; JELÍN, Elizabeth. Clases sociales y movimientos sociales en América Latina. Perspectivas y realidades. **Proposiciones**. v.14. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1987, pp.173-189. Disponível em: <http://www.sitiosur.cl/r.php?id=414>. Acesso em 29/05/14.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. Tradução Fernando Correa Pablo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CASTELLI, Natasha Dias. **Uma luta histórica através de mães**: Ensaio o perfil da Asociación Madres de Plaza de Mayo. 2011, 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 2001. pp.43-69

CELS. **El caso argentino:** desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y condena. Conclusiones y recomendaciones. Coloquio: "La política de desapariciones forzadas de personas" París, 31 de enero - 1o. de febrero de 1981. Disponible em: <http://www.cels.org.ar/common/documentos/Elparalelismoglobal.pdf>. Acesso em: 25/08/14.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar.** São Paulo: Record, 1997.

CONADEP. **Nunca Más:** Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. 8ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

CORTIÑAS, Nora. **Un modelo económico impuesto a través del terrorismo de Estado.** In: SANCHÍS, Norma. *El ALCA en debate: una perspectiva desde las mujeres.* Buenos Aires: Biblos, 2001.

CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más:** la memoria de las desapariciones en la Argentina. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

DABÈNE, Olivier. **América Latina no século XX.** Tradução de Maria Izabel Mallmann. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DI MARCO, Graciela. **Hablan las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo.** Testimonio de Nora Cortiñas: Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora. Disponible em: [http://www.unsam.edu.ar/escuelas/humanidades/centros/cedehu/material/\(34\)%20Entrevista%20Corti%C3%B1as.pdf](http://www.unsam.edu.ar/escuelas/humanidades/centros/cedehu/material/(34)%20Entrevista%20Corti%C3%B1as.pdf). Acesso em: 25/05/14.

DUHALDE, Eduardo Luis. **El Estado Terrorista argentino.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colihue, 2013.

EISENSTAEDT, Eva. **Padres de Plaza de Mayo:** memorias de una lucha silenciosa. Buenos Aires: Marea, 2014.

FARIA, Glauco. A memória, o poder e o desaparecimento. Entrevista a Pilar Calveiro. Transcrição/tradução Cristina Uchôa. **Revista Fórum.** Edição 128, dezembro de 2013. Disponible em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/12/a-memoria-o-poder-e-o-desaparecimento>. Acesso em: 25/10/14.

FERRERAS, Norberto O. A ditadura militar Argentina: do esquecimento à memória total. In: REIS, Daniel Araújo; ROLLAND, Denis (orgs). **Modernidades Alternativas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp.141-156.

FRANCO, Marina. A modo de cierre: La historia de las dictaduras recientes del ConoSur como desafío epistemológico. In: FRANCO, Marina; RAMÍREZ, Hernán (Orgs). **Las dictaduras del Cono Sur.** Ed: Civilização Brasileira. No prelo.

GORINI, Ulises. **La Otra Lucha:** Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo II (1983-1986). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2008.

_____. **La Rebelión de las Madres: Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I** (1976 – 1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. pp.127-141.

GROSSI, Miriam Pilar. **Identidade de gênero e sexualidade**. pp.1-14. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/artigos/>. Acesso em: 23/12/14.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo. Editora Vértice. 1990.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, pp. 99-112, dez. 2008

HOWORTH, Iris. **¿Donde están los Padres de la Plaza de Mayo? La militancia de los padres de desaparecidos en comparación con las Madres**. 2010. Disponível em: http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/937. Acesso em: 15/09/12.

JELÍN, Elizabeth. La política de la memoria. **Revista Puentes**. [Buenos Aires], n. 4, pp.72-91. 2001.

LORENZ, Federico. La historia reciente en la Argentina. Repensando la historia a secas. In: FRANCO, Marina; RAMÍREZ, Hernán (Orgs). **Las dictaduras del Cono Sur**. Ed: Civilização Brasileira. No prelo.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005. pp.111-153.

LVOVICH, Daniel. Actitudes sociales durante la dictadura militar argentina: las organizaciones sociales y el diálogo político de los 1980. In: MERENSON, Silvina; BOHOSLAVSKY, Ernesto, et.al. (orgs). **Problemas de historia reciente del Cono Sur**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. pp.259-276.

MACHADO, Vanderlei. **Lembranças do pai: por uma história da paternidade nas memórias dos que lutaram contra a ditadura civil militar brasileira**. Encontro Nacional de História Oral. V. 1, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: http://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=103. Acesso em: 20/12/14.

_____. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. **Revista História Unisinos**, v.17, nº2 – maio/agosto de 2013, pp.179-188.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005. pp.235-289.

NASCIMENTO, Paulo César. Guillermo O'Donnell (1936-2011). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 9-14. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 28/01/14.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP. Dezembro de 1983. pp.7-28.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura Militar Argentina 1976-1983**: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática. São Paulo-SP, Edusp, 2007.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp.13-30

O'DONNELL, Guillermo. **El estado burocrático autoritário**. Buenos Aires: Prometeo Libros. 2009.

_____. **Modernización y autoritarismo**, Buenos Aires: Prometeo Libros. 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon. v.10, 1º semestre de 2007.

_____. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985)**: do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 840 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: _____. **A memória entre política e emoção**. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011. pp.95-106.

PENTEADO, Paula Antonelli. Construção Social da Maternidade. **Revista da ABRATEF: Associação Brasileira de Terapia Familiar**, Porto Alegre, v. 4 nº 1, julho, 2012, pp.23-34.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro; CPDOC/FVG, v.2, nº3, 1989. pp. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

PONZIO, Maria Fernanda Garbero de Aragão. **Las Madres de Plaza de Mayo**: à memória do sangue, o legado ao revés. 2009, 196f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RAMIRES, Vera Regina. **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

RAMÍREZ, Hernán. Política e tempo presente na historiografia das ditaduras do cone sul da América Latina. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.4, n.1, pp.71-94. Jan/jun, 2012.

REATO, Ceferino. **Disposición Final**: La confesión de Videla sobre los desaparecidos. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

RIBEIRO, Marcos Vinícius. **De Perón a Videla**: revisão histórica e historiográfica do Terrorismo de Estado na Argentina. 2009. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Rondon, 2009.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Tradução de Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAPIA, Jorge Edgardo. **La Construcción de Espacios Simbólicos de Resistencia**: Madres de Plaza de Mayo y Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das letras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCHINDEL, Estela. La larga marcha de los desaparecidos: Itinerarios de una figura. In: **Desaparición y Sociedad**: Una lectura de la prensa gráfica argentina (1975-1978). Disponível em: http://www.diss.fu-berlin.de/diss/servlets/MCRFileNodeServlet/FUDISS_derivate_000000001574/09_Cap7.pdf?hosts=. Acesso em: 04/11/12

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre História e Memória. **Estudos Ibero-americanos**, PUCRS, vol. 32, n. 1, p. 85-97, junho 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.

SEVERINO, Carlo Molinari Rodrigues. *Jorge Rafael Videla e o “Processo De Reorganização Nacional”*: A Construção De Uma Ditadura Militar. 2013, 61 f. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “proceso” en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo Raúl. **Empresarios, tecnocratas y militares**. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2004.

SIGAL, Silvia. **La Plaza de Mayo**: Una crónica. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Aedós**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 5, p. 117-131, 2013.

ZARCO, Abril. Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de Plaza de Mayo. **Revista Punto Género**, [S.l.], n. 1, oct. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/16883/17586>>doi:10.5354/0719-0417.2011.16883. pp.229-247. Acesso em: 15/01/15.